

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

LEANDRO SOARES MEIRELLES

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA
ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA**

VITÓRIA
2022

LEANDRO SOARES MEIRELLES

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA
ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de mestre em Economia.

**Orientador: Prof. Dr. Alexandre
Ottoni Teatini Salles.**

**VITÓRIA
2022**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M499i Meirelles, Leandro Soares, 1995-
Industrialização e desenvolvimento econômico : Uma abordagem pós-keynesiana / Leandro Soares Meirelles. - 2022. 136 f. : il.

Orientador: Alexandre Ottoni Teatini Salles.
Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Industrialização. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Teoria pós-keynesiana. I. Salles, Alexandre Ottoni Teatini. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 330

LEANDRO SOARES MEIRELLES

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA
ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de mestre em Economia.

Vitória, 30 de setembro de 2022

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ALEXANDRE OTTONI TEATINI SALLES
Data: 30/09/2022 11:56:16-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professor Dr. Alexandre Ottoni Teatini Salles.

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientador

Documento assinado digitalmente
 FABIO HENRIQUE BITTES TERRA
Data: 30/09/2022 17:49:24-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professor Dr. Fábio Henrique Bittes Terra

Universidade Federal do ABC

Documento assinado digitalmente
 ROGERIO ARTHMAR
Data: 01/10/2022 02:41:55-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professor Dr. Rogério Arthmar

Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Agradeço meus pais Justino e Vera por serem grandes incentivadores durante essa caminhada e por terem abdicado de muitas coisas para que eu chegasse até aqui. Destaco também minha irmã Leticia pelo carinho e incentivo.

A Minha namorada, Marcela Belkiss por todo apoio e contribuição para o desenvolvimento desse trabalho. A você, meu amor e minha gratidão.

A família de Vitória que me acolheu com todo carinho, desde o primeiro momento, em especial Tia Neném, Esther e Sônia, pessoas fundamentais para realização deste sonho. Eterna gratidão por tudo que fizeram por mim durante o período do mestrado.

Agradeço especialmente ao professor Dr. Alexandre Salles, pela disponibilidade, boa vontade e paciência comigo nesse processo de escrita. Sobretudo, por ter aberto um novo horizonte ao me apresentar o “mundo pós-keynesiano” em seus ensinamentos transmitidos durante as aulas. Sem dúvidas, saio um novo Leandro após comungar de sua sabedoria.

A todo corpo docente do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, pelo conhecimento disseminado. A todos os funcionários, em especial Liliana Alencar pelos incentivos, competência e boa vontade em auxiliar sempre que necessário.

Aos companheiros e amigos do Programa por todo o apoio durante esse processo. Em especial Augusto Lima e Felipe Montini, com quem dividi momentos bons e ruins e que sempre estiveram ao meu lado nessa jornada. Sem vocês o caminho teria sido muito mais difícil.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos de Mestrado.

Agradeço a Deus por todas as bênçãos concedidas e por me manter de pé até aqui.

RESUMO

A presente dissertação analisa a evolução da inter-relação entre industrialização e desenvolvimento econômico pela perspectiva pós-keynesiana. Destaca-se as especificidades do setor industrial e seu elevado potencial para alavancar o crescimento. Apresenta a sistematização do debate sobre desenvolvimento econômico com a visão das teorias contemporâneas (novo-desenvolvimentismo original e pós-keynesiano) e uma abordagem fundamentada nos escritos de Keynes, ressaltando suas diferenças teóricas e metodológicas. Ressalta a importância das estratégias nacionais de desenvolvimento para a retomada do crescimento por parte dos países de renda média. O estudo conclui que apesar do esforço em desenvolver novas vertentes que discutam estratégias de desenvolvimento as teorias contemporâneas apresentam limitações do ponto de vista teórico e prático. Assim, a perspectiva mais adequada dentro do escopo pós-keynesiano focaliza-se sobre a vertente keynesiana fundamentalista.

Palavras-chave: industrialização, desenvolvimento econômico, pós-keynesianismo, novo-desenvolvimentismo, taxa de câmbio.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes the evolution of the interrelationship among industrialization and economic development, from the 'post-Keynesian' perspective. Specificities of the industrial sector and its high potential to leverage growth stand out. It presents a system of debate about economic development with a view of contemporary theories (original and post-Keynesian New Developmentalism) and an approach based on Keynes' writings, highlighting his theoretical and methodological differences. It emphasizes the importance of national development strategies for the resumption of growth on part of middle-income countries. The study concludes that, despite the efforts on developing new aspects that discuss development strategies, contemporary theories reveal some limitations from a theoretical and practical point of view. As a result, the most adequate perspective within the post-Keynesian scope focuses on the fundamentalist Keynesian strand.

Keywords: industrialization; economic development; post-Keynesianism; new developmentalism; exchange rate.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Síntese Teorias Desenvolvimentistas Contemporâneas.....	62
Quadro 2- Posições de Fragilidade Financeira Minskyana	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Núcleo Comum do Desenvolvimentismo	48
Fluxograma- Síntese das Principais Relações da MD	101

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. AS CONTRIBUIÇÕES DE HARROD, KALDOR E THIRLWALL NA ASSOCIAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO.....	15
2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
2.2. TAXAS DE CRESCIMENTO DE HARROD	16
2.3. LEIS DE CRESCIMENTO E O PAPEL DA INDÚSTRIA	19
2.3.1. Primeira lei de crescimento	19
2.3.2 Segunda Lei de crescimento de Kaldor– a Lei de Verdoorn	21
2.3.3. A terceira lei de crescimento de Kaldor	22
2.4. KALDOR E AS FONTES DE CRESCIMENTO	23
2.4.1. Crescimento via exportações	25
2.5. PROTEÇÃO À INDÚSTRIA.....	28
2.6. A INFLUÊNCIA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS NO CRESCIMENTO ...	32
2.6.1. O modelo de Thirlwall com restrições do balanço de pagamento.....	32
2.7. PASINETTI E A MUDANÇA ESTRUTURAL.....	35
2.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
3. INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TEORIAS DESENVOLVIMENTISTA E O DEBATE CONTEMPORÂNEO	41
3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	41
3.2. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.....	42
3.3. O INÍCIO DO DEBATE DESENVOLVIMENTISTA E O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTISMO	48
3.3.1. O Conceito de Desenvolvimentismo a partir dos anos 1970	49
3.4. TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS	51
3.4.1. Origens e Evolução da Teoria Novo Desenvolvimentista Original	51
3.4.2. A Taxa de Câmbio na perspectiva Novo-Desenvolvimentista Original	54
3.4.2.1. O Modelo Exportador	56
3.4.3. O Novo-Desenvolvimentismo Pós-Keynesiano.....	58
3.5. ELEMENTOS TEÓRICOS DA ABORDAGEM KEYNESIANA FUNDAMENTALISTA SOBRE DESENVOLVIMENTO	65
3.5.1. O papel do estado.....	66
3.5.2 Desenvolvimento Econômico na Perspectiva Keynesiana Fundamentalista .	68
3.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
4. ASPECTOS MACROECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO : UMA ANÁLISE DA MACROECONOMIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA	75

4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	75
4.2. NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A MACROECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO.....	76
4.2.1 Origens teóricas para a criação da macroeconomia desenvolvimentista	77
4.2.2. O papel da taxa de câmbio para a macroeconomia do desenvolvimento.....	81
4.3. SOBREVALORIZAÇÃO CAMBIAL CÍCLICA E CRÔNICA: DOENÇA HOLANDESA E ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO COM POUPANÇA EXTERNA	86
4.3.1. O conceito de Doença Holandesa	87
4.3.2. O Conceito Estendido de Doença Holandesa	92
4.3.3. Estratégia de Crescimento com Poupança Externa	94
4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
5. MACROECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO: UMA AVALIAÇÃO PÓS-KEYNESIANA: CONVERGÊNCIAS E CRÍTICAS	105
5.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	105
5.2. UMA AVALIAÇÃO PÓS-KEYNESIANA da MD: CONVERGÊNCIAS E CRÍTICAS	105
5.2.2. Uma avaliação crítica pós- keynesiana a partir de Resende, Terra, Carvalho e Kregel.....	107
5.3 ENTRAVES A ESTRATÉGIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA.....	119
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
6. CONCLUSÃO.....	126
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

1. INTRODUÇÃO

A inter-relação entre industrialização e desenvolvimento econômico tem se tornado objeto de investigação de pesquisadores na ciência econômica desde os primeiros desdobramentos da Revolução Industrial. Contudo, sua formulação mais robusta teoricamente é recente, iniciando na década de 1960 e capitaneada por autores como por exemplo Nicholas Kaldor. O autor recupera diversas contribuições sobre a temática para focalizar no papel decisivo indústria na explicação das diferenças nas taxas de crescimento econômico, e avança neste propósito ao propor uma análise em termos macroeconômicos sobre os efeitos dos retornos crescentes do capital (COMIN, 2009).

O programa de pesquisa pós-keynesiano tem início na década de 1960 e 1970, a partir de autores como Joan Robinson, Luigi Pasinetti, Jan Kregel, Victoria Chick, Alfred Eichner, e Paul Davidson. Os primeiros estudos deste programa de pesquisa estiveram concentrados em temas como: determinação dos preços, impacto dos diversos tipos de política econômica, custos de produção, importância da moeda na dinâmica do sistema, inflação, endividamento das empresas, papel do sistema bancário (nacional e internacional), crises financeiras, dentre outros. Mais recentemente, autores pós-keynesianos ampliaram sobremaneira estes temas “clássicos” e passaram a estudar a questões diversas associadas ao desenvolvimento econômico.

A industrialização demanda bens e serviços dos mais diversos, impactando todos os setores do sistema econômico em decorrência dos retornos crescentes de escala e atuação difusora do progresso tecnológico. Além disso, atua sobre a elevação da produtividade do trabalho ao inserir novas formas de produção e da mecanização, influenciando no processo desenvolvimento econômico. O ponto crucial deste processo reside nas oportunidades tecnológicas proporcionadas pelos novos bens de consumo, máquinas e processos de trabalho. De fato, não paira muitas dúvidas na ciência econômica de que a indústria tem um elevado potencial para alavancar o desenvolvimento econômico e social.

O debate teórico sobre desenvolvimento teve início no período pós Segunda Guerra Mundial como tentativa de reverter as mazelas econômicas e sociais provocadas por duas guerras mundiais, entremeada pela Grande Depressão. Desde aquele período, inúmeras propostas de estratégias desenvolvimentistas elaboradas por diversas Escolas de pensamento foram delineadas.

Diante deste impressionante volume de literatura, não haveria outro caminho a ser seguido por esta Dissertação a não ser definir de forma precisa seu foco de análise. Assim,

o objetivo geral deste trabalho é apresentar a evolução da associação entre industrialização e desenvolvimento econômico sob a perspectiva pós-keynesiano. Daí decorrem quatro objetivos específicos, que são: i) destacar as especificidades do setor industrial e sua importância para o crescimento; ii) apresentar a estratégia de crescimento compatível com o processo de industrialização; iii) sistematizar o debate sobre desenvolvimento econômico apresentando a visão das teorias contemporâneas e em seguida uma abordagem fundamentada nos escritos de Keynes, ressaltando suas diferenças teóricas e metodológicas; e, iv) realizar uma avaliação pós-keynesiana sobre a teoria novo-desenvolvimentista.

Para tanto, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos, com exceção desta introdução e da conclusão. O segundo capítulo apresenta a contribuição de Harrod, Kaldor e Thirlwall sobre a relação entre industrialização e crescimento. Nele, resalta-se as especificidades do setor industrial, enfatizando sua importância na busca pelo progresso econômico, e apresentando a estratégia compatível com o processo industrialização.

O terceiro capítulo apresenta relação entre industrialização e desenvolvimento econômico, com ênfase nas teorias novo-desenvolvimentista original e pós keynesiana que abordam esta temática. Adiante sistematiza o debate sobre desenvolvimento econômico apresentando a visão das teorias contemporâneas e em seguida uma abordagem fundamentada nos escritos de Keynes, ressaltando suas diferenças teóricas e metodológicas. Aborda-se a discussão sobre as estratégias nacionais de desenvolvimento, e sobre o início do debate desenvolvimentista. Ademais, expõe o conceito sobre o termo desenvolvimentismo para subsidiar o debate sobre a retomada do crescimento

O capítulo quatro concentra-se sobre os aspectos macroeconômicos da teoria novo desenvolvimentista original – denominada macroeconomia do desenvolvimento, enfatizando seus principais instrumentos na busca pelo progresso econômico. No quinto capítulo realiza-se uma análise pós-keynesiana da macroeconomia do desenvolvimento, destacando pontos convergentes e após uma avaliação crítica. Ademais, apresenta os entraves para a execução de uma estratégia consoante com esses princípios. Por fim, apresenta-se as conclusões da pesquisa.

2. AS CONTRIBUIÇÕES DE HARROD, KALDOR E THIRLWALL NA ASSOCIAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO

2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo das últimas décadas, pesquisadores da área de Economia e afins, têm se defrontado com o desafio de compreender os motivos pelos quais alguns países e regiões apresentam um crescimento econômico e social maior do que outros. Nesse contexto, buscam identificar as determinantes para ocorrência do crescimento com intuito de propor alternativas para que outras sociedades possam experimentar os mesmos benefícios.

Nesse sentido, destaca-se a importância atribuída à industrialização, devido a estreita associação que parece existir entre esse processo, a renda real per capita e entre o progresso da indústria e o aumento da produção como um todo. Em virtude disso, diversos autores concebem a ideia de “indústria como motor do crescimento”. Alguns países através de uma combinação de capital e conhecimento, conseguiram crescer muito mais rápido do que outros. A influência predominante tem sido a industrialização e o progresso tecnológico associado a ela.

Diante disso, o objetivo deste capítulo é apresentar a contribuição de Harrod, Kaldor e Thirlwall a respeito da relação entre industrialização e crescimento. A escolha por esses autores diz respeito ao pioneirismo acerca das inter-relações entre industrialização e crescimento, sobretudo do ponto de vista do que posteriormente se denominou uma escola de pensamento pós-keynesiana. Ademais, objetiva-se ressaltar as especificidades do setor industrial enfatizando sua importância na busca pelo progresso econômico, apresentando a estratégia compatível com o processo de industrialização.

Para cumprir esse objetivo, além dessa introdução, o capítulo apresenta seis seções adicionais. A seção seguinte aborda a contribuição de Harrod sobre o crescimento, destacando as diferentes taxas de crescimento apresentadas pelo autor. A terceira seção apresenta as Leis de crescimento de Kaldor, apontando a importância do setor industrial nesse contexto. Apresenta-se as três leis de crescimento, além de destacar os fatores que influenciam para o crescimento e desenvolvimento industrial. Em seguida, expõe-se o papel das exportações no que tange ao crescimento econômico. A seção 5 apresenta a discussão sobre proteção à indústria, salientando os argumentos a seu favor para o desenvolvimento industrial. Após destacar os pontos favoráveis e contrários, destaca-se a influência do balanço de pagamentos sobre o crescimento apresentado o modelo seminal de Thirlwall (1979). A sétima seção destaca a teoria de Pasinetti sobre o processo de

mudança estrutural, apresentando seus benefícios e desafios. Por fim, as considerações finais concluem o capítulo.

2.2. TAXAS DE CRESCIMENTO DE HARROD

Em seu artigo de 1939, Harrod apresentou um modelo que tinha como objetivo estudar as características do crescimento econômico em uma economia capitalista. Diante disso, baseava-se na construção de uma teoria dinâmica, sendo essa compreendida como um sistema de axiomas aos quais permitem identificar a situação em que certas forças atuam de forma constante com intuito de modificar determinada magnitude do sistema.

Seu modelo possui três proposições: (i) o nível de renda é o determinante mais importante da oferta de poupança; (ii) a taxa de crescimento da renda é principal determinante da demanda por poupança; (iii) a demanda agregada deve ser igual a oferta agregada.

Assim, Harrod (1939) expõe as duas equações de seu modelo:

$$Gw = s/C \tag{1}$$

A equação (1) representa Gw como a taxa garantida de crescimento. Sobre essa taxa, o autor destaca: “a taxa garantida de crescimento é dada como aquela que se for alcançada deixara todos os agentes econômicos satisfeitos, na certeza de que eles produziram as quantidades corretas de produtos.” (Harrod, 1939, p. 29). Desse modo, Harrod enfatiza a influência das expectativas de aumento da demanda por bens de consumo sobre os produtores, no que tange à realização de investimentos com intuito de adquirir máquinas e equipamentos.

$$G = S/Cp \tag{2}$$

A equação (2) apresenta G como a taxa geométrica de crescimento do produto; s como a propensão marginal a poupar; C como os bens de capital requeridos para o incremento de uma unidade de produção; e Cp como o valor do incremento do capital social no período dividido pelo incremento da produção total.

Conforme Harrod (1939), Cp pode ser interpretado como investimento *ex post* enquanto C o investimento *ex ante*. Em cenários onde ambos os investimentos são equivalentes a uma expansão do estoque de capital reflete no aumento desejado pelas

condições estabelecidas pela tecnologia ou outras condições como confiança e taxa de juros. Entretanto, essa igualdade pode não ocorrer.

Em circunstâncias onde o investimento *ex post* se apresenta em menor proporção que o *ex ante*, tende a ocorrer uma redução não desejada dos estoques de capital ou fornecimento insuficiente de equipamentos. Com isso, o nível de poupança será menor que o investimento *ex ante*, resultando em estímulos para realização de novos investimentos e expansão do nível de produto. Da mesma forma ocorre o oposto em condições em que Cp mostre-se maior que C (HARROD, 1939).

Harrod define como equação fundamental de seu modelo a taxa garantida de crescimento, ou seja, a taxa que atende aos desejos dos empresários. Assim, Gw deve ser entendida como a taxa que investiga a integração das duas propriedades do investimento: o potencial de criar capacidade produtiva e, ao mesmo tempo, gerar demanda adicional por meio da ação do multiplicador. Para melhor caracterizar as variáveis, deve-se pensar Gw como a taxa de crescimento que, se alcançada, tende a estimular os empresários a realizarem uma expansão do mesmo nível no período seguinte (HARROD, 1939). Diante disso, destaca-se a importância da análise sobre o comportamento dos empresários no sistema, com intuito de compreender se eles possuem, de fato, condições de expandir seus investimentos de maneira coordenada à taxa de crescimento Gw (HARROD, 1939).

Entretanto, Harrod salienta não ser possível apresentar garantias de que em uma economia capitalista os empresários sejam capazes de estabelecer o nível dos investimentos consoantes com a variação da taxa de crescimento desejada, uma vez que as decisões de investimento são estabelecidas de acordo com as expectativas individuais da taxa de crescimento a qual permite aos empreendimentos a obtenção de lucros. Nesse contexto, faltam determinantes no sistema que possibilitem a convergência à taxa garantida.

Com intuito de demonstrar esta relação, apresenta-se a suposição de que a taxa de crescimento efetivo do produto esteja abaixo da garantida. Com esse cenário, a economia encontra-se em um contexto de recessão uma vez que a capacidade de produção se apresenta em níveis inferiores em comparação à capacidade esperada pelos empresários, tal fato faz com que a taxa de crescimento diminua de forma gradual. Como contraposição, ao supor a taxa efetiva acima da taxa garantida, apresenta-se um processo contínuo de expansão da economia refletindo o crescimento do produto.

Devido às proposições do modelo desenvolvido por Harrod, em situações nas quais G mostra-se divergente de Gw , o funcionamento normal do sistema faz com que os erros dos agentes sejam cumulativos e não autocorretivos (HARROD, 1939).

Thus in the dynamic field we have a condition opposite to that which holds in the static field. A departure from equilibrium, instead of being self-righting, will be self-aggravating. Gw represents a moving equilibrium, but a highly unstable one (HARROD, 1939, p. 22)

Nesse contexto, observa-se que as flutuações são explicadas a partir da própria dinâmica do sistema e dos desequilíbrios entre G e Gw . Conforme destacou o autor, a ocorrência da taxa efetiva diferente da taxa garantida tende a resultar com que forças centrífugas conjugam-se fazendo com que o sistema se afaste mais e mais da linha de avanço requerida (HARROD, 1939). Desse modo, com intuito de que a economia cresça no curto prazo de maneira equilibrada e em consonância com pleno emprego, as taxas de crescimento (G e Gw) devem ser iguais. Contudo, esse cenário mostra-se bastante improvável, uma vez que o crescimento deve ser compatível com o pleno emprego.

A interação entre G e Gw apresenta influências tanto no curto quanto no longo prazo, uma vez que as diferenças entre as taxas de crescimento resultam em períodos de expansão ou recessão. Em um cenário de longo prazo esse mecanismo permanece válido. Desse modo, Harrod introduz uma nova variável em seu modelo, a taxa de crescimento natural Gn . Contudo, destaca que essa taxa se determina de forma exógena em função do crescimento da população e da produtividade. Com o estabelecimento de Gn , a ocorrência de crescimento equilibrado irá ocorrer através do estabelecimento de $G = Gw = Gn$. Entretanto, devido aos diferentes determinantes apresentados entre a taxa de natural e a taxa garantida, a relação de igualdade tende a não ocorrer (HARROD, 1939).

Com o estabelecimento de Gn , essa taxa tende a determinar o crescimento máximo da economia. Assim, o autor enfatiza que:

The system cannot advance more quickly than the natural rate allows. If the proper warranted rate is above this, there will be a chronic tendency to depression; the depressions drag down the warranted rate below its proper level, and so keep its average value over a term of years down to the natural rate. But this reduction of the warranted rate is only achieved by having chronic unemployment (HARROD, 1939, p. 30).

Após apresentar as três taxas de crescimento, Harrod conclui que o comportamento do sistema se apresenta de modo fundamentalmente instável, assim, existe apenas uma única taxa na qual o sistema tende a crescer de forma contínua. Não

existem fatores, no entanto, que assegurem o crescimento da economia a essa taxa de equilíbrio.

A partir do estabelecimento do modelo de Harrod e das diferentes taxas de crescimento, despertou o interesse de vários economistas sobre o assunto, entre eles Nicholas Kaldor. No escopo do crescimento, buscou entender o porquê de alguns países crescerem mais que outros. O autor expôs sua teoria em uma palestra inaugural sobre a razão das taxas de crescimento diferenciadas no ano de 1966 em Cambridge no Reino Unido. A partir daí apresentou uma série de leis que tinham como objetivo explicar as causas por trás das diferentes taxas de crescimento entre os países. Nesse contexto, Kaldor (1966) expôs generalizações empíricas sobre o crescimento da produção setorial e produtividade dos países avançados, utilizando dados de vários países da OCDE durante o período pós-guerra. Além das leis de crescimento, o autor destacou a importância da indústria para o sucesso dos países no alcance do crescimento econômico.

Diante disso, a próxima seção expõe as Leis de Crescimento de Kaldor, destacando a importância da indústria em sua abordagem.

2.3. LEIS DE CRESCIMENTO E O PAPEL DA INDÚSTRIA

Kaldor (1966) tinha como objetivo trazer uma abordagem alternativa para explicar as diferenças registradas nas taxas de crescimento alcançadas por diferentes países. Diante disso, estabelece leis de crescimento na tentativa de explicar tais diferenças nessas taxas de crescimento.

2.3.1. Primeira lei de crescimento

A primeira lei de crescimento destaca a existência de alta correlação entre a taxa de crescimento do produto interno bruto e a taxa de crescimento da produção manufatureira e ao mesmo tempo, destaca que uma rápida evolução da taxa geral de crescimento tende a refletir em um maior excesso da taxa de crescimento da manufatura e produção sobre a taxa de crescimento da economia como um todo. Nesse contexto, a taxa de crescimento da produção manufatureira pode agir com bastante precisão sobre a taxa de crescimento da economia. Dessa forma, a primeira lei de crescimento evidencia a correlação positiva entre a taxa geral de crescimento econômico e o excesso da taxa de crescimento da produção manufatureira sobre a taxa de crescimento dos setores não-manufatureiros (KALDOR, 1966)

A partir da proposição dessa lei, Kaldor tentou verificar se existiria alguma razão pela qual a taxa de crescimento da produção per capita se tornaria dependente da taxa de crescimento da produção manufatureira, uma vez que as diferenças nas taxas de crescimento mostram-se em grande parte explicadas pelo comportamento da produtividade. Em sua explicação, Kaldor sugeriu que devido ao alto nível de produtividade das manufaturas frente aos outros setores da economia, uma expansão acelerada do setor manufatureiro de alta produtividade eleva a incidência de progresso técnico. Sendo assim, o autor baseou-se em três proposições a fim de chegar a uma conclusão sobre esse ponto (KALDOR, 1966).

A primeira proposição contemplava as diferenças no nível de produção per capita entre diferentes setores. Contudo, como destaca Kaldor, tal proposição mostra-se incapaz de explicar esse fato. A segunda relaciona a taxa de crescimento econômico com a taxa de expansão do setor manufatureiro. Entretanto, conforme Kaldor (1966, p.7-8) destaca:

The second proposition, if it were factually correct, would relate the rate of economic growth to the size of the manufacturing sector (in relation to the whole economy) rather than to its rate of expansion: it would make the rate of economic growth the highest in those countries whose industrial sector, as measured by the proportion of total manpower engaged in it, is the largest

Após encontrar resposta negativa nas duas primeiras proposições, o autor parte para a terceira proposição possível, a qual versa sobre a existência de economias de escala, ou retornos crescentes, influenciando a produtividade e refletindo em seu aumento como subproduto do aumento na produção total.

A abordagem sobre a lei dos rendimentos crescentes, apresentava-se como um argumento conhecido na teoria econômica. A este respeito, Adam Smith argumentava que o retorno por unidade de trabalho se fazia dependente da divisão do trabalho: da extensão da especialização e da divisão da produção¹ em tantos processos diferentes. Além disso, destacava a importância da extensão do mercado sobre a divisão do trabalho, ao passo que quanto maior o mercado, maior a extensão em que a diferenciação e a especialização são realizadas e, portanto, maior a produtividade. Ademais, os retornos crescentes são considerados um "macrofenômeno", ou seja, a ocorrência de economia de escala provenientes do processo de diferenciação e o surgimento de novos processos e

¹Além de Smith, Marshal e Young (1928), enfatizaram a interação de fatores estáticos e dinâmicos sobre a diferenciação e a especialização e com isso maior produtividade.

novas indústrias subsidiárias, não podem ser avaliados de forma adequada somente pela observação dos efeitos das variações sobre o tamanho da indústria (KALDOR, 1966).

Apesar da importância da presença de economia de escala para a indústria, Kaldor (1966) ressalta que podem existir setores que podem ter deixado de ser importantes. Contudo, esses setores podem se beneficiar de uma expansão industrial. Tal processo deve ser analisado com foco sobre suas inter-relações.

2.3.2 Segunda Lei de crescimento de Kaldor – a Lei de Verdoorn

A segunda lei de crescimento abordada por Kaldor afirma a existência de forte relação causal entre o crescimento da produção industrial e o aumento da produtividade no setor industrial, com resultado de rendimentos estáticos e dinâmicos de escala. Essa também é conhecida como Lei de Verdoorn² e destaca.

It is a dynamic rather than a static relationship— between the rates of change of productivity and of output, rather than between the level of productivity and the scale of output—primarily because technological progress enters into it, and is not just a reflection of the economies of large-scale production (KALDOR, 1966, p.10)

Contudo, existem alguns autores que mesmo admitindo a relação estatística entre crescimento da produtividade e crescimento da produção, argumentam que ela nada diz sobre causa e efeito. De acordo com essa visão, a Lei de Verdoorn:

[...] may simply reflect the fact that faster growth rates in productivity induce, via their effects on relative costs and prices, a faster rate of growth of demand, and not the other way round. This alternative hypothesis is not, however, fully specified—if it were, its logical shortcomings would at once be apparent. If the rate of growth of productivity in each industry and in each country was a fully autonomous factor, we need some hypothesis to explain it (KALDOR, 1966, p.13).

A hipótese usual é que o crescimento da produtividade é proveniente do avanço do conhecimento em ciência e tecnologia. Com essa hipótese, nega-se a presença de retornos crescentes de escala, característica importante da indústria. Além disso, não é levada em consideração a influência da Lei de Verdoorn sobre a dinâmica econômica como, por exemplo, na análise dos efeitos de integração econômica (KALDOR, 1966).

Ao reconhecer a relação entre o crescimento da produtividade e da produção, as diferenças registradas não parecem tão relevantes, e pode-se ter uma visão diferente da

²A lei de crescimento recebe essa nomenclatura em virtude de retomar às primeiras investigações de Verdoorn (1949).

“classificação da eficiência” de vários países. Assim, ao analisar os efeitos do comportamento de investimento no crescimento em termos de desempenho de um país, de acordo com o teste de Verdoorn – tomando como base o comportamento do investimento pela relação capital/produto incremental – os resultados apresentam coerência. Entretanto, apontam os retornos crescentes como causa mais importante no que tange às diferenças nas taxas de crescimento da produtividade, do mesmo modo as diferenças no comportamento do investimento explicam as diferenças residuais que são relativamente menos importantes (KALDOR, 1966).

2.3.3. A terceira lei de crescimento de Kaldor

A terceira lei de crescimento afirma que existe forte relação causal positiva entre a velocidade de expansão do setor manufatureiro e o aumento da produtividade fora desse setor. Essa relação verifica-se em decorrência dos rendimentos decrescentes da agricultura e de pequenas atividades de serviços que fornecem mão de obra ao setor industrial. Em virtude disso, o crescimento da produtividade tem se apresentado bem mais elevado do que da produção, na medida em que se mostra uma relação definida, o aumento da produtividade e o do emprego tendem a estar relacionados negativamente. (KALDOR, 1966).

O autor destaca que em alguns países, a taxa relativamente alta de crescimento da produtividade na agricultura reflete uma consequência passiva da absorção de mão de obra excedente nas ocupações secundárias e terciárias, não necessariamente, um reflexo do verdadeiro progresso tecnológico ou de maior investimento de capital por unidade de produção. Em grande parte desse campo, o aprendizado pela experiência deveria propiciar vantagens de especializações, contudo as economias de escala não são tão proeminentes e se esgotam mais rapidamente. Desse modo, a produtividade pode aumentar em resposta automática ao aumento de consumo causado pelo crescimento da produção nos setores primário ou secundário (KALDOR, 1968).

Como apresentado anteriormente, a evolução da produção industrial tende a exercer influência dominante sobre o crescimento econômico. Com isso, atua sobre a taxa de crescimento da produtividade no próprio setor industrial e ao mesmo tempo atua indiretamente elevando a taxa de crescimento de outros setores. Kaldor (1966, p. 18) elucidada:

This will happen, or may happen, both in agriculture and in the distributive trades— in the first because it induces a faster rate of absorption of surplus

labour; in the second because it secures a faster increase in the through-put of goods into consumption. And of course, it is true more generally that industrialisation accelerates the rate of technological change throughout the economy.

Após apresentar as leis de crescimento, Kaldor (1966) aborda a questão sobre o aumento da taxa de produção manufatureira de alguns países mais rápidos do que outros. Sobre essa condição, o autor destaca fatores de demanda e oferta, ao passo que ambos se combinam com intuito de alavancar as taxas de crescimento.

Kaldor (1966, p. 19) define crescimento econômico como:

[...] result of a complex process of interaction between increases of demand induced by increases in supply and of increases in supply generated response to increases in demand. Since in the market as a whole commodities are exchanged against commodities, the increase in demand for any commodity, or group of commodities, reflects the increase in supply of other commodities, and vice versa. The nature of this chain-reaction will be conditioned by body demand elasticities and supply constraints; by individual preferences or attitudes and by technological factors (KALDOR, 1966, p. 19).

No que diz respeito à reação em cadeia, essa tende a refletir os aumentos da demanda, sobretudo *commodities*, ao passo que o processo será mais veloz em resposta a esse aumento de demanda. As *commodities* apresentam um alto poder de resposta em relação a oferta e quanto maior a resposta de demanda induzida por aumentos na produção, fator que determina a taxa de crescimento da produção industrial (KALDOR, 1966).

Com intuito de apresentar explicação para as diferenças apresentadas no processo de crescimento dos países, Kaldor busca investigar as causas que propiciam diferentes taxas de crescimento sobre o setor industrial, apoiando-se no estágio de crescimento ao qual o país está inserido. Nesse sentido, a próxima seção destaca as fontes de crescimento para Kaldor.

2.4. KALDOR E AS FONTES DE CRESCIMENTO

Para o autor, as motivações para as divergências apresentadas entre o progresso dos países podem ser explicadas tanto por fatores de demanda quanto de oferta, devido a interrelação entre as partes. Contudo, destaca que a capacidade de reação entre as partes irá balizar a taxa de crescimento da economia (KALDOR, 1966).

Ao analisar fontes do crescimento pelo lado da demanda, Kaldor destaca a influência exercida por três fontes: o consumo, o investimento interno e as exportações líquidas. O consumo apresenta dependência de uma mudança sobre o comportamento da

demanda no que diz respeito à estrutura de consumo associada a uma elevação na renda real per capita. O aumento da produção industrial reflete o aumento da renda real per capita e com isso, tende a elevar a demanda focalizada em produtos industriais (KALDOR, 1966).

Outra fonte de crescimento pelo lado da demanda decorre do investimento de capital. Segundo Kaldor essa seria uma das fontes mais importantes pela ótica da demanda, de modo que: *“the peculiarity of a highly developed industrial sector which largely supplies the goods on which capital expenditures are spent, and thus generates a demand for its own products in the very process of supplying them”* (KALDOR, 1966, p. 20).

Assim, ao atingir um estágio de industrialização em que consiga suprir suas necessidades em relação a máquinas e equipamentos, esse processo exerce influência sobre o aumento da demanda por produtos domésticos. Desse modo, uma expansão da capacidade do investimento tende a expandir cada vez mais a demanda por produtos domésticos. Como resultado, observa-se uma influência deste fato, da qual consegue elevar de forma independente a taxa de crescimento da demanda pelos produtos de seu próprio setor. Atuando de modo a propiciar os incentivos, assim como os meios para uma expansão futura, a qual será limitada por restrições tecnológicas (KALDOR, 1966).

A terceira fonte da taxa de crescimento da demanda é proveniente da mudança na estrutura do comércio exterior. Segundo Kaldor (1966, p. 21):

The early stages of industrialisation invariably involve reduced imports of manufactured consumer goods and increased imports of machinery and equipment. During this phase, therefore, the rate of growth of demand for domestic manufactures rises faster than total consumption, on account of the substitution of home production for imports.

Entretanto, tomando como base a experiência de muitos países, observa-se que essa fase de desenvolvimento relativamente rápida tende a se esgotar conforme o processo de substituição das importações de bens de consumo mostrar-se gradualmente concluído. Devido essa limitação em busca da manutenção do progresso, se faz necessário que o país em processo de industrialização entre em um segundo estágio no qual deve se tornar um crescente exportador líquido de bens de consumo manufaturados (KALDOR, 1966). Na esteira desse processo, apresenta-se uma terceira etapa representada pela “substituição de importações” em bens de capital, da qual provavelmente irá refletir uma taxa de crescimento acelerada à medida que se desenvolvem as “indústrias pesadas” em relação ao crescimento do resto da economia.

O autor destaca um quarto e último estágio no qual um país tende a se tornar um crescente exportador líquido de bens de capital. Durante sua ocorrência, o autor aponta que o país deve alcançar um “crescimento explosivo” em que apresenta uma taxa rápida de crescimento da demanda externa por produtos provenientes das “indústrias pesadas”³ em combinação com o crescimento criado de forma autônoma da demanda em resultado de sua própria expansão (KALDOR, 1966). Contudo, o autor destaca ser uma fase de transição:

[...] once the investment sector is fully developed, and once a country has acquired a reasonably large share of the world trade in investment goods, demand growth tends to slow down, as the broad historical experience of older industrialized countries has shown (KALDOR, 1966, p. 22).

No que tange à oferta, Kaldor destaca que essa restrição pode apresentar-se através de mercadorias ou trabalho. Desse modo, uma restrição de mercadorias pode ser entendida com uma restrição no balanço de pagamentos a qual *“arises because a growth rate of export growth rates that generates a given tax is a growth rate of exports”* (KALDOR, 1966, p.23). Sobre o trabalho, o autor aponta que a evolução industrial proporciona uma demanda crescente por serviços de vários tipos, contribuindo para a expansão do setor terciário. Assim, pode-se expressar que nesse contexto, o limite para o crescimento da economia está relacionado a restrições da oferta, principalmente no que se refere à disponibilidade de mão-de-obra. Kaldor (1966, p. 30) elucida essa limitação ao destacar: *“it is the existence of an elastic supply curve of labour to the secondary and tertiary sectors which is the main pre-condition of a fast rate of development”*.

Os argumentos defendidos por Kaldor durante a década de 1960, destacam a influência tanto de fatores referentes à demanda quanto à oferta. Contudo, Kaldor (1970) inicia uma nova fase do desenvolvimento de suas ideias defendendo que o limite ao crescimento econômico poderia ser apresentado de forma anterior ao alcance do pleno emprego. Com base nessa mudança de pensamento, haveria uma restrição externa (FREITAS, 2003). Diante disso, a próxima seção apresenta o crescimento via exportações.

2.4.1. Crescimento via exportações

Kaldor passou a defender a ideia de que o crescimento das economias capitalistas industrializadas seria liderado pela demanda. Nesse contexto, destaca o papel das

³ Como indústria pesada considera-se setores como: siderurgia, metal etc.

exportações. Ao desenvolver o argumento apoiado nessa fonte de crescimento Kaldor (1970) retoma os princípios de causalidade cumulativa e o multiplicador de comércio exterior. O princípio de causalidade cumulativa foi desenvolvido por Myrdal (1957) com intuito de explicar as diferenças existentes entre países e o crescimento dos países. Devido à presença de retornos crescentes no setor industrial e a Lei de Verdoorn o princípio de Myrdal opera. Desse modo, regiões ou países aos quais exportações industriais aumentam de maneira mais acelerada do que as exportações líquidas mundiais, apresentam uma taxa de crescimento econômico mais rápida. Por esse motivo, tende a ocorrer uma diminuição da taxa de crescimento das regiões em que as participações no comércio mundial também diminuem como efeito (KALDOR, 1974).

Kaldor argumenta que o comércio internacional pode atuar agravando as diferenças sobre as exportações, pois países com um setor industrial avançado devem intensificar suas exportações em comparação a países com esse setor em estágios iniciais. Essa desvantagem pode refletir no fim do setor industrial desses países, caso não exista contrapartidas em relação à agricultura e em termos de produção. Desse modo, o comércio internacional atua intensificando esse processo entre países industrializados e baseados em atividades agrícolas. Portanto, o comércio internacional tende a gerar um processo de divergência entre aqueles países que se especializaram em atividade manufatureiras e aqueles países que se especializaram em atividades agrícolas (KALDOR, 1970).

Kaldor retoma o multiplicador de comércio internacional apresentado por Harrod ao tratar as exportações como a variável exógena ao passo que a limitação para o crescimento estaria no balanço de pagamentos e não do lado da oferta como apresentado anteriormente. Desse modo, as exportações apresentam-se como variável fundamental e componente autônomo da demanda pois ela lidera o crescimento da economia e ao mesmo tempo estabelece os limites da produção (KALDOR, 1970).

Dixon e Thirlwall (1975), elencam algumas características especiais desse mecanismo frente a outros. As exportações diferem dos outros componentes da demanda em três aspectos importantes. Primeiro, elas são o único verdadeiro componente da demanda autônoma em um sistema econômico no sentido de a demanda provir de fora do sistema. Ao passo que a maior parte da demanda de consumo e investimento depende do crescimento da própria renda. Segundo, as exportações são o único componente da demanda capaz de custear os requisitos de importação para o crescimento. É possível, durante breve período, dar início ao crescimento impulsionado pelo consumo, pelos investimentos ou pelos gastos governamentais, mas todos esses componentes da demanda

tem um conteúdo de importações. Desse modo, a não existência de receita de exportação para custear o conteúdo de importação dos demais componentes dos gastos, a demanda tem de ser limitada.

Nesse aspecto, as exportações têm grande importância quando o equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos é um requisito de longo prazo. Isso significa que as exportações têm não apenas um efeito direto na demanda, mas também um efeito indireto por permitirem que todos os outros componentes da demanda cresçam mais depressa do que aconteceria em outra situação. O terceiro aspecto importante das exportações é que as importações (permitidas por elas) podem ser mais produtivas que os recursos internos, uma vez que alguns bens cruciais necessários ao desenvolvimento (como os bens de capital) não são localmente produzidos. Essa relação ocorre, pois o aumento das exportações possibilita ampliar a importação de máquinas e equipamentos com intuito de aumentar a produção. Assim, consegue atuar de modo a custear os requisitos de importação para o crescimento (DIXON; THIRLWALL, 1975).

Pode-se, assim, demonstrar que quando há rendimentos crescentes e aumento induzido da produtividade, o crescimento das exportações pode instaurar um círculo virtuoso de crescimento. Assim, o aumento das exportações gera uma elevação da produtividade e por conseguinte do nível de produção, com isso, ocorre uma expansão da competitividade que tende a fortalecer o processo de crescimento do país. Intensificando esse processo tem-se novamente o incremento a exportação. Com o estabelecimento do círculo virtuoso, tende-se a reforçar as divergências entre regiões e países da economia mundial. Segundo Dixon e Thirlwall (1975), em virtude desses argumentos originam-se modelos do tipo centro-periferia de crescimento, na tentativa de explicar as divergências apresentadas entre diferentes países e regiões.

A formalização do modelo apresentado por Kaldor (1970) é desenvolvido⁴ por Dixon e Thirlwall (1975) de modo que a demanda de exportações se apresenta como o componente mais importante da demanda autônoma em uma economia aberta. Desse modo, o crescimento das exportações rege o crescimento da produção a longo prazo. O aumento da produtividade, portanto, depende, em parte, do próprio crescimento da produção, por meio dos rendimentos estáticos e dinâmicos e de escala provenientes da lei de Verdoorn.

⁴ Para acessar a formalização do modelo, ver Dixon e Thirlwall (1975); Thirlwall (2005).

Uma vez que as condições de comércio mundial se mostram em constantes mudanças e a competitividade das exportações atuam sob a influência do surgimento de novos exportadores industriais, não se pode supor que qualquer taxa de câmbio seja capaz de garantir uma taxa de crescimento das exportações ao longo do tempo. Para que tal condição ocorra é necessária uma mudança dos salários monetários de forma improvável, de modo a compensar qualquer variação líquida na demanda de trabalho (KALDOR, 1971).

Kaldor (1970) destaca que a razão principal pela qual as exportações mostraram-se como fator importante para o progresso relaciona-se ao crescimento da economia mundial. Assim, exportações provenientes de um determinado país ou região podem atuar como fator primordial na determinação da produção dos setores industriais e de serviços, além de influenciar o nível de emprego nesses setores durante períodos extensos. Desse modo, do ponto de vista de longo prazo, a taxa ideal de evolução das exportações é representada como aquela que maximiza o crescimento da renda nacional real.

Essa taxa mostra-se dependente dos efeitos de um maior crescimento das exportações e do investimento sobre o aumento da produtividade e ao mesmo tempo em seus efeitos em relação aos termos de troca (KALDOR, 1971). Contudo, para obter uma evolução das exportações e do mesmo modo um aumento no volume de exportações se faz necessário termos de troca favoráveis, minimamente no que se refere às *commodities*, além de envolver uma maior taxa de crescimento do PIB, fazendo com que a meta ideal seja capaz de garantir o crescimento da produtividade a qual o índice de crescimento da renda real mostre-se elevado.

Após apresentar a importância da estratégia de crescimento via exportações para o crescimento da produtividade e desenvolvimento industrial a próxima seção traz a defesa do argumento de proteção à indústria, tanto no que se refere a indústria nascente como na correção do viés de exportação.

2.5. PROTEÇÃO À INDÚSTRIA

Harrod (1963) apresenta que os países produtores primários também exportam uma certa quantidade de produtos manufaturados, embora em pequena proporção, assim como os países industrializados têm em sua pauta de exportação de produtos agrícolas. Contudo, durante o período pós-guerra, esses países e principalmente os que tinham iniciado seu programa de industrialização, passaram por grandes dificuldades,

decorrentes do fracasso de suas exportações e por não conseguirem acompanhar a evolução do comércio mundial.

Sobre o processo de industrialização, Kaldor (1984, p. 66) explicita:

The fact remains that all the countries which became industrialised (other than Britain which started off the process) did so with the aid of protective tariffs which were high enough to induce a substitution of home-produced goods for imports.

Desse modo, o autor destaca que o principal obstáculo para competição entre países com indústrias estabelecidas frente aos países que estão em estágios iniciais reside na estrutura interna de custos e preços. Sobre esse aspecto, enfatiza-se a diferença entre produtos agrícolas e bens manufaturados (KALDOR, 1964).

Desde Friedrich List (1841) havia conhecimento de que em estágios iniciais de industrialização a produtividade do trabalho nas atividades manufatureiras mostra-se baixa, de modo que mesmo que apresentem níveis de salários consideravelmente baixos, o setor manufatureiro contempla alto custo. Com o desenvolvimento e expansão das atividades industriais, obtêm-se aumentos de produtividade e redução dos custos devido às economias de escala e retornos crescentes. Ao mesmo tempo destaca-se o desenvolvimento de habilidades e *know-how* em consequência da atividade desenvolvida, bem como o ganho de experiência cumulativa, resultante do processo *learn by doing*. (KALDOR, 1964). De acordo com o autor:

This is the basic justification of the now universally accepted principle that an under-developed country needs to protect its manufacturing activities from foreign competition by restricting imports through protective duties or quantitative import controls (KALDOR, 1964, p. 495).

Assim, a proteção de indústrias nascentes mostra-se necessária para compensar a ocorrência de elevados custos marginais de produção incorridos pelos empresários em países com estágio inicial de crescimento em relação aos custos sociais marginais em um país mais desenvolvido. Desse modo, a indústria a qual está se constituindo apresenta custos mais elevados em relação aos custos da atividade em cenários nos quais o setor encontra-se estabelecido (KALDOR, 1964). Diante disso, torna-se inviável uma melhor alocação de recursos sem que haja interferência no mecanismo de preços através de impostos ou subsídios.

Sobre o argumento da proteção à indústria nascente, Kaldor (1964) enfatiza que essa premissa recebeu um reforço poderoso nos últimos anos desde o crescente reconhecimento da importância de “desemprego disfarçado” em países

subdesenvolvidos. Assim, os empregos provenientes da agricultura se mostram limitados, de modo que não existem alternativas de emprego produtivo para o trabalho da agricultura, devido a limitação da terra. Conseqüentemente, o custo de deslocamento do emprego da agricultura é inexistente. Resultando no fato de que a quantidade de trabalhadores provenientes da terra mostra-se limitado, portanto, não há formas alternativas de emprego produtivo para o trabalho empregado nesses setores.

Devido à presença de retornos crescentes por parte da indústria e o processo de *learning by doing* combinado com o desemprego disfarçado proveniente do excedente de trabalho em relação à terra, refletem desigualdades entre o custo do capital e o custo social na produtividade. Essa configuração contribui como justificativa para aplicar tributação diferenciada a favor da promoção da industrialização (KALDOR, 1964).

Nesse contexto, o autor enfatiza que *"the effects of protective duties, by raising the prices which the agricultural sector pays for industrial products, amount to a taxation of agriculture for the benefit of industry"* (KALDOR, 1964, p. 496). Desse modo, observa-se que uma mudança sobre a estrutura interna de preços deve se adaptar à estrutura interna de custos.

Através dessa configuração, os direitos de importação mostram-se eficazes na promoção da industrialização desde que haja espaço para a criação de uma demanda interna de manufaturados em substituição às importações (KALDOR, 1964). Contudo, o autor destaca que as medidas de proteção devem ser moderadas e discriminatórias. Não devem atuar com intuito de incentivar o crescimento desenfreado de empresas que apresentem alto custo e preços. Ao mesmo tempo, o tipo de proteção deve ser reduzido com o crescimento da produção doméstica à medida que as indústrias vão saindo do estágio nascente e se desenvolvendo, com objetivo de alcançar um potencial de exportação.

A proteção à indústria deve ser adotada de modo seletivo, estabelecendo primeiro as empresas que necessitam de menor atuação de *know-how* industrial e em menor escala para uma produção eficiente, enquanto as dependentes de maior *know-how* devem ser estabelecidas em estágio posterior. Seu estabelecimento deve ocorrer em cenários em que as indústrias que apresentem menor dependência em seu desenvolvimento já estejam inseridas em um estágio de exportação de parte significativa de sua produção (KALDOR 1964).

Nesse sentido, Kaldor (1974) destaca que a estratégia utilizada pelos países latino-americanos contemplava proteção indiscriminada, que resultou no crescimento de

indústrias que se configuram por operar a um custo muito alto quanto ao preço externo de tais produtos. Tal estratégia resultou em que pouca ou nenhuma nova indústria fosse capaz de competir nos mercados de exportação, e um dos legados de longo prazo da industrialização na América Latina diz respeito ao problema crônico em relação ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

Contudo, ao atingirem os limites da substituição de importação o processo de crescimento tende a desacelerar. Ao alcançar seu ponto de esgotamento, o mecanismo de expansão torna-se limitado pelo aumento do poder de compra interno ao qual reflete o incremento da produção da agricultura. Desse modo, em cenários no qual o mercado interno mostre-se capaz de manter os níveis de produtividade elevados, esses países não conseguem atingir um nível competitivo com preços internacionais. A este respeito, o autor elucida:

[...] in which case the industries cease to be 'infants' and are no longer dependent on protection—the kind of industrialization which is fostered by import substitution does not make it possible to raise export capacity *pari passu* with the rise in domestic income and in import requirements (KALDOR, 1964, p. 497)

Outro argumento em favor da intervenção sobre a indústria diz respeito à correção do viés de exportação. Kaldor (1964) o resume ao destacar que a expansão no mercado mundial de produtos primários em discrepância com os mercados domésticos pequenos para manufaturados tende a atrair capital estrangeiro e empresas para seus exportadores. Contudo, isso acabou agravando a disparidade inicial na produtividade desses recursos entre a indústria e a agricultura.

Como resultado, as economias dos países exportadores apresentam uma alta taxa de exportação voltada para a renda nacional com o setor exportador especializado e avançado, enquanto o setor doméstico fica para trás. Desse modo, o grau de instabilidade sofrido por esses países não se deve apenas aos seus termos de troca deteriorados, somado a esse cenário observa-se a incapacidade de transferência de recursos provenientes da exportação para o setor doméstico com o intuito de ajustar mudanças nos termos de troca (KALDOR, 1964).

Kaldor (1964) recomenda a proteção de um grupo de indústrias como mecanismo de correção do viés de exportação cumulativo. A partir disso, deve-se privilegiar fatores de demanda, assim deve ser selecionado o grupo que apresentem mercadorias com maiores elasticidades de renda e elasticidades cruzadas de demanda.

Após apresentar a importância da proteção à indústria durante os estágios iniciais de industrialização e para que não haja problemas relacionados ao saldo comercial, a próxima seção traz a importância do balanço de pagamento no que tange ao crescimento e desenvolvimento industrial.

2.6. A INFLUÊNCIA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS NO CRESCIMENTO

Thirlwall (1979) sustenta a ideia apresentada anteriormente em Kaldor de que as diferenças observadas nas taxas de crescimento entre os países seriam explicadas por fatores relacionados à demanda, destacando a importância das exportações como o principal componente da demanda agregada. Contudo, apresenta como contribuição seminal o fato de que a principal restrição ao crescimento refletia o balanço de pagamentos devido à relevância da reação das importações frente ao crescimento da economia.

Thirlwall (1979; 1982) destaca que numa economia aberta, a principal limitação ao crescimento da demanda tende a ser seu balanço de pagamento. Pode-se afirmar que: *“in long term, no country can grow faster than the rate consistent with the balance of payments balance in the current account, unless it can finance growing deficits, which in general does not happen”* (THIRLWALL, 1979, p.33). Assim apresenta-se um limite do déficit como proporção do PIB e um limite da dívida como proporção do PIB além dos quais os mercados financeiros se inquietam e o país fica impossibilitado de contrair mais empréstimos.

A seguir apresenta-se o modelo desenvolvido por Thirlwall (1979), destacando o papel das restrições do balanço de pagamentos.

2.6.1. O modelo de Thirlwall com restrições do balanço de pagamento

Ao elaborar seu modelo, Thirlwall (1979) considera que o equilíbrio no balanço de pagamentos se resume às contas da balança comercial, desconsiderando a existência de fluxos de capital. Nesse caso, a restrição externa se traduz naquela condição de equilíbrio. Sendo assim,

$$P_d X = P_f M E \quad (3)$$

Em que P_d representa o nível do preço doméstico; X o nível das exportações; P_f o nível do preço externo; M o nível das importações e a taxa nominal de câmbio, medida

através do preço doméstico da moeda externa. Partindo de uma diferenciação total, chega-se ao equilíbrio em termos de taxa de crescimento.

Ao considerar as taxas de crescimento, temos

$$p_d + x = p_f + m + e \quad (4)$$

Com base na equação, as funções exportações e importações apresentam-se como funções multiplicativa, assim possibilita que sua taxa de crescimento seja representada em função das taxas de crescimento dos preços domésticos e externos e não de seus níveis. Assim, as importações são expressas da seguinte forma:

$$M = a \left(\frac{P_f E}{P_d} \right)^\psi Y^\pi \quad (5)$$

A equação (5) representa a como uma constante; y reflete a elasticidade preço das importações, Y o nível de renda doméstica; e p a elasticidade renda das importações, sendo que $y < 0$ e $p > 0$. Ao levar em consideração a taxa de câmbio e realizar a diferenciação total da equação, obtêm-se sua expressão em termos de taxa de crescimento.

$$m = \psi(p_f + e - p_d) + \pi y \quad (6)$$

Ao realizar o mesmo procedimento com relação as exportações temos:

$$X = b \left(\frac{P_d}{P_f E} \right)^\eta Z^\varepsilon \quad (7)$$

A equação representa b como uma constante; h representa a elasticidade preço das exportações; Z o nível da renda externa; e a a elasticidade renda das exportações, de modo que $h < 0$ e > 0 . Ao efetuar a diferenciação total da equação, apresenta-se sua expressão em termos de taxa de crescimento.

$$x = \eta(p_d - p_f - e) + \varepsilon z \quad (8)$$

Substituindo a equação (6) e (8) em (4) e resolvendo para a taxa de crescimento da renda doméstica, chega-se à seguinte expressão:

$$y_b = \frac{(1 + \eta + \psi)(p_d - p_f - e) + \varepsilon z}{\pi} \quad (9)$$

A equação (9) expressa a taxa de crescimento da economia com a manutenção do equilíbrio no balanço de pagamentos y_b . Sobre essa equação Thirlwall (1979) essa equação apresenta diversas proposições econômicas importantes e conhecidas, as quais são:

i) A melhoria dos termos reais de troca, melhora a taxa de crescimento do país de modo compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos. Esse é o efeito puro dos termos de troca sobre o crescimento da renda real;

ii) A alta mais rápida dos preços de um país que dos de outro, medida em moeda comum, reduz a taxa de crescimento compatível com o balanço de pagamentos desse país, quando a soma das elasticidades-preço (negativas) é maior que um;

iii) A desvalorização da moeda eleva o crescimento compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos quando a soma das elasticidades-preço é maior que um. Esse é o análogo da situação estática de Marshall-Lerner para a melhora do balanço de pagamentos após desvalorização da moeda. Observa-se, entretanto, que depreciação ou desvalorização da moeda de uma vez por todas não pode colocar o país em uma via de crescimento permanentemente maior e compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos, uma vez que, no período subsequente à desvalorização, a taxa de crescimento retornaria a seu nível anterior. Usando funções de demanda com elasticidade constante, a desvalorização da moeda teria de ser contínua, mas isso não tardaria a passar para os preços internos, anulando a vantagem da taxa cambial;

iv) A equação mostra a interdependência dos países porque o desempenho de um país em termos de crescimento está ligado ao de todos os outros. Contudo, a rapidez com que um país pode crescer em relação a todos os demais, preservando seu balanço de pagamentos, depende crucialmente de E (taxa de câmbio), a elasticidade-renda da demanda de exportações. Em alguns países, E é muito elevada, enquanto, em outros, é muito baixa;

v) A taxa de crescimento compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos tem relação inversa com seu apetite de importações.

Desse modo, ao considerar que os termos de troca permanecem inalterados, a hipótese feita por Thirlwall frente à observação dos movimentos dos preços relativos na economia mundial, pode ser expressa por:

$$y_b = \frac{\varepsilon}{\pi} z = \frac{x}{\pi} \quad (10)$$

A equação (10) representa o que ficou conhecida como a Lei de Thirlwall. De acordo com esta, dada a taxa de crescimento das exportações apresenta-se uma relação inversa entre a taxa de crescimento de um país e a elasticidade-renda das importações. Desse modo, a taxa de crescimento de uma economia com restrição externa apresentaria dependência frente as elasticidades-renda das importações e exportações e da taxa de crescimento da renda mundial. Assim, Thirlwall (1979, p.65) destaca que *“it could almost be stated as a fundamental law that the growth rate of exports would approach the proportion of their income-elasticity of the demand for imports”*

A partir de seu modelo, o autor apresentou a explicação analisada por Kaldor sem que houvesse necessidade das hipóteses de retorno crescente de escala, da Lei de Veerdom e da existência de causalidade cumulativa (THIRLWALL, 1982). De acordo com o autor, em cenários nos quais os preços relativos não se ajustem às condições de comércio exterior ou em situações nas quais os fluxos comerciais se apresentarem de forma insensível às mudanças de preços, mostram-se dependentes da adaptação do nível de produção e de crescimento na busca pelo equilíbrio entre importações e exportações.

Desse modo, observa-se que em cenários de economia aberta seja mais difícil obstruir uma defasagem entre importações e exportações do que ocultar uma falha na relação entre a poupança e o investimento de modo que o multiplicador de comércio exterior tem mais importância para compreensão do desempenho macroeconômico dos países (THIRLWALL, 1979). Contudo, o autor destaca que o crescimento das exportações tem como condição fundamental uma economia saudável. De modo, que a longo prazo, a única solução segura para elevar a taxa de crescimento de um país, em consonância com o equilíbrio do balanço de pagamentos da conta corrente é a mudança estrutural (THIRLWALL, 1982).

Diante disso, a próxima seção traz a teoria de Pasinetti, enfatizando o papel da mudança estrutural sobre a dinâmica econômica.

2.7. PASINETTI E A MUDANÇA ESTRUTURAL

O termo “dinâmica econômica estrutural” se apresentava como desconhecido na literatura econômica. No entanto, o fenômeno de dinâmica estrutural mostra-se tão longo quanto os próprios problemas de crescimento econômico, dos quais apresentam

forte ligação (PASINETTI, 1987). Desse modo, a relação da dinâmica estrutural e evolução do sistema econômico apresenta-se como fator importante para o processo de crescimento econômico. No que tange à evolução do sistema econômico, Pasinetti destaca:

The evolution of modern economic systems, especially since the inception of the industrial revolution, shows that, as time goes by, the permanent changes in the absolute levels of basic macro-economic magnitudes (such as gross national product, total consumption, total investment, overall employment, etc.) are invariably associated with changes in their composition, that is, with the dynamics of their structure (PASINETTI, 1993, p. 1).

Contudo, não é tão perceptível a distinção entre mudanças transitórias e estruturais⁵ num cenário de curto prazo. Entretanto, a longo prazo, a ocorrência de desvios, mesmo que temporários em qualquer direção acabam anulando uns aos outros. Ao passo que as principais tendências básicas surgem de formas distintas ao longo do tempo. Desse modo, torna-se crível, buscar as inter-relações dos movimentos cumulativos de magnitudes macroeconômicas e as mudanças que ocorrem dentro de suas estruturas (PASINETTI, 1987).

Ao enfatizar uma maior implicação das teorias dinâmicas de mudança estrutural, Pasinetti (1993) destaca que transformações produtivas resultam em alterações na taxa de crescimento de longo prazo. Dessa forma, diferenças sobre o sistema produtivo entre países implicam em diferentes taxas de crescimento econômico.

Pasinetti (1993) enfatiza que os modelos de crescimento de longo prazo, como o modelo de Harrod (1939), abordado na primeira seção deste capítulo, e os modelos que o seguiram foram “forçados” a abandonar hipóteses de mudança estrutural. Entretanto, o autor destaca que através da observação de dados empíricos sobre a dinâmica dos setores no que tange aos sistemas econômicos industriais, é possível observar que os países atravessam um processo contínuo. A partir disso, a mudança dos três grandes setores (agricultura, indústria e serviços) se encaminha para tornar-se uma tendência irreversível frente ao aumento da renda per *capita*. Desse modo, pode-se dizer que em uma economia industrializada ou que esteja passando pelo processo de industrialização, a estrutura produtiva acaba sofrendo mudanças sistemáticas e irreversíveis.

Pasinetti (1987) assume um sistema econômico industrial em que a especialização dos empregos e a divisão do trabalho apresentam-se em um estágio avançado. Assim

⁵ Pasinetti (1983) as definem com mudanças sobre a composição que são permanentes e irreversíveis

sendo, o sistema econômico pode produzir uma infinidade de bens e serviços de grande variedade. Conforme a evolução do sistema, três principais fontes de mudança podem ser escolhidas. Uma primeira fonte é representada pelo crescimento da população (seja por crescimento natural ou por imigração) e por mudanças na proporção da população ativa em relação ao total. A segunda é caracterizada pela aplicação de pesquisa científica e progresso técnico para os processos de produção, que causam em cada ramo industrial uma mudança nas quantidades de produção por unidade de “fatores” absorvidos. A terceira mostra-se conectada com o que se tornou conhecida como “lei de Engel”.

Desse modo, o progresso técnico gera um crescimento contínuo da renda média real per capita, e isso significa um crescimento correspondente da demanda por vários bens e serviços. Esse efeito da demanda tende a refletir aumentos diferenciados da demanda pelos diversos bens e serviços e, portanto, para os diversos setores. Assim, o progresso técnico estabelece um crescimento contínuo da renda média real per capita, e isso significa um avanço correspondente da demanda por vários bens e serviços. Nota-se que as três fontes de mudança apresentadas se referem a características de sistemas industrializados, como os movimentos dinâmicos de população, produtividade e estrutura da demanda aos quais mostram-se como fenômenos inerentes ao desenvolvimento industrial (PASINETTI, 1987).

O autor destaca que o progresso técnico, apresenta-se como um resultado exógeno do processo de aprendizagem, o qual pode reduzir a intensidade do trabalho no processo produtivo e, portanto, aumentar a produtividade do setor. Nesse contexto, destacam-se três aspectos tecnológicos provenientes de seu impacto na dinâmica dos sistemas econômicos: (i) divisão generalizada do trabalho, conseqüentemente, o processo de especialização produtiva; (ii) a não homogeneidade e a diferenciação dos setores provocados por efeitos das mudanças técnicas nas variações dos coeficientes de mão-de-obra; e (iii) a tendência de introdução de novas técnicas e novos bens e serviços através do estabelecimento de novas técnicas de produção, materiais e novas fontes de energia (PASINETTI, 1993).

No que tange a mudanças na estrutura setorial de uma economia, devem-se à existência de taxas particulares de progresso técnico de cada setor e da variação na demanda de cada bem de consumo final. Contudo, as mudanças estruturais podem obtidas pelo lado da demanda apoiadas na Lei de Engel e pela oferta proveniente do progresso técnico exógeno (PASINETTI, 1987).

Entretanto, enfatiza aspectos do lado da demanda, com a Lei de Engel apresentado papel central nesse processo. De acordo com esta Lei, o limite de satisfação pode variar entre os bens, e isso implica que, ao ser alcançado, o consumo das famílias irá refletir em diminuição para determinado bem em resposta a um aumento da renda. Desse modo, a satisfação, representa um papel fundamental no que tange à condução do processo de mudança estrutural pelo lado da demanda. Como resultado de uma diminuição do crescimento da demanda em resposta a um aumento de renda de determinado bem (PASINETTI, 1993).

Outra contribuição importante diz respeito a tratar as diferenças de produtividade entre os setores como uma fonte importante de crescimento econômico, destacando a importância da estrutura de produção e de emprego, no que diz respeito à realocação de trabalhadores entre os setores. Nesse contexto, o desempenho de uma economia se mostra dependente de sua capacidade em promover a mudança estrutural a partir das tendências de realocação de insumos e produtos de setores menos produtivos para aqueles com maiores dinamismos tecnológico e da demanda (PASINETTI, 1993).

A percepção que os padrões de mudança estrutural atuam como principais impulsionadores do crescimento econômico apresentam importantes fatos estilizados sobre a relação entre a estrutura de produção, emprego e o nível de renda de uma economia. Desse modo, induzem a realocação dos fatores de produção entre os diferentes setores e conseqüentemente, níveis distintos de produtividade podem fomentar ganhos – através de uma mudança estrutural que estimule o crescimento – ou perdas econômicas – através de mudança estrutural restritiva ao crescimento (PASINETTI, 1993). Existe, no entanto, uma alternativa para distribuição dos ganhos de produtividade, a qual mostram-se mais presente em economias industrializadas. Esse caminho consiste na manutenção do preço de produção e aumento do retorno dos fatores de produção concomitantemente. Contudo, se todos os setores apresentarem comportamento similares, tendem a resultar em aumento de salários em diferentes magnitudes variando de setor para setor. Ao pressupor uma regularidade no que tange ao aumento de salários, resulta em uma série de taxas diferenciadas sobre preços eficientes. Assim, constitui-se uma dinâmica dos preços relativos ou uma dinâmica estrutural de preços (PASINETTI, 1987).

Deve-se constatar que a mesma dinâmica estrutural dos preços em um sistema industrial, pode estar relacionada a diferentes movimentos do nível geral de preços. Assim, quando o crescimento de salários e vencimentos de fato ocorre a uma taxa percentual que é maior do que a taxa média de crescimento da produtividade, isso tende

a refletir em um aumento do nível geral de preços. Em condições ideais, dada a dinâmica estrutural de preços, a taxa de aumento do nível geral de preços tende a se igualar a diferença entre a taxa nominal de crescimento dos salários e a taxa média de crescimento da produtividade (PASINETTI, 1987).

A dinâmica estrutural do emprego apresenta-se como o maior problema no que se refere aos sistemas industriais, uma vez que serviços de mão de obra não podem ser separados das pessoas que os fornecem. Assim sendo, a introdução de aspectos técnicos e de maquinários resultam em aumento de produtividade, reflete ao mesmo tempo uma queda do nível de emprego frente esses setores. Isso não reflete em desemprego geral, mas sim que um nível satisfatório referente ao emprego pode ser mantido com uma mobilidade apropriada de mão de obra correspondente a tal setor (PASINETTI, 1993).

Após apresentar os desdobramentos do processo de mudança estrutural, o autor destaca que tais mudanças não ocorrem de forma imediata e sim num processo gradual. Assim, sobre a ótica social, seja o maior desafio relacionado às mudanças estruturais das sociedades industriais. Essas mudanças podem se expressar em dois tipos: mudanças provenientes de variação das proporções de fatores, em retorno decrescentes, e mudanças em resultado de mudanças de funções técnicas (PASINETTI, 1974).

Apesar de desafios no que diz respeito à realocação de mão de obra e reinserção dessa mão de obra na sociedade, as mudanças estruturais, sobretudo das sociedades industrializadas, apresentam-se como fator importante para manter o crescimento e o desenvolvimento industrial, além de ser responsável por aumentar a taxa de crescimento de modo harmônico com o balanço de pagamentos.

2.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi apresentar a contribuição de Harrod, Kaldor, Thirlwall e Pasinetti sobre a associação entre crescimento e industrialização. Após a apresentação das seções, pode-se compreender que as diferentes taxas de crescimento apresentadas por Harrod são resultado da relação entre o nível de renda e o nível de investimento ou poupança realizada pelos países. De acordo com o estágio em que se encontra o país, no que tange ao crescimento com o desenvolvimento industrial, influencia a taxa de crescimento em que o país ou região se encontra. Contudo, a relação desejada diz respeito à igualdade entre a taxa de crescimento garantida e taxa de crescimento real.

As leis de crescimento de Kaldor demonstraram que o crescimento da manufatura é o motor do crescimento do PIB. Ao mesmo tempo em que quanto maior a taxa de crescimento da manufatura, mais rápida será a taxa de crescimento da produtividade e que o crescimento contínuo induz o crescimento da produtividade fora da manufatura, absorvendo recursos ociosos ou de baixa produtividade em outros setores.

Em seguida, ao apresentar os fatores de crescimento, pode-se dizer que o crescimento da indústria é determinado pelo crescimento da demanda. Posteriormente, apresentou-se o papel das exportações, demonstrando que nas fases avançadas de desenvolvimento fica a cargo das exportações o crescimento da indústria. Contudo, destacou-se a importância da proteção à indústria para que esta possa crescer e se desenvolver sem que haja desigualdade em seu estabelecimento e mecanismo de preços, de modo a influenciar em sua competição com outras indústrias já estabelecidas.

No que diz respeito ao balanço de pagamento, verificou-se que restrição do balanço de pagamentos, irá refletir sobre a taxa de crescimento do país, ao passo que sua taxa de crescimento em relação a todos os demais deve atuar de forma proporcional a elasticidade-renda da demanda de exportações e importações, atuando como a principal limitação ao crescimento da demanda e do desenvolvimento industrial. Em seguida, foi abordado o papel da mudança estrutural, destacando seus benefícios e desafios. No entanto, constatou-se que as mudanças estruturais das sociedades industrializadas desempenham papel importante para manutenção do crescimento e o desenvolvimento, além de proporcionar um aumento da taxa de crescimento em consonância com o balanço de pagamentos.

Após a investigação teórica com base nos autores apresentados, pode-se concluir que o processo de crescimento adequado deve compor industrialização, com proteção à indústria nascente, apoiada nas exportações como forma de alavancar o crescimento e obter uma relação saudável no que se refere ao balanço de pagamentos. Desse modo, a indústria se apresenta como peça fundamental para o crescimento além de apresentar interação com outros setores influenciando-os positivamente.

Após apresentar as influências dos autores pós-keynesianos “clássicos” na inter-relação entre crescimento e industrialização, o próximo capítulo trata das vertentes teóricas contemporâneas que discutem estratégias de desenvolvimento relacionado à industrialização.

3. INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS E O DEBATE CONTEMPORÂNEO

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A associação entre desenvolvimento econômico e industrialização ocorre ao longo da história, desde a Revolução Industrial até os dias atuais. Contudo, durante a década de 1990 houve uma mudança nas diretrizes e políticas seguidas por parte dos países periféricos, influenciados pelas medidas de cunho liberal propostas pelo “Consenso de Washington”. De modo geral, o Consenso de Washington foi responsável pela definição da estratégia de enfrentamento da crise para os países periféricos. Seguindo suas diretrizes, estabeleceu-se que uma estratégia eficiente para o enfrentamento da crise se daria através de desregulamentações financeiras, liberalização comercial e privatização das empresas estatais, resultando em níveis de crescimento maiores que os apresentados durante a crise (OREIRO; PAULA, 2012).

A aceitação dessa estratégia por parte dos países periféricos se apresentou como um dos principais empecilhos para a viabilização da retomada do desenvolvimento durante a década de 1990. Contudo, após esse período de forte influência, ressurgiu o debate sobre desenvolvimento econômico no século XXI. O ressurgimento do debate desenvolvimentista em oposição ao neoliberalismo dominante naquela década, traz um papel importante para o Estado com políticas de estímulo à demanda, de forma a garantir maior desenvolvimento.

Diante disso, este capítulo se apresenta com dois objetivos: i) apresentar a relação entre industrialização e desenvolvimento econômico com ênfase nas teorias contemporâneas que abordam esta temática e ii) sistematizar o debate sobre desenvolvimento econômico apresentando a visão das teorias contemporâneas e em seguida uma abordagem fundamentada nos escritos de Keynes, ressaltando suas diferenças teóricas e metodológicas.

Para esse fim, a seguir, apresenta uma discussão sobre as estratégias nacionais de desenvolvimento ressaltando uma tipologia e receituário para os países. Posteriormente, apresenta-se uma breve seção sobre o início do debate desenvolvimentista e o conceito sobre o termo desenvolvimentismo. A seção quatro aborda as teorias desenvolvimentistas que se associam aos fenômenos discutidos. A quinta seção apresenta o novo-desenvolvimentismo original, realçando suas contribuições, destacando o papel da taxa de câmbio e o foco nas exportações num cenário contemporâneo. Adiante, expõe-se o

novo-desenvolvimentismo segundo a interpretação pós-keynesiana, ressaltando seus pressupostos e diferenciando-o da vertente anterior. Em seguida, apresentam-se os elementos teóricos sobre desenvolvimento para a vertente keynesiana fundamentalista, apresentando sua contribuição sobre o tema. Por fim, considerações finais concluem o capítulo.

3.2. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O debate acerca da definição sobre desenvolvimento apresenta uma diversidade no meio acadêmico. Contudo, apesar de distintas, essas definições não são excludentes, pelo contrário, apresentam uma certa complementariedade (SCATOLIN, 1989). Entretanto, o trabalho irá se apoiar na definição a seguir de que:

O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 1).

A partir dessa conceituação pode-se entendê-lo como um fenômeno histórico que passou a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizaram sua Revolução Industrial.⁶ Ao iniciar o processo de desenvolvimento econômico, sua propagação tende a ser relativamente autossustentada, uma vez que a estrutura de mercado deve conceder incentivos com o intuito de manter o aumento contínuo frente ao estoque de capital e aos conhecimentos técnicos (SICSÚ, 2009). Todavia, tal fato não reflete igualdade entre as taxas de desenvolvimento entre países e sim a tendência de variação substancial de acordo com a capacidade de utilização do Estado.

O desenvolvimento econômico apresenta-se como um dos objetivos das sociedades modernas de modo que sua ocorrência não representa apenas aumento da renda per capita, mas transformações estruturais da economia, tais como as apresentadas no capítulo anterior na análise da obra de Pasinetti. Assim, a autonomia nacional e o desenvolvimento econômico são tomados historicamente como objetivos políticos centrais (SICSÚ, 2009).

⁶ A partir desta Revolução pode-se falar em acumulação de capital, salários, e aumento sustentado da produtividade. Entretanto, nas sociedades pré-capitalistas ocorreram momentos de prosperidade, mas nada semelhante ao que hoje denomina-se desenvolvimento econômico.

Outro aspecto importante corresponde ao aumento de salários no médio prazo⁷. Nessa perspectiva, apresenta-se a associação do desenvolvimento com a ascensão dos padrões de bem-estar da sociedade refletindo a participação dos salários. Além dessa influência, o autor realça o papel exercido pelo aumento da produtividade, de modo que sua ocorrência é proveniente da elevação da quantidade dos mesmos bens produzidos pelo trabalho, ou pela produção de novos bens e serviços realizados que apresentam maior valor, sobretudo o trabalho incorporado com maior valor adicionado *per capita* (BRESSER-PEREIRA, 2008).

No quadro histórico inicial do desenvolvimento econômico, este se atrelava à industrialização, uma vez que esta implicava para os Estados-nação que a realizavam, a transferência de trabalho de atividades agrícolas e extrativas com baixo valor agregado per capita para atividades manufatureiras com maior produtividade. Bresser-Pereira (2008, p. 26) elucida este ponto da seguinte forma:

A industrialização se confunde então com o próprio desenvolvimento econômico na medida em que será a forma pela qual as sociedades aumentarão decisivamente seu valor adicionado per capita transferindo mão-de-obra da agricultura. Para que a industrialização ocorresse, não bastava que a região estivesse organizada em cidades-Estado burguesas, como era próprio do comércio de longa distância que prosperou durante a revolução comercial; foi necessária a formação concomitante dos grandes Estados-nação com seus grandes mercados nacionais.

Após apresentar a aproximação entre desenvolvimento e industrialização, o autor enfatiza a necessidade de analisar fatores relacionados não somente do lado da oferta, mas também para a demanda agregada. Pela ótica da oferta, o progresso de um país depende da constante melhoria do capital humano, através do avanço nos níveis de saúde, educação e capacitação técnica da população, e da acumulação de capital físico a ser utilizado pelos trabalhadores. Desse modo, ao tomar como base o lado da oferta frente ao desenvolvimento considera-se uma função de produção (SICSÚ, 2009).

Ao adotar uma perspectiva pela ótica da demanda, destaca-se a importância dos preços macroeconômicos, sobretudo as taxas de lucros, juros e câmbio. Sua atuação tende a desempenhar papel estratégico no que tange às decisões de investimento por parte dos empresários. Com isso, influencia diretamente o nível de produção e produtividade do país.

⁷No curto prazo, diante de alguns cenários, faz-se necessário uma redução dos salários. Ver Bresser-Pereira (2008).

Ao investigar o problema do desenvolvimento econômico do ponto de vista da demanda, verifica-se uma insuficiência crônica deste nos países em desenvolvimento, impossibilitando a realização do *catch up*. Do mesmo modo, constata-se a falta de investimentos essenciais à absorção do capital humano disponível, resultando em aumento do desemprego formal e informal (OREIRO, 2012).

Assim, a manutenção da estabilidade macroeconômica mostra-se como característica primordial e essencial para o desenvolvimento econômico, visto que tem como condição assegurar o equilíbrio fiscal e a saúde financeira do Estado através do controle da despesa pública. Conjuntamente deve-se manter o equilíbrio em conta corrente e a saúde financeira do Estado-nação por meio de uma taxa de câmbio adequada. O nível da taxa de juros deve ser preservado de forma moderada mesmo que ocorra variação no curto prazo na medida em que é o instrumento por excelência da política monetária. Em relação a taxa de lucro, deve atuar de forma satisfatória para os investidores, além de manter o nível de emprego e a taxa de inflação em níveis internacionais em consequência de todas essas políticas (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Após apresentar a importância dos preços macroeconômicos, destaca-se o papel das instituições no que se refere a garantia do desenvolvimento econômico e os demais objetivos políticos centrais das sociedades modernas. Ao tomar as instituições como causa do desenvolvimento econômico se faz necessário buscar as instituições estratégicas que as nações usam para crescer e alcançar o *catching up*. Historicamente, o desenvolvimento só ocorreu quando os diversos setores sociais se constituíram em nação usando o governo e seu Estado, tornando-se capazes de definir uma instituição especial: uma estratégia nacional de desenvolvimento (SICSÚ, 2009).

Com base na experiência histórica dos últimos dois séculos quando uma economia se encontra em pleno processo de progresso representa que políticos, empresários, burocratas do Estado e trabalhadores estão trabalhando no quadro de uma estratégia comum. Desse modo, pode-se dizer que a força de uma nação se manifesta através do seu envolvimento em relação aos objetivos políticos das sociedades contemporâneas (segurança, liberdade, desenvolvimento econômico, justiça social e proteção do ambiente) e da capacidade de se conectar e conceber estratégias para alcançá-los. Bresser-Pereira (2005, p. 2) realça: “Historicamente, o desenvolvimento econômico é o resultado de um processo deliberado de elevação dos padrões de vida empreendido por uma nação usando como principal instrumento institucional seu estado”.

Tal processo apresenta-se como resultado de uma estratégia nacional tendo os empresários como agentes principais, a acumulação de capital e a incorporação de conhecimento da produção como instrumento de execução. Ademais, cabe ao Governo atuar como responsável na intermediação dos interesses, emitindo aos empresários sinais que estimulem o investimento. Além disso, deve favorecer a definição sobre as políticas adotadas com base em um acordo nacional, com o objetivo de dinamizar a economia. (LOPEZ; CARVALHO, 2009).

Nas democracias modernas, o Estado é o instrumento de ação coletiva das sociedades nacionais. Ademais, deveriam conduzir políticas econômicas para atenuar os ciclos inerentes ao capitalismo. A atuação do Estado tem como intuito a construção da condição necessária e da estabilidade para que seja possível a ocorrência do desenvolvimento econômico, além de interferir sobre o esgotamento das possibilidades de expansão do estoque de capital de uma sociedade. Sobre esse ponto, Bresser-Pereira (2008, p. 24) destaca:

O Estado tem uma dupla natureza: é ao mesmo tempo uma instituição organizacional – a entidade com capacidade de legislar e tributar uma determinada sociedade –, e uma instituição normativa – a própria ordem jurídica ou o sistema constitucional-legal. Em cada Estado-nação o Estado é o instrumento de ação coletiva que a Nação usa para promover seus objetivos políticos.

A característica estratégica do desenvolvimento econômico provém da necessidade da nação em somar esforços para fomentar o aumento do padrão de vida da população, além de uma alta correlação entre este processo e a obtenção de outros objetivos políticos⁸. A importância de uma estratégia nacional de desenvolvimento decorre, ainda, do caráter altamente competitivo do capitalismo. O progresso carece, assim, de uma estratégia nacional que pressupõe a existência de uma nação cujos grupos sociais sejam capazes de estabelecer um acordo nacional mesmo frente aos conflitos internos (LOPEZ; CARVALHO, 2009).

O autor ressalta que uma estratégia nacional de desenvolvimento representa uma ação efetivamente objetiva de uma nação. De modo que representa uma instituição através da qual a nação busca nortear a ação dos agentes econômicos nacionais com o objetivo de reduzir o ambiente de incerteza. Trata-se de um acordo informal entre as classes sociais que não inibe, contudo, os conflitos internos entre as partes. Entretanto, tal plano

⁸ Tais como segurança, liberdade, justiça social e proteção do ambiente.

pressupõe ação coletiva ou cooperação em relação aos competidores externos. Essa é composta por um conjunto de valores e normas que têm como fundamento a defesa do trabalho, do conhecimento e do capital nacional através de proteção frente à competição internacional e/ou da definição de políticas com intuito de torná-los mais competitivos (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Pode-se definir a estratégia nacional de desenvolvimento como uma instituição informal fundamental. Uma vez que esta estabelece pautas para a ação econômica competitiva das classes sociais. Adiante, apesar de suas limitações, o mercado torna-se fundamental enquanto o planejamento tende a ser indicativo. Assim, Sicsú (2009, p. 6) define tal estratégia como “resultado de um processo coletivo de tomada de decisão”. É, portanto, uma forma de administração da economia nacional buscar alternativas que possam conduzi-la na direção do desenvolvimento. Da mesma forma que as empresas fazem o planejamento estratégico de suas atividades, os Estados-nação traçam estratégias nacionais de desenvolvimento, sob a liderança do Governo e com a participação das classes sociais.

A execução de tal plano definido apoia-se em políticas econômicas e instituições, tentando usufruir da melhor maneira dos recursos dos mercados, simultaneamente não recuam frente a intervenções necessárias. Desse modo, pode-se enunciá-las como instituições pragmáticas, que nascem da prática social, e, portanto, não podem se deixar levar por ideologias dogmáticas, sejam de caráter intervencionista ou liberal (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Apesar das especificidades apresentadas entre os planos de cada nação, o autor estabelece algumas características comuns⁹ entre os países que adotam tal estratégia, são elas:

i) Aumento da taxa de acumulação de capital; *ii)* Caráter protecionista; *iii)* Promoção do progresso técnico, introdução de novas técnicas de produção, novas formas de organização empresarial, desenvolvimento de novos produtos e abertura de novos mercados; *iv)* Necessidade de financiamento do investimento; e *v)* Financiamento do desenvolvimento através da poupança interna. A escolha do financiamento através de poupança interna reflete a experiência histórica de endividamento dos países que realizam o financiamento desse processo através de poupança externa. Assim, se definiu que a melhor estratégia por parte dos países seria através de financiamento via poupança

⁹ Para maior detalhamento, ver Bresser-Pereira (2005).

interna, seja ela proveniente do autofinanciamento, do financiamento do Estado, ou do financiamento bancário.

Além dessas características apresentadas acima, o autor identifica outra qualidade comum nesse processo: as mudanças nas instituições. Tanto no que se refere a normas formais e informais, definidas pelo Estado ou simplesmente adotadas pela sociedade, para organizar a sua ação. Com isso, constata-se a dependência de boas instituições para a ocorrência desse processo. Assim, uma estratégia nacional de desenvolvimento constitui-se por um conjunto de novas instituições: “novas leis que se propõem serem relativamente permanentes, novas políticas econômicas, sociais, e tecnológicas temporárias e mais específicas, e práticas empresariais e associativas que escapam ao Estado, mas que têm poder normativo” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 9). Outra reforma institucional fundamental refere-se à organização do Estado. Devido a sua importância para este processo faz-se necessária uma organização efetiva e eficiente.

Apesar das estratégias apresentarem características em comum, isso não faz com que o desenvolvimento se apresente como um processo linear e harmônico. Pelo contrário, ele é caracterizado por rupturas importantes, que estão implícitas nos momentos de transição de natureza tecnológica e política. Ainda se mostra marcado por tensões ou contradições fundamentais. Essas tensões ou contradições não são contrárias ao desenvolvimento e sim a forma pela qual ele ocorre (SICSÚ, 2009). O autor ressalta as principais tensões: *i*) entre oferta agregada e demanda agregada, buscando a estabilidade macroeconômica; *ii*) entre as classes sociais; e *iii*) entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (WADE, 2003).

Após apresentação do núcleo comum e das tensões presentes em tal estratégia, pode-se concluir que essa difere de acordo com a fase de desenvolvimento em que o país está inserido. Com intuito de sintetizá-las, Bresser-Pereira (2005) apresenta que em fases iniciais os países tendem a basear-se em duas estratégias principais: o estabelecimento de poupança forçada e a proteção à indústria nascente. Uma análise do argumento sobre proteção à indústria nascente foi apresentada no capítulo 1. No que se refere as fases mais avançadas, os mecanismos utilizados são a taxa de câmbio relativamente depreciado e a exportação (*export-led*).

Após apresentar a importância da estratégia nacional de desenvolvimento, a próxima seção aborda a conceituação do termo desenvolvimentismo devido sua ampla participação, sobretudo na ciência econômica.

3.3. O INÍCIO DO DEBATE DESENVOLVIMENTISTA E O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTISMO

O debate acerca do desenvolvimento econômico teve início no período pós Segunda Guerra Mundial. Os pensadores dessa época deram origem ao que ficou conhecido como Teoria Clássica do Desenvolvimento. Não faz parte do escopo do presente trabalho abordar detalhadamente essa vertente teórica devido à extensa literatura acerca do tema¹⁰.

Essa vertente representou uma resposta ao fracasso dos mercados e do liberalismo econômico na coordenação do capitalismo e refletiu as novas esperanças que surgiam ao fim da Segunda Guerra Mundial. Seu período de duração foi de meados da década de 1940 até os anos 1960. Tratava-se de uma escola de pensamento que associava a macroeconomia keynesiana e a economia política clássica, tendo como expoentes economistas como Rosenstein-Rodan, Hans Singer, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Raul Prebisch, Celso Furtado. Essa vertente de pensamento tinha o processo de industrialização como responsável pela mudança estrutural e o principal mecanismo para o alcance do desenvolvimento econômico. Além disso, tinha como pilar um papel ativo do Estado (CYPHER, 2008).

Na década de 1980, após o aprofundamento da crise do desenvolvimento clássico, os governos desenvolvimentistas da América Latina fracassaram na superação da Crise da Dívida Externa e, nos anos de 1990 aderiram à onda neoliberal emergente. Esses países não só se dedicaram às necessárias políticas de ajuste estrutural encabeçadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como também às reformas neoliberais coordenadas pelo Banco Mundial. Contudo, ao cumprir o receituário, não obtiveram retomada do crescimento. Pelo contrário, o que se viu foi uma deterioração: maior instabilidade financeira, baixas taxas de crescimento e um aprofundamento da desigualdade.

Após esse período retoma-se o debate sobre desenvolvimento, principalmente para a concepção de estratégias desenvolvimentistas. Contudo, o termo desenvolvimentismo apresenta uma série de definições na teoria econômica. Em virtude disso, a próxima seção traz uma breve abordagem sobre o desenvolvimentismo.

¹⁰ Para maior detalhamento, ver Cypher; Dietz (2008); Cardoso (2012).

3.3.1. O Conceito de Desenvolvimentismo a partir dos anos 1970

O termo desenvolvimentismo apresenta um amplo debate na ciência econômica e afins. Diante disso, faz-se necessária sua conceituação. Não é uma tarefa trivial, uma vez que, pode ser utilizado para caracterizar um conjunto de práticas de políticas econômicas ou para expor “um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo” (FONSECA, 2014, p. 30). Tal conjunto pode se revelar através de discurso político ou por correntes de pensamento.

O autor realça que essa expressão teve seu uso disseminado a partir da década de 1970, principalmente aos que se dedicaram ao seu estudo. Nesse contexto, referencia-se em primeiro momento Bielschowsky, responsável pela formulação desse conceito como ideologia:

Entendemos por desenvolvimentismo a ideologia de transformação da sociedade definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 7).

No que se refere a uma conceituação mais atual, Bresser-Pereira (2006; 2010) o define como uma estratégia deliberada de política econômica com intuito de promover o desenvolvimento econômico através do incentivo à indústria nacional. Entre os atributos desta política econômica são elencadas: *i*) o nacionalismo como ideologia, uma vez que a estratégia significa a afirmação do Estado nacional e de suas instituições; *ii*) aglutinação em sua defesa de segmentos sociais, como empresários, trabalhadores, classes médias e burocracia estatal, esta última recrutada por critérios meritocráticos; *iii*) industrialização orientada pelo Estado mediante a substituição de importações, que lançava mão de instrumentos como poupança forçada para realizar investimentos e de política industrial, muitas vezes com caráter protecionista; e *iv*) ambiguidade em relação aos déficits públicos e em conta corrente, bem como complacência em relação à inflação.

Apesar da breve apresentação do conceito¹¹, pode-se perceber uma convergência no que se refere a um núcleo comum do desenvolvimentismo. Em sua análise destaca-se:

¹¹ Para maior detalhamento, ver Fonseca (2014, 2015).

i) a industrialização como instrumento para acelerar o crescimento, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário; existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro; *ii*) a intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o desenvolvimento; *iii*) o nacionalismo, delimitando o papel subordinado do capital estrangeiro frente ao projeto nacional (FONSECA, 2015). A figura 1 sintetiza essa relação.

Figura 1 - Núcleo Comum do Desenvolvimentismo



Fonte: Fonseca (2015).

Na esteira de pontos em comum, apresenta-se o aumento da produção e da produtividade, ocupando papel central no que se refere a formulação da política econômica. Outro ponto importante diz respeito ao ato deliberado de alterar o *status quo*. Ainda sobre sua definição, o autor ressalta que:

Desprovido de sua utopia, desenvolvimentismo significaria tão somente incentivo à acumulação acelerada de capital. Este entendimento pode ser percebido na frequente distinção entre crescimento e desenvolvimento: o primeiro restringir-se-ia ao crescimento da produção e da produtividade, enquanto o segundo incorporaria suas repercussões, como a melhoria dos indicadores sociais (FONSECA, 2015, p. 34).

Contudo, ao construir o conceito de desenvolvimentismo, não se pode abandonar a ideia de que o desenvolvimento industrial e a mudança de modelo trouxeram alterações institucionais resultando em maior complexidade do aparelho estatal e criação de novas leis, códigos e marcos regulatórios.

Apesar da amplitude da expressão, pode ser entendida como uma política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais). De modo que através do crescimento da produção e da produtividade sob controle do setor industrial, transforma a sociedade com intuito de superar seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2015).

Após apresentar uma breve conceituação do termo desenvolvimentismo, a próxima seção aborda as teorias contemporâneas que associam industrialização e desenvolvimento econômico.

3.4. TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS

As teorias desenvolvimentistas abordam alternativas para que as nações alcancem o progresso, sobretudo com base na associação entre industrialização e desenvolvimento econômico. Contudo, em virtude do avanço do sistema produtivo e, por conseguinte, do modelo de industrialização deve ser levado em conta as especificidades dos Estados-Nação para que seja tomada uma estratégia compatível (PAULA, 2006). Diante disso, abordam-se as teorias contemporâneas (o novo-desenvolvimentismo original e o novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano) ressaltando suas divergências em relação à vertente clássica, além de apresentar suas principais contribuições para o debate contemporâneo.

3.4.1. Origens e Evolução da Teoria Novo Desenvolvimentista Original

Após uma série de tentativas para alcançar o desenvolvimento econômico, conclui-se que as principais escolas de pensamento¹² à disposição se revelaram impotentes para lhes oferecer orientação adequada. Com intuito de estabelecer uma vertente teórica que conseguisse nortear os países na retomada do crescimento, surge o novo desenvolvimentismo.

A teoria novo desenvolvimentista iniciou-se no Brasil através das concepções trazidas pelo professor Luís Carlos Bresser-Pereira¹³. Seus ideais apresentavam um pensamento radical sobre o liberalismo econômico, visto que para o autor essa concepção se mostra incompatível com o desenvolvimento de uma economia de renda média. Com

¹² Bresser- Pereira (2019) destaca o desenvolvimento clássico, o institucionalismo de Douglas North, a macroeconomia keynesiana e neoclássica.

¹³ Essa seção está concentrada sobre Bresser-Pereira devido a originalidade de suas ideias e sua contribuição teórica para o debate.

isso, o novo desenvolvimentismo representava “uma resposta à incapacidade do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana em liderar os países de renda média para retomar o crescimento” (BRESSER-PEREIRA, 2019, p. 211). A partir desse objetivo, o novo-desenvolvimentismo apresenta-se como uma proposta para se retomar a estratégia desenvolvimentista de forma atualizada e adaptada a seu estágio de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2004). Assim, pode ser definido como um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de renda média buscam alcançar o nível de renda per capita dos países desenvolvidos (BRESSER-PEREIRA, 2006; 2007; 2009).

O novo desenvolvimentismo configura-se por um sistema teórico que explica o crescimento de alguns países em desenvolvimento e o não-crescimento de outros, em especial de países latino-americanos de renda média, que, contrariamente ao que acontece com os países do Leste da Ásia, são prejudicados pela doença holandesa¹⁴ e pela dependência em relação aos países desenvolvidos. Desse modo, o novo desenvolvimentismo surgiu, portanto, para destacar sua diferença teórica em relação ao desenvolvimentismo clássico e sua rejeição ao desenvolvimentismo populista, ou vulgar¹⁵ (BRESSER-PEREIRA, 2019). Uma diferença fundamental dessa vertente frente ao desenvolvimento clássico refere-se ao tratamento de países que já realizaram sua revolução industrial e conseqüentemente capitalista. Apesar dessa divergência, o novo-desenvolvimentismo reafirma o papel estratégico do Estado definindo-o através da dotação de legitimidade política, administração competente e capacidade de financiar internamente grandes investimentos. Desse modo, o Estado desenvolvimentista atua como instrumento-chave do crescimento econômico ao coordenar o setor não competitivo da economia e ao praticar uma política macroeconômica ativa – especialmente uma política cambial. Ainda sobre a atuação estatal, realça o Estado social como o responsável por financiar grandes serviços sociais universais de educação, saúde e previdência social. Finalmente, define o Estado republicano como uma instituição forte e capaz para se proteger, ou seja, para proteger o patrimônio público de indivíduos ou grupos engajados na captura do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2016).

¹⁴ Bresser-Pereira (2008a) descreve a doença holandesa como uma falha de mercado que possibilita a uma economia atingir um equilíbrio em seu saldo em transações correntes mesmo com uma taxa de câmbio apreciada. Para maior detalhamento, ver Bresser-Pereira (2008a).

¹⁵ Para maior detalhamento, ver Bresser-Pereira (2004; 2007).

Com o intuito de estabelecer uma estratégia de retomada do desenvolvimento baseia-se explicitamente na adoção de um regime de crescimento do tipo *export-led*, assim como abordado em Kaldor, na qual a promoção de exportações de produtos manufaturados induz a aceleração do ritmo de acumulação de capital e de introdução de progresso tecnológico na economia.

A implantação dessa estratégia tem como condição a adoção de uma política cambial ativa com intuito de manter a taxa real de câmbio num nível competitivo no médio e longo prazo, combinada com uma política fiscal responsável que elimine o déficit público e ao mesmo tempo viabilize o aumento sustentável do investimento público. A manutenção da taxa real de câmbio exige não só a adoção de uma política cambial ativa, como também uma política salarial que promova a moderação salarial ao vincular o aumento dos salários reais ao crescimento da produtividade do trabalho, garantindo assim a estabilidade da distribuição funcional da renda no longo prazo (OREIRO, 2012).

A complementaridade entre política fiscal responsável e moderação salarial atuaria na manutenção da inflação a um nível baixo e estável, permitindo assim que a política monetária seja utilizada para a estabilização do nível de atividade econômica, ao mesmo tempo que viabiliza uma redução permanente da taxa real de juros. Desse modo, no “modelo novo-desenvolvimentista” o crescimento econômico é “puxado” pelas exportações e sustentado pelo investimento privado e público na expansão da capacidade produtiva e na infraestrutura básica (OREIRO, 2012).

Os novos-desenvolvimentistas afirmam que um país que completou o seu processo de industrialização e alcançou um nível de renda média tem seu crescimento de longo prazo determinado pela expansão da demanda agregada. Assim, em uma economia pequena, aberta e sem moeda conversível às exportações apresentam-se como o principal componente autônomo no qual o dinamismo é responsável por relaxar a restrição do balanço de pagamentos (FINELLO e FEIJÓ, 2017). Dessa forma, para a sustentação de uma taxa de crescimento de equilíbrio de longo prazo, as exportações devem crescer a uma taxa maior que as importações (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2015). Tal relação se apresenta consoante com a explicitada por Dixon e Thirlwall no capítulo anterior.

Bresser-Pereira, precursor do novo-desenvolvimentismo, afirma que se faz necessário o desenvolvimento da demanda prioritariamente externa. Para que isso ocorra, deve-se apoiar na taxa de câmbio como variável chave, uma vez que é por meio dela que se pode garantir a competitividade do país (MOLLO e TAKASAGO, 2019). Contudo, a

desvalorização cambial expressa como variável chave dessa teoria tem como inconveniente a redução de salários, sendo nesse sentido, menos inclusiva do que as demais vias de desenvolvimento. Além disso, o crescimento do investimento reduz pressões inflacionárias pelo aumento da capacidade produtiva, e tende a ampliar o emprego e a renda e, assim, a demanda de consumo, que se mostrou eficaz na ampliação do crescimento econômico em meados dos anos 2000 (MOLLO e AMADO, 2013).

Para Bresser-Pereira (2007), o novo-desenvolvimentismo busca fortalecer o Estado fiscal, administrativa e politicamente e dar condições às empresas nacionais para serem competitivas internacionalmente. Para isso, toma como essencial a elevação da taxa de investimento e uma orientação da economia para as exportações, condicionando o aumento dos investimentos à diminuição da taxa de juros e à existência de uma taxa de câmbio competitiva.

A partir da identificação do mercado externo como o propulsor do crescimento a longo prazo, os novos-desenvolvimentistas identificam a taxa de investimento como a principal variável macroeconômica a explicar o crescimento do produto potencial. Sua atuação mostra-se dependente das oportunidades de investimento voltadas para a exportação. De modo que a própria dinâmica do investimento faria com que a sua expansão simultaneamente aumentasse a capacidade produtiva e a disponibilidade de capital. Assim, “tanto o ritmo de crescimento da disponibilidade dos fatores de produção quanto o ritmo do progresso tecnológico são determinados, a longo prazo, pela taxa de expansão das exportações” (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2015, p. 37).

Destarte, ressalta que o aumento de oferta e de capacidade produtiva, bem como de emprego e renda, é proveniente da prioridade do investimento. Todavia, o autor assume que a “variável-chave” da política de desenvolvimento deve ser a taxa de câmbio que apresenta uma tendência estrutural a sobrevalorização, levando a diferença entre a taxa de câmbio de “equilíbrio industrial” necessária para manter o crescimento e a taxa de equilíbrio “corrente” (BRESSER-PEREIRA, 2010). Em virtude disso, a próxima seção trata da taxa de câmbio dentro da teoria novo-desenvolvimentista.

3.4.2. A Taxa de Câmbio na perspectiva Novo-Desenvolvimentista Original

A taxa de câmbio mostra-se como a variável-chave na argumentação novo-desenvolvimentista, de modo que desenvolveram uma teoria própria para a sua determinação baseados na teoria do valor dos economistas clássicos – Adam Smith e David Ricardo. Dessa forma, a taxa de câmbio possuiria um valor e um preço de mercado

(BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Sua teoria representa a determinação da taxa de câmbio de equilíbrio industrial que permitiria a economia promover a mudança estrutural aprofundando o processo de industrialização com equilíbrio nas contas externas.

Nesse sentido, o valor da taxa de câmbio seria dado como o custo de produção acrescido de uma taxa de lucro considerada razoável, que estimula as empresas que utilizam tecnologia a continuarem a produzir seus bens e serviços. Sobre o valor dessa taxa os autores elucidam:

[...] the value of the foreign currency expressed in terms of the national currency that allows the representative companies of the country that participate in the foreign trade and guarantee the balance of its current account to obtain an income that covers its costs plus a reasonable profit rate, zero import tariff assumed (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 58)

Assim, o preço da taxa de câmbio seria determinado por dois fatores: pela oferta e demanda por moeda estrangeira e por um fator estrutural, a doença holandesa. Contudo, a doença holandesa é considerada uma falha de mercado e uma desvantagem competitiva que atua na sobrevalorização da taxa de câmbio. Sua atuação distorce um preço macroeconômico básico da economia de maneira a afetar a competitividade de uma gama de empresas. A dinâmica sobre apreciação mostra-se conectada às rendas ricardianas auferidas na exploração de recursos naturais abundantes (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Desse modo, em países onde os recursos naturais são abundantes e baratos, os custos de produção das *commodities* são menores em relação aos produtores marginais menos eficientes admitidos no mercado internacional e que estabelecem os parâmetros do preço internacional. Esse fato possibilita aos produtores mais eficientes auferirem lucros considerados extraordinários.

Nesse cenário, a exportação de *commodities* torna-se viável a uma taxa de câmbio que permita o equilíbrio da conta corrente determinada por essas mercadorias. Contudo, essa taxa de câmbio será muito apreciada para torná-las competitivas. De modo que em nível internacional, as empresas não produtoras de *commodities* utilizam a tecnologia de fronteira. Dessa forma, configura-se como a taxa de câmbio de equilíbrio “corrente”, mas não de equilíbrio industrial. Assim, em circunstâncias em que o país possa ser afetado pela doença holandesa configuram-se duas taxas de câmbio consideradas de equilíbrio de longo prazo: a corrente e a industrial. Esse fato faz com que a doença holandesa seja considerada um fator estrutural que inibe a industrialização e a sofisticação produtiva

(BRESSER-PEREIRA, 2006; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2012; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Assim, os novo-desenvolvimentistas concluem que os países em desenvolvimento apresentam uma “tendência histórica à sobrevalorização cíclica e crônica” da moeda nacional frente às moedas de referência (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 105). Essa predisposição seria explicada tanto pela existência de um quadro de doença holandesa não neutralizada, quanto pela adoção de políticas econômicas que colaboraram para a sobrevalorização da taxa de câmbio. Assim, a tendência de sobrevalorização é considerada crônica por consequência do fator estrutural associado a doença holandesa e cíclica porque sua dinâmica respeita o ciclo de ocorrência das crises de balanço de pagamento (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2015).

3.4.2.1. O Modelo Exportador

Nessa vertente teórica, uma política econômica que produza os preços macroeconômicos “corretos” tende a refletir num processo de retomada do crescimento com mudança estrutural apoiando-se no mercado externo como o motor do crescimento a longo prazo. Assim, ressalta que, ao contrário do desenvolvimento clássico, que dava prioridade ao mercado interno, a industrialização deve ser “orientada para as exportações”, pois- trata-se de um modelo exportador capaz de aproveitar vantagens locais, como a mão de obra barata (BRESSER-PEREIRA, 2019).

Os novos-desenvolvimentistas realçam não estarem mais num modelo de substituição de importações em que o coeficiente de importações diminui e busca-se um desenvolvimento do tipo *wage-led* com base no mercado interno. O cenário atual traz como obstáculo a modificação do nível de investimento, fator em que faz-se necessário uma desvalorização da moeda nacional para garantir equilíbrio industrial, levando ao modelo *export-led*. Ao adotar esse modelo pode-se dizer que os novos desenvolvimentistas seguem o modelo Kaldoriano. Observa-se, porém, que isso seria apenas um processo transitório, uma vez que para que ocorra o processo de desenvolvimento se faz preciso um aumento de salários e PIB per capita e com isso, ampliando também o mercado interno (PAULA, 2006).

A opção por esse modelo exportador ajuda a explicar por que Bresser-Pereira centra seu intervencionismo na taxa de câmbio além de propor um papel “moderado” para o estado no investimento e na política industrial (BRESSER-PEREIRA, 2007). Essa preocupação, porém, deixa de lado o fato de que, mesmo sem “estatização dos

investimentos”, o Estado precisa assumir um papel de destaque para impedir que a preferência pela liquidez iniba a decisão de investir, mesmo privada. Finalmente, só esse papel ativo do Estado, dentro da estratégia desenvolvimentista, tende a evitar ou reduzir a tendência a concentração de capital proveniente da concorrência de mercado e procura assegurar resultados mais equitativos nas economias de mercado. Ao priorizar exportações, mesmo transitoriamente, Bresser-Pereira (2010) localiza o problema atual no desempenho das transações correntes.

Com base nesse argumento o Novo Desenvolvimentismo defende um imposto de exportação para as *commodities* proporcional a seu preço internacional. Visto que os lucros dos exportadores de *commodities* já são satisfatórios à taxa de câmbio de equilíbrio corrente, que é apreciada para as empresas industriais, configura-se a doença holandesa, e se torna necessário criar um imposto sobre suas exportações. Finalmente, o Novo Desenvolvimentismo propõe que a política para reduzir a desigualdade tenha quatro elementos: *i*) uma política tributária progressiva; *ii*) política de construção do Estado social; *iii*) uma política de salário-mínimo; e *iv*) definição de um nível para a taxa de juros em torno do qual o Banco Central faça sua política monetária (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Assim, para o novo-desenvolvimentismo, a problemática do crescimento pode ser resumida como uma questão de ajuste de preços macroeconômicos, dos quais a taxa de câmbio é o preço mais importante na determinação da trajetória de crescimento de economias de renda média sujeitas à doença holandesa. Essa percepção assume que o estímulo ao setor industrial exportador seria capaz de dar o impulso para a superação dos problemas estruturais de baixa produtividade e baixo grau de desenvolvimento de progresso técnico, condições necessárias para o desenvolvimento das economias periféricas. Contudo, Mollo e Amado (2015) destacam que não existem garantias de que os estímulos ao setor industrial exportador resultem em realinhamento da estrutura do comércio exterior dos países periféricos de maneira a colocá-los em trajetória de *catching up*.

A vertente novo-desenvolvimentista original enxergou a necessidade de uma teoria macroeconômica apropriada à estratégia de desenvolvimento dos países em desenvolvimento a qual denominaram de macroeconomia do desenvolvimento.¹⁶ A

¹⁶ A apresentação desta teoria será apresentada no capítulo seguinte. Para maior detalhamento, ver OREIRO (2016).

macroeconomia do desenvolvimento mostra-se distinta do Desenvolvimento Clássico e da macroeconomia keynesiana em poucos, porém importantes, pontos a seguir: *i*) as variáveis fundamentais que emprega não são o déficit público e a taxa de juros, mas o déficit em conta corrente é a taxa de câmbio; *ii*) o que distingue as economias em desenvolvimento das ricas não é mais a dualidade social e um mercado mal estruturado, mas o fato de que as primeiras tornam-se endividadas em moeda estrangeira e estão sujeitas a crises de balanço de pagamentos, ao passo que os países ricos endividam-se na própria moeda e estão sujeitos apenas a crises bancárias; *iii*) ao contrário da macroeconomia keynesiana, a existência de demanda não garante o investimento e o pleno emprego; é necessário, ainda, que a taxa de câmbio garanta o acesso à demanda – algo que não está garantido porque a taxa de câmbio pode estar sobrevalorizada no longo prazo; *iv*) ao contrário do que presume o Desenvolvimento Clássico, os países em desenvolvimento não necessitam do capital dos ricos, na medida em que (a) quando neutralizar a doença holandesa terão, necessariamente, superávit em conta corrente e (b) a poupança externa normalmente não se soma à interna para aumentar o investimento, mas aumenta o consumo em vez disso (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Com o estabelecimento de uma teoria macroeconômica própria, o novo-desenvolvimentismo ganha força e ao mesmo tempo propõem mecanismos adequados e em consonância com as especificidades dos países, sobretudo de renda média. Assim, pode-se dizer que a grande contribuição da teoria novo-desenvolvimentista precursora reside na criação de uma teoria macroeconômica apropriada para os países em desenvolvimento na tentativa de alcançar o ajuste dos preços macroeconômicos, tendo a taxa de câmbio como variável-chave para o setor industrial e por conseguinte o desenvolvimento econômico. Contudo, defende a priorização dos investimentos produtivos em detrimento ao financiamento na prestação de serviços sociais.

3.4.3. O Novo-Desenvolvimentismo Pós-Keynesiano

A abordagem novo-desenvolvimentista pós-keynesiana (doravante NDPK) retoma a ideia de complementaridade entre Estado e mercado, abordada por Keynes (1978). Assim, tratam os mercados como instituições construídas socialmente as quais têm de ser organizadas e reguladas pelos Estados nacionais. Além disso, o Estado deve realizar ações que tenham como objetivo a melhoria do funcionamento dos mercados com intuito de diminuir as incertezas (SICSÚ, PAULA e MICHEL, 2007).

Para Keynes, a intervenção estatal se faz necessária devido à incapacidade de autorregulação do sistema. Entretanto, a complementaridade deve ocorrer, uma vez que quase todas as atividades econômicas exigem estímulo ao ganho individual exercendo influências sobre o nível de produção e o modo com que se associam aos fatores de produção. Contudo, em determinadas circunstâncias o livre mercado necessita ser guiado. Nesse sentido, Keynes considerava o Estado capaz de determinar e estimular a concorrência. Além disso, atuando de modo a influenciar de forma decisiva no que se refere a variáveis econômicas relevantes, como o desemprego, a inflação e a distribuição de renda e da riqueza (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007).

Com base nos ensinamentos de Keynes, os pós-keynesianos concebem três linhas de intervenção estatal na economia. Seus objetivos são buscar a promoção de reformas institucionais com intuito de aprimorar a eficiência dos canais de coordenação que interliguem os agentes para que resultem em informações de qualidade e criando um ambiente mais justo. Ao mesmo tempo, propõem que é necessário a adoção de planejamento para que se tenha como garantir a operação dos mecanismos de coordenação de forma contínua. Além disso, busca-se a implementação de uma política integrada do dia a dia tornando possível o enfrentamento de acontecimentos e imprevistos (CARVALHO, 2020).

Seguindo esses pressupostos, a alternativa NDPK baseia-se na constituição de um Estado capaz de regular o sistema econômico ao qual deve ser composto por um mercado forte e um sistema financeiro funcional. Este deve ser capaz de prover o financiamento de curto prazo necessário para a execução do investimento e produção e ao mesmo tempo o financiamento de longo prazo (via mercado de capitais e crédito bancário), de modo que permita às empresas a consolidação de suas dívidas em uma periodicidade mais extensa e adequada a programação de seu projeto de investimento (STUDART, 1993).

Assim, o papel do Estado tem de ser voltado para o financiamento da atividade produtiva e não para a atividade especulativa. Para isso, faz-se necessária a adoção de uma forma de gestão que aproxime as técnicas dos agentes públicos as dos privados, resultando em mais autonomia e responsabilidade perante a sociedade (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007).

Outro ponto importante diz respeito à concorrência, de modo que na visão NDPK sua ocorrência mostra-se necessária, pois tende a estimular a inovação por parte dos empresários que buscam maximizar o lucro, tornando o capitalismo dinâmico e revolucionário. Ao mesmo tempo estabelece remunerações e riquezas diferenciadas aos

indivíduos de acordo com suas habilidades. Contudo, devem existir regras reguladoras para que não resultem em cenários de monopólio e oligopólio. Para isso, o Estado deve regular a concorrência. Isso se viabiliza através da construção de um mercado forte em que o objetivo seja a redução de custos e preços, busca pela melhoria da qualidade dos serviços e produtos e conseqüentemente uma redução do desemprego (FINELLO; FEIJÓ, 2017).

A presença de um Estado forte faz com que o Governo consiga implementar políticas econômicas defensivas e/ou expansionistas¹⁷ influenciando sobre a competitividade do setor industrial e sobre a inserção do país no comércio exterior. Ademais, deve possuir um sistema tributário progressivo com o intuito de reduzir as desigualdades de renda e de riqueza exageradas (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007).

Diante disso, o NDPK não propõe a redução do Estado, mas a sua reconstrução com o intuito de torná-lo mais forte e mais capaz no plano político, regulatório e administrativo, além de financeiramente sólido. Carvalho (2020, p. 248) elucida: “Para Keynes e os pós-keynesianos, não se trata de substituir a propriedade privada ou o mercado como mecanismo de distribuição e alocação, mas de permitir ao Estado emitir sinais para além dos mercados e indicar a direção de desenvolvimento que a comunidade deseje”. Além da participação do Estado, faz-se necessária a execução de outros mecanismos em busca do progresso econômico. Sobre esse ponto, Sicsú, Paula e Michel (2007, p. 515) ressaltam:

[...]uma estratégia nacional de desenvolvimento que atue na promoção de políticas voltadas ao progresso técnico, na introdução de novas técnicas de produção, no desenvolvimento de mecanismos nacionais de financiamento do investimento, políticas econômicas redutoras de incertezas inerentes ao mundo financeiramente globalizado e o desenvolvimento de instituições específicas adequadas ao desenvolvimento (como o desenvolvimento do capital humano através da educação pública) (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007, p. 515).

A partir disso, destaca-se a importância da formulação de políticas em busca do desenvolvimento. De acordo com Carvalho (2020) essas devem contemplar três princípios gerais: *i*) criação de instituições em busca de uma coordenação mais eficiente e permanente dos agentes, propiciando a criação de estratégias coerentes; *ii*) elaboração de um conjunto de instrumentos para execução e; *iii*) escolhas de políticas específicas

¹⁷ Entende-se por políticas de caráter defensivo as que reduzem a sensibilidade do país a crises cambiais; e, políticas expansionistas referem-se àquelas medidas de promoção do pleno emprego, sobretudo em contextos recessivos e em políticas industriais e de comércio exterior.

como parte de um plano geral de condução da economia com intervenção e coordenação do Estado e não de maneira isolada. Desse modo, a política econômica proposta refere-se à adoção de um conjunto de ações com o intuito de aumentar o nível de demanda agregada ao objetivo de criar um ambiente estável que estimule os empresários a realizar novos investimentos. Ao mesmo tempo, deve atuar sobre o investimento privado global, estimulando escolhas mais arriscadas do que a simples acumulação de ativos líquidos, induzindo os agentes a investirem em ativos de capital, resultando em novos investimentos (CARVALHO, 1999; MOLLO; FONSECA, 2013; SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007).

Contudo, o objetivo da política econômica deve ser amplo, voltado para a estabilidade macroeconômica procurando reduzir as incertezas relativas à demanda futura que são inerentes aos negócios na economia. Ao mesmo tempo, a estabilidade de preços e aumento do produto e emprego devem ser compatíveis dentro dessa visão e para que isso ocorra o Governo deve apoiar-se em um instrumental de política econômica com objetivos múltiplos.

Assim, a vertente NDPK sustenta que para se atingir os objetivos de política se faz necessário maior coordenação de políticas (fiscal, monetária e cambial), de modo que se devem avaliar os impactos conjuntos da adoção das políticas sobre os objetivos como um todo (MOLLO e FONSECA, 2013; MOLLO e TAKASAGO, 2019). Nessas circunstâncias, tanto a política monetária quanto a política fiscal assumem um papel relevante, de modo que a inserção de liquidez tende a acalmar investidores, estimular o investimento e, com isso, encorajar mais o emprego (DAVIDSON, 1991). Desse modo, a política monetária deve sinalizar claramente os propósitos do Banco Central para os agentes privados com intuito de estimulá-los a atuar em consonância com os objetivos dos *policy makers*. Com isso, pode sinalizar a adoção de uma taxa de juros baixa por parte do Banco Central com objetivo de incentivar o investimento produtivo. Enquanto a política fiscal pode atuar sobre o nível de atividade econômica, sobretudo como um instrumento poderoso anticíclico para estimular a demanda agregada (OREIRO e PAULA, 2012).

Desse modo, a coordenação de políticas mostra-se fundamental para se atingir a estabilidade macroeconômica. Além disso, faz-se necessário manter uma taxa de câmbio competitiva (ou seja, desvalorizada). Sicsú, Paula e Michel (2007) ressaltam que essa foi uma alternativa executada por países que tiveram crescimento acelerado no pós-guerra. A partir disso, conseguiram garantir condições de sustentabilidade do balanço de

pagamentos através da geração de superávits crescentes em conta corrente e diminuir a contratação de empréstimos externos, reduzindo assim o nível de vulnerabilidade externa, pois a ocorrência de um câmbio competitivo e estável pode encorajar os empresários a se dedicarem efetivamente na produção, investimento e comércio internacional resultando em efeitos como aumento da produção/ produtividade e emprego. A importância do balanço de pagamento para o crescimento e industrialização foi apresentada no capítulo anterior por Thirlwall, assim como seu papel de restrição ao crescimento.

Sobre a forma de financiamento do balanço de pagamentos, deve-se evitar fluxos de capital de portfólio e dívida de curto prazo, uma vez que podem gerar custos associados à alta volatilidade dos fluxos de capitais e ao mesmo tempo não refletem em benefícios de difusão de conhecimento. Ao passo que o equilíbrio no balanço de pagamentos requer a manutenção de um superávit significativo na balança comercial, utilizando uma taxa de câmbio voltada sempre para o ajustamento da conta corrente e para a diminuição da dependência dos capitais externos. Além disso, deve compor essa estratégia, políticas industriais ativas com intuito de estimular exportações e a substituição de importações de insumos que tenham peso na pauta de importações do país de modo a reduzir os efeitos do câmbio sobre o nível de preços domésticos (OREIRO; PAULA, 2012).

O estabelecimento dessas políticas mostra-se importante em virtude da necessidade de uma mudança estrutural na base produtiva dos países com objetivo de modificar a pauta de exportações para que seja composta por produtos de maior valor agregado. Por sua vez, a substituição de importações sobre alguns segmentos mais dinâmicos da indústria mostra-se necessária devido à alta elasticidade-renda das importações do país, fato que resulta em aumento significativo durante períodos de crescimento econômico continuado (OREIRO; PAULA, 2012).

Com isso, uma estratégia NDPK deve buscar formas de blindar a conta de capitais do balanço de pagamentos, formulando estratégias com o objetivo de reduzir os efeitos desses choques internos e/ou externos sobre a taxa de câmbio. Nesse sentido, deve-se buscar a adoção de medidas com intuito de reduzir a volatilidade excessiva da taxa de câmbio e, ao mesmo tempo, manter uma taxa de câmbio atraente para fomentar as exportações. A busca pela estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento de longo prazo tem como contrapartida a existência de mercados financeiros saudáveis. A partir disso se faz necessário o fortalecimento e a estabilidade do setor financeiro (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007).

Esse ponto apresenta uma das diferenças entre o NDPK e o desenvolvimento clássico, pois, enquanto o desenvolvimentismo clássico focava suas políticas defensivas na balança comercial em busca de tornar a economia menos dependente da exportação de produtos primários, o NDPK baseia-se no estabelecimento de critérios de controle da conta de capitais para que resulte em trajetórias de crescimentos sem interrupções e ao mesmo tempo na construção de políticas autônomas com objetivo de alcançar ao pleno emprego e a equidade social (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007; MOLLO; FONSECA, 2013).

A partir disso, o protecionismo deve contemplar a conta de capitais, de modo que as transações comerciais devem ser liberalizadas, embora esta abertura deva ser feita de uma forma cautelosa e negociada para que reciprocidades que interessem às exportações sejam conquistadas. Do mesmo modo, tal proteção não deve resultar em quebras de contrato e violação dos estatutos do Fundo Monetário Internacional. Esse ponto também ressalta uma diferença referente à abordagem do novo-desenvolvimentismo precursor, que prega proteção sobre a conta corrente do balanço de pagamentos (SICSÚ, 2005; FINELLO; FEIJÓ, 2017).

Desse modo, o NDPK tem como variável chave para o desenvolvimento o inibir a vulnerabilidade externa à taxa de juros. Essa deve atuar em níveis baixos para inibir a entrada de capitais especulativos e com isso solucionar o problema da vulnerabilidade. Além disso, uma taxa de juros baixa tende a estimular o investimento e o crescimento, pois proporciona o *funding* do investimento e o *finance* motive, melhora as contas públicas e controla a entrada de capitais especulativos (MILANI; SALES, 2018). Com respeito à distribuição de renda, os NDPK preocupam-se com medidas que elevam o nível da demanda agregada ao criar um ambiente estável, com menos incerteza para os investimentos produtivos. Ao mesmo tempo, deve atuar frente a redução das desigualdades sociais em conjunto com outros mecanismos – como o controle de capital, expansão do gasto público e câmbio fixo – buscando promover equidade social¹⁸. Contudo, embora sejam consideradas medidas necessárias, as políticas de cunho social tendem a atuar de forma insuficiente no que tange a redução do quadro distributivo do sistema econômico. Assim, de acordo com essa vertente, o foco deve ser sobre a taxa de juros (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007; MOLLO; TAKASAGO, 2019; SANTOS, 2007).

¹⁸ Entende-se este processo como igualdade de oportunidade.

Apesar da ênfase sobre a taxa de juros, essa vertente propõe um novo sistema de política econômica composto por medidas fiscais, cambiais e monetárias em consonância com os princípios pós-keynesianos. Ademais, defendem a necessidade da constituição de um programa avançado de educação básica e inovação tecnológica, instrumentos endógenos e privados de financiamento do investimento produtivo e segurança jurídica dos contratos e da propriedade privada (SICSÚ, PAULA e MICHEL, 2007; SANTOS, 2009).

A vertente NDPK ressalta a necessidade de uma transformação produtiva com intuito de elevar a produtividade da mão-de-obra e atuando como base para proporcionar uma competitividade internacional autêntica apoiada na incorporação de progresso técnico e em práticas gerenciais inovadoras. Para que isso ocorra, deve ser estabelecida uma política industrial com objetivo de melhorar a competitividade das exportações de maior valor agregado que seja consoante com uma política econômica que se apoie na manutenção de uma taxa de câmbio competitiva. Além disso, deve atuar no desenvolvimento de uma infraestrutura focalizada na competitividade sistêmica e em melhorias do nível de qualificação da mão-de-obra. Como resultado, a aprendizagem tecnológica e o fortalecimento da competitividade internacional necessitam a presença de instituições públicas dotadas de capacidade de articulação dos diversos agentes produtivos, laborais, educativos, de pesquisa e de financiamento (OREIRO; PAULA, 2012).

Após a investigação teórica sobre as teorias desenvolvimentistas, sobretudo as contemporâneas (novo desenvolvimentismo precursor e pós-keynesiano) percebe-se alguns pontos em comum e outros divergentes. Com intuito de sintetizá-los, apresenta-se o quadro abaixo.

Quadro 1 - Síntese Teorias Desenvolvimentistas Contemporâneas

	Novo Desenvolvimentismo Original	Novo Desenvolvimentismo Pós-Keynesiano
Variável Chave	Taxa de Câmbio industrial competitiva	Taxa de Juros e proteção a conta de capitais
Tipo de Demanda	Mercado Externo	Mercado Externo

Macroeconomia	Estabilidade dos preços macroeconômicos: taxa de câmbio, taxa de juros, lucros, salários e inflação	Estabilidade macroeconômica para reduzir as incertezas
Estado	Coordenação do setor não competitivo da economia	Execução de mecanismos para mitigar o ambiente de incerteza

Fonte: Elaboração própria.

Após apresentar as teorias contemporâneas que abordam a associação entre industrialização e desenvolvimento, a próxima seção traz as contribuições teóricas da abordagem Keynesiana Fundamentalista no debate sobre desenvolvimento econômico.

3.5. ELEMENTOS TEÓRICOS DA ABORDAGEM KEYNESIANA FUNDAMENTALISTA SOBRE DESENVOLVIMENTO

O pensamento pós-keynesiano tem sido, tradicionalmente, dividido em três grandes vertentes (HAMOUDA e HARCOUT, 1988): **i)** a dos pós-keynesianos fundamentalistas, à la Paul Davidson; **ii)** aquela vinculada aos economistas de Cambridge (Nicholas Kaldor e Joan Robinson) e a Michal Kalecki; e **iii)** a dos pós-keynesianos neo ricardianos e sraffianos. Contudo, Lavoie (2014) identifica cinco vertentes da economia pós-keynesiana: os fundamentalistas, os Sraffianos, os Kaleckianos, os Institucionalistas e os Kaldorianos. Essa ramificação representa, sobretudo, uma divergência metodológica. Diante disso, a análise a seguir baseia-se apenas na abordagem keynesiana fundamentalista¹⁹.

Os fundamentalistas pós-keynesianos têm como objetivo desenvolver avanços teóricos sobre questões contemporâneas, partindo dos fundamentos originais das obras de Keynes com intuito de ampliar o verdadeiro e fundamental discurso de Keynes. Essa vertente também é caracterizada como Keynesianos americanos em virtude de seus proponentes iniciais – Sydney Weintraub, Paul Davidson, Hyman Minsky, Victoria Chick, Basil Moore – serem provenientes dos EUA (LAVOIE, 2014). Entretanto,

¹⁹ Não se pretende neste trabalho apresentar toda contribuição dessa vertente. A perspectiva aqui adotada tem como objetivo apresentar uma síntese da contribuição dessa vertente teórica sobre desenvolvimento.

atualmente essa vertente se espalhou pelo mundo, inclusive com representantes brasileiros²⁰.

Na esteira de questões contemporâneas, destaca-se o debate sobre desenvolvimento econômico. Nesse contexto, Terra, Ferrari Filho e Fonseca (2020) ressaltam que embora o falecimento de Keynes tenha ocorrido antes do surgimento do desenvolvimento como tema de pesquisa em Economia, sua contribuição teórica apresentava elementos que compunham essa ideia. Na construção de conceito de desenvolvimento econômico que pode ser retirado dos livros, artigos e panfletos de Keynes se destaca a noção de Estado de Keynes, de modo que essa instituição seria responsável por conduzir a sociedade ao desenvolvimento econômico (Keynes 1964, 1972). O papel fundamental do Estado reflete o fato de que para Keynes (1980a) o desenvolvimento necessita de intervenção econômica permanente do Estado para se obter um crescimento sustentável e contínuo ao longo do tempo (TERRA; FERRARI FILHO; FONSECA, 2020).

3.5.1. O papel do Estado

Keynes concebia o Estado como instituição resultante de ação coletiva. Essa estrutura estatal, não obstante, tem um fim a buscar e, complementaridade a iniciativa estatal: o desenvolvimento econômico. O papel estatal de estabilizador econômico de curto prazo reconhecidamente proposto por Keynes, não se resumia a limitar as incapacidades autorreguladoras do livre mercado. Sobretudo, o Estado como ator econômico busca construir a condição necessária à estabilidade, para que a condição suficiente ao desenvolvimento econômico se apresente (TERRA; FERRARI FILHO, 2019).

Contudo, Keynes (1964) não via o Estado como a única solução para os problemas econômicos e sociais. Entretanto, enxergava o Estado como uma instituição de ação coletiva, construída de baixo para cima tanto pelos formuladores de políticas, que realizam políticas econômicas para estabilizar os ciclos econômicos, quanto pelas classes econômicas produtivas, cujos investimentos geram emprego e renda. Como tal, o Estado deve ter como objetivo final o desenvolvimento econômico.

Seguindo os pressupostos de Keynes (2010), o corpo do Estado deveria ser composto por órgãos autônomos ou semiautônomos em relação ao Governo de plantão,

²⁰ Essa seção está concentrada em Fábio Terra e Fernando Ferrari Filho, devido a contribuição teórica, debates contemporâneos e o protagonismo no que se refere a autores nacionais filiados a essa vertente.

porém submetidos ao parlamento. Pelo menos três elementos levam a crer que Keynes considerava importante resguardar a continuidade de longo prazo nas políticas implementadas pelo Estado. O primeiro, a clara afirmação feita pelo autor de que os órgãos do Estado pertencem ao Estado e não aos governos; o segundo, as proposições de Keynes implicam que os órgãos estatais não devem ser incluídos em qualquer ente em específico; e por fim, as organizações estatais podem ser parceria público-privadas, com o capital social privado associado ao capital público.

Keynes (1972) transmitiu essa ideia às entidades do Estado. Devem ser formados por órgãos semiautônomos. A semiautonomia tem dois significados, uma autonomia parcial dos entes públicos em relação a qualquer outro ente específico, mas ao mesmo tempo subordinado aos poderes democráticos de uma sociedade livre, a saber, parlamento e governo. Além disso, a semiautonomia também significa que a burocracia técnica dos entes do Estado não estabelece seus objetivos, apenas os meios para alcançá-los.

De acordo com Terra, Ferrari Filho e Fonseca (2020), Keynes concebe a Agenda estatal para que se torne o meio para alcançar o desenvolvimento econômico. Sobre esse ponto, Terra e Ferrari Filho (2019, p. 35) realçam que “a agenda é o conjunto de ações que se espera serem feitas pelo Estado para promover o bem público, a estabilidade e a justiça social”. Portanto, a Agenda deve preocupar-se tanto em construir as ações tecnicamente sociais, que são aquelas que não existiriam se o Estado não estivesse envolvido, quanto em excluir as ações tecnicamente individuais. A ação tecnicamente individual, que deve ser evitada, é o Estado atender às necessidades de um ou poucos capitais privados, dando-lhes benefícios por meio de algo que deve melhorar o bem-estar público.

As entidades estatais prescritas por Keynes (1972) poderiam ser parcerias público-privadas, com capitais públicos e privados conjuntos. Assim, interesses públicos e privados são equiparados, e os serviços públicos oferecidos ao setor privado são produzidos e certificados por indivíduos que estarão em contato com eles. Mais uma vez, emerge a ideia de autonomia, ou seja, os entes do Estado estão, ao mesmo tempo, próximos e distantes do Governo e do parlamento a proposta de Keynes da Agenda. É um conjunto de ações que ele esperava que o Estado realizasse com o objetivo de construir o bem-estar e garantir a estabilidade e a justiça social necessárias para o progresso de longo prazo. Esse conjunto de ações do Estado compreende também as políticas econômicas destinadas a estabilizar o ciclo econômico, distribuir riqueza e renda, construir

estabilidade financeira e viabilizar um sistema de crédito funcional (TERRA; FERRARI FILHO; FONSECA, 2020).

Assim, o papel do Estado deve ter como objetivo aprimorar as condições de financiamento. Sobretudo, no que se refere ao subsídio de investimentos que promovam mudanças estruturais. Ademais, focalizando sua atuação para reduzir as incertezas provenientes de problemas de informações (STUDART; ALVES JR, 2019).

O bom funcionamento do Estado tanto na parte administrativa quanto financeira e uma atuação ativa frente a sociedade levaria ao cenário de pleno emprego e distribuição de renda e riqueza mais igualitária. Esse conjunto de elementos se mostra como essencial na busca pelo desenvolvimento. Contudo, sua ocorrência não representa o desenvolvimento. Esses mecanismos atuam de forma a auxiliar a sociedade a alcançar um novo estágio dos sistemas econômicos e sociais. A partir desse novo estágio e consoante com a superação de questões do capitalismo moderno se é alcançado o desenvolvimento (STUDART; ALVES JR, 2019; TERRA; FERRARI FILHO; 2019). Esse processo de transformação será detalhado a seguir.

3.5.2 Desenvolvimento Econômico na Perspectiva Keynesiana Fundamentalista

Tomando como base, Keynes (1972; 2010), pode-se dizer que a noção de desenvolvimento de Keynes envolve um estágio do capitalismo onde problemas econômicos, como desemprego, renda desigual e distribuição de riqueza, a desperdício de recursos produtivos, a luta pelas necessidades básicas da vida, entre outros, não são mais difundidos (TERRA; FERRARI FILHO; FONSECA, 2020).

Desse modo, as questões econômicas devem ser resolvidas e superadas para que se possa alcançar o desenvolvimento. Assim, a sociedade deve ascender ao estágio em que *'the economic problem is not — if we look into the future — the problem of the human race'* (Keynes 1972, p. 326, original *emphasis*).

Assim, o caminho para o desenvolvimento necessita de grandes mudanças, tanto econômicas quanto sociais. Sobre esse ponto, Keynes (1972, p. 329) ressalta que para alcançar o desenvolvimento são necessárias “grandes mudanças no código moral”. Ou seja, se faz necessário uma transformação sobre o entendimento da sociedade perante seus valores e hábitos. De acordo com Terra, Ferrari Filho e Fonseca (2020) deve ser repensado o “amor” ao dinheiro. De modo que este deve ser eliminado no que diz respeito ao objetivo do comportamento individual.

Assim, a utopia de Keynes pedia o fim do “*love of money as a possession*” (KEYNES, 1972, p. 329). Ao atingir esse estágio, os indivíduos poderiam focalizar sobre questões fundamentais da vida e não simplesmente no dinheiro para este fim. Terra, Ferrari Filho e Fonseca (2020, p. 11) destacam:

In this stage, individuals would have resolved their economic burdens and thus have the opportunity to ‘cultivate into a fuller perfection, the art of life itself and do not sell themselves for the means of life, who will be able to enjoy the abundance when it comes (KEYNES, 1972, p. 328).

Ao lançar suas preocupações sobre questões primordiais à qualidade de vida, pode-se dizer que a noção de desenvolvimento de Keynes significa a obtenção de um novo estágio do capitalismo. Como observam Terra, Ferrari Filho e Fonseca (2020, p. 11) ao enfatizar que:

for the first time since his creation man will be faced with his real permanent problem — how to use his freedom from pressing economic cares, how to occupy the leisure, which science and compound interest will have won for him, to live wisely and agreeably and well (KEYNES, 1972, p. 328).

A vertente fundamentalista apresenta outro componente que corrobora a reivindicação de Keynes em prol da ação coletiva para que se alcance o desenvolvimento econômico. Terra, Ferrari Filho e Fonseca (2020) realçam o argumento de Keynes (1972) sobre o comportamento econômico descoordenado dos indivíduos. De modo, este apresentava incapacidade de promover melhoria no padrão de vida da sociedade e por conseguinte se tornando um entrave ao desenvolvimento. Uma vez que a noção de desenvolvimento de Keynes representa o estágio em que a humanidade consiga superar suas preocupações econômicas.

O principal instrumento para esse objetivo é a participação do Estado, sobretudo a Agenda Estatal apresentada anteriormente. Pois é através dessa que se obtém o espaço de “conciliação entre as vontades democráticas, as intenções governamentais, as necessidades da sociedade e os conhecimentos técnicos para a execução das políticas públicas” (TERRA; FERRARI FILHO, 2019, p. 35). A Agenda Estatal deve apresentar esses elementos em sua composição devido à necessidade de ação coletiva e espírito público em busca do desenvolvimento.

Ao esboçar uma sociedade desenvolvida, Terra, Ferrari Filho e Fonseca (2020) destacam que o “amor” ao dinheiro como objetivo principal da ação individual e com isso a busca pela acumulação cada vez maior estaria superada. Como resultado dessa “revolução” de mentalidade da sociedade e ao mesmo tempo uma participação do Estado

estruturado e organizado reflete na diminuição do risco de ascensão de regimes políticos totalitários, uma vez que a incerteza se apresenta em níveis mínimos.

Na esteira desse argumento, apresenta-se a definição de desenvolvimento econômico em Studart e Alves JR (2019) em que tal processo é caracterizado pela associação da expansão de investimentos provenientes de mudanças estruturais com introdução de novas tecnologias ou de formas de organização da produção. Tal processo só deve ocorrer a partir da mudança de pensamento da sociedade que resulta em redução das incertezas fazendo com que o sistema apresente consistência para a ocorrência de mudanças estruturais. Para que essas mudanças aconteçam se faz necessária a estabilidade econômica que deve ser obtida pela participação ativa do Estado e da Agenda Estatal.

Destarte, o desenvolvimento apresenta mecanismos para garantir a liberdade dos indivíduos e para realizar os objetivos da sociedade como um todo. Assim, pode-se concluir que para a vertente keynesiana fundamentalista o desenvolvimento econômico deve ser entendido tendo como referências as obras de John Maynard Keynes como um estágio do capitalismo em que os problemas econômicos, tais como o desemprego, a desigual distribuição de renda, o desperdício de recursos produtivos e a luta para se conseguirem as condições mínimas de sobrevivência, entre outros, deixam de existir. Nesse sentido, a questão econômica, ou seja, os problemas que se relacionam a produção e a distribuição de riqueza, deveria ser superado se o desenvolvimento, etapa em que o problema econômico não é – se olharmos para o futuro – o problema permanente da raça humana. Assim, a utopia de Keynes seria o desenvolvimento superar o amor pela acumulação por acumulação (TERRA; FERRARI FILHO, 2019).

Apesar da ênfase na resolução dos problemas econômicos citados acima, Terra, Ferrari Filho e Fonseca (2020) apresentam outro elemento importante na busca pelo desenvolvimento e destacam ser o mais difícil nesse processo, trata-se de uma mudança nos códigos morais da sociedade. Essa mudança é representada pela relação dos indivíduos de amor ao dinheiro. De modo que para os autores essa obsessão pelo dinheiro deve ser substituída pelo amor à vida. E a partir disso, focalizam-se em maneiras de alcançarem uma melhor qualidade de vida para a sociedade como um todo.

Assim, ressaltam que esse era o desejo de Keynes no que se refere à mudança de mentalidade das pessoas de uma sociedade desenvolvida. Uma vez que ele enxergava o desenvolvimento econômico “*as the historical possibility of a society of abundance, not abundance per se but a better way of living: a society not in love with capital accumulation, but with life's*” (TERRA; FERRARI FILHO; FONSECA 2020, p. 13). De

modo que a abundância deve ser vista como parte dos objetivos dessa nova sociedade e não a condição final desta.

Assim, o desenvolvimento seria o estágio final do capitalismo regulado com o qual Keynes sonhava. Por fim, crescimento econômico sustentável, distribuição de renda e riqueza e justiça social, realizados pela associação cooperativa entre Estado, iniciativa privada (generalizador, mercado) e instituições (órgãos públicos e privados, regras e hábitos das pessoas/sociedade são necessários para forçar os agentes, com insights limitados, a adotar estratégias caracterizadas por convenções), atuam como os pilares de construção do verdadeiro desenvolvimento (TERRA; FERRARI FILHO; FONSECA, 2020).

3.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar a relação entre industrialização e desenvolvimento econômico, destacando as teorias contemporâneas que abordam a temática foi um dos objetivos deste capítulo. Após a exposição das seções pode-se compreender o desenvolvimento econômico como um fenômeno histórico que passou a ocorrer em estados-nação dos quais passaram por uma revolução capitalista. Assim, esse processo se apresenta como um dos objetivos das sociedades modernas, pois sua ocorrência resulta em aumento de renda e mudanças estruturais e sociais. Contudo, para que o desenvolvimento econômico ocorra se faz necessária a atuação estatal e institucional através da estratégia nacional.

Tal estratégia é responsável por adequar as especificidades de cada nação com o projeto a ser executado em busca do desenvolvimento. Apesar de não ser uma estratégia comum a todos, observou-se um núcleo comum de características, assim como de tensões entre os países que as adotaram. Além disso, observou-se as principais estratégias em que os países se baseiam, de modo que em fases iniciais buscam o estabelecimento de poupança forçada e proteção à indústria nascente, enquanto em fases avançadas focalizam esforços sobre uma taxa de câmbio relativamente depreciada com estímulo à exportação.

Em seguida, abordou-se o desenvolvimentismo, apresentando uma conceituação e ressaltando que de modo geral trata-se de uma estratégia de política econômica com intuito de promover o desenvolvimento econômico através do incentivo à indústria nacional. Ademais, foi abordado um núcleo duro comum entre as diferentes definições. Sobre as teorias desenvolvimentistas, pode-se concluir que buscam alternativas para que as nações alcancem o progresso, sobretudo com base na associação entre industrialização e desenvolvimento econômico.

Com o retorno do debate desenvolvimentista no século XXI, destacou as teorias novo-desenvolvimentistas original e pós-keynesiana, ao passo que os novo-desenvolvimentistas precursores focam na taxa de câmbio competitiva para a indústria, enquanto a corrente novo-desenvolvimentista pós-keynesiana foca em taxas de juros mais baixas. O desenvolvimentismo original focava suas políticas defensivas na balança comercial, enquanto para o NDPK o protecionismo moderno deve ser o da conta de capitais.

Apesar dessas divergências, apresentam como ponto comum o foco no mercado externo e a intervenção do Estado, embora os objetivos dessa intervenção sejam distintos. Enquanto na vertente original, o Estado deve atuar coordenando o sistema econômico pela ótica pós-keynesiana sua ação deve resultar em queda da incerteza e com isso gerando decisões mais acertadas no ambiente econômico. Pode-se concluir que as teorias novo desenvolvimentistas (original e pós-keynesiana) recuperam e atualizam o debate apresentado no capítulo 1, sobretudo no que se refere ao papel estratégico da indústria com foco nas exportações para que ocorram mudanças estruturais. Todo esse processo deve ser feito buscando uma relação saudável em relação ao balanço de pagamentos.

Após a apresentação do capítulo, pode-se concluir sobre o papel central da indústria é de uma política industrial que atue conjuntamente com uma teoria macroeconômica que esteja em consonância com os objetivos dos Estados-Nação para que além do estímulo ao setor industrial – e que por conseguinte o aumento da produção, renda e a equidade social – como mecanismo para alcançar o desenvolvimento econômico e apresente mecanismos para proteção da vulnerabilidade externa, tanto sobre a balança comercial quanto a conta de capitais.

O segundo objetivo do capítulo, discorre sobre o debate acerca do desenvolvimento econômico apresentado tanto pelas teorias contemporâneas (novo desenvolvimentismo original e NDPK) quanto pela abordagem fundamentalista keynesiana em que podem-se observar diferenças fundamentais do ponto de vista teórico e metodológico.

De modo que a teoria novo desenvolvimentista original responsável por inserir novamente o debate sobre desenvolvimento do ponto de vista teórico pode ser resumida como uma teoria com ênfase nos preços macroeconômicos, sobretudo a taxa de câmbio e seu papel para dinamizar o setor industrial. Trata a participação Estatal apenas para assegurar os meios necessários para que as empresas possam investir e aumentar continuamente a produtividade. Do ponto de vista metodológico assume uma abordagem

histórico-dedutiva baseada nas experiências bem-sucedidas de crescimento acelerado, especialmente a experiência dos países do Leste Asiático.

Já a vertente NDPK pode ser entendida como uma ramificação da teoria novo desenvolvimentista original com a diferenciação da maior ênfase em características pós-keynesianas como a complementaridade entre Estado e mercado. Ao comparada a vertente anterior avança no papel do Estado, pois este deve atenuar para reduzir as incertezas do sistema econômico. Contudo, sobre a questão do desenvolvimento propriamente dito mostra-se bastante similar ao novo desenvolvimentismo original, tendo como principal diferença - apesar da ênfase sobre as variáveis macroeconômicas- o foco sobre a taxa de juros em busca de reduzir a vulnerabilidade da economia. Outro ponto de destaque é a busca pela equidade social, ponto este que é negligenciado pela teoria novo desenvolvimentista original. Desse modo, apesar das pequenas diferenças apresentadas à teoria NDPK avança em direção ao conceito de desenvolvimento ao abordar a temática da equidade social.

A última vertente apresentada no capítulo, o fundamentalismo keynesiano trata o desenvolvimento econômico a partir dos escritos de Keynes. Sua abordagem sobre o desenvolvimento é bem distinta das anteriores. Essa abordagem traz papel central para o Estado e por conseguinte a Agenda estatal para a ocorrência do desenvolvimento. De modo que a agenda se faz necessária em todo o processo de construção de uma sociedade desenvolvida. O fundamentalismo keynesiano se apoia na ideia de que a Agenda atua em conjunto com as políticas econômicas que a compõem tendem a resultar em um crescimento estável, melhora dos níveis de emprego e aumento da igualdade de renda e riqueza.

Outro ponto de destaque diz respeito à mudança dos códigos morais da sociedade em busca do desenvolvimento, deixando de lado a mentalidade capitalista de amor pelo acúmulo e buscando alternativas para melhora dos padrões de vida. Desse modo, essa vertente se apresenta com uma mudança aos moldes do capitalismo alcançando um novo estágio e uma mudança radical da sociedade apoiada na atuação do Estado e sua Agenda, através da mudança de valores desta sociedade em busca do desenvolvimento.

Ao debater e sistematizar as teorias que abordam o desenvolvimento – novo desenvolvimentismo, NDPK e o keynesiano fundamentalista – pode-se concluir que, apesar das contribuições, existem pontos divergentes entre elas, sobretudo, no que se refere à atuação do Estado e seu objetivo final. As teorias contemporâneas têm o Estado como o ator coadjuvante nesse processo, além do foco sobre as variáveis

macroeconômicas. Diferenciando, o novo desenvolvimentismo original com a taxa de câmbio e o NDPK, a taxa de juros. Por outro lado, a vertente keynesiana fundamentalista traz o papel do Estado como principal instrumento para obter o desenvolvimento. Propõe, também, uma mudança de estágio do capitalismo para se atingir o desenvolvimento. O próximo capítulo apresenta a teoria macroeconômica desenvolvida pelo novo desenvolvimentismo original.

4. ASPECTOS MACROECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA MACROECONOMIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA²¹

4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A adoção dos instrumentos de intervenção macroeconômica como ferramenta para o alcance do desenvolvimento econômico tem como objetivo pavimentar a trajetória de política para que os países alcancem o estágio de prosperidade. Eles enfrentam entraves durante esse processo – por exemplo, o vasto contingente de força de trabalho subempregado nos setores de subsistência, tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e heterogeneidade entre setores produtivos – necessitando assim de mudança estrutural para serem superados.

Nesse contexto, a gestão macroeconômica deve ser conduzida em busca de promover o crescimento econômico sustentado. Para isto, faz-se necessário a adoção de políticas anticíclicas para atenuar os efeitos das flutuações econômicas na produção e no emprego, bem como a estabilidade de preços e a ampliação da capacidade produtiva do país (IPEA, 2010).

Diante disto, o objetivo deste capítulo é apresentar a teoria macroeconômica da Escola que ficou sendo conhecida na literatura nacional como Novo Desenvolvimentismo, destacando seus mecanismos e argumentos em busca do desenvolvimento econômico. Para cumprir este objetivo, além dessa introdução, o capítulo apresenta sete seções adicionais. Na seguinte, apresenta-se a relação entre a macroeconomia do desenvolvimento e o novo desenvolvimentismo. A terceira seção aborda as origens teóricas que influenciaram a criação dessa escola do pensamento. Apresenta-se os pontos em comum e divergente, além de ressaltar as principais diferenças entre a macroeconomia do desenvolvimento frente às suas vertentes teóricas. Em seguida, expõe-se o papel da taxa de câmbio dentro dessa abordagem, aprofundando a discussão iniciada no capítulo 2 desse trabalho. Avança também ao apresentar os patamares cambiais em que se apoia a argumentação macroeconômica. A seção 5 trata da tendência crônica e cíclica de sobre apreciação cambial, principal argumento da macroeconomia do desenvolvimento para inibir o desenvolvimento econômico.

²¹ Em virtude da relevância das pesquisas para o desenvolvimento desta vertente teórica realizadas por autores como Bresser-Pereira, Oreiro, e Marconi, individual ou conjuntamente, este capítulo está concentrado em seus trabalhos.

Nesse escopo, apresenta-se a doença holandesa, realçando o conceito clássico e os modelos que abordam essa temática. A sexta seção expõe-se o conceito estendido da doença avançando no debate sobre esse fenômeno e seus desdobramentos para os países. A sétima seção traz a estratégia de crescimento com poupança externa, fator que é considerado um dos motivos pelo qual o câmbio apresenta sobrevalorização cíclica e crônica, além de contribuir para um cenário de déficit em conta corrente. Ambos, atuando como entraves ao desenvolvimento econômico. Por fim, considerações finais concluem o capítulo.

4.2. NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A MACROECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

Conforme apresentado no capítulo anterior, a maior contribuição da abordagem novo desenvolvimentista diz respeito à elaboração de uma teoria macroeconômica apropriada à estratégia de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Essa foi chamada de macroeconomia do desenvolvimento (MD). A MD é uma teoria aplicada aos países em desenvolvimento, particularmente de renda média, os quais os mercados já são razoavelmente eficientes na alocação de recursos econômicos e nas indústrias competitivas. Seu objetivo é elaborar uma teoria combinando aspectos teóricos da macroeconomia pós-keynesiana com o desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016).

Essa vertente se baseia na macroeconomia keynesiana e teoria estruturalista do desenvolvimento. Assim, reflete uma teoria macroeconômica com perspectiva de curto prazo quanto de uma teoria do desenvolvimento de longo. Oreiro e Paula argumentam que os objetivos subjacentes à macroeconomia do desenvolvimento seriam o de “reduzir as incertezas relativas à demanda futura, inerentes que são os negócios da economia” (OREIRO, 2012, p. 69). Entende-se por estabilidade macroeconômica, portanto, a situação em que se garante não só o controle inflacionário, como também o crescimento do produto.

Para a MD, a economia permanece dependente da demanda agregada para o crescimento, com protagonismo da taxa de câmbio, responsável por propiciar acesso à demanda tanto do mercado externo quanto do mercado interno para bens e serviços e, por isso, é a variável-chave nesta argumentação. Entretanto, a MD parte do pressuposto que a taxa de câmbio possui tendência crônica e cíclica de sobreapreciação (OREIRO, 2016).

Antes de aprofundar na discussão teórica e seus desdobramentos, a seção a seguir examina as origens teóricas que influenciaram a criação da MD, destacando os principais aspectos e, ao mesmo tempo, realçando os avanços e contradições apresentados por ela nesta formulação teórica.

4.2.1 Origens teóricas para a criação da macroeconomia desenvolvimentista

Principal autor brasileiro desta vertente, Bresser-Pereira (2020), classifica esta abordagem como keynesiana-estruturalista. Contudo, apesar de se apoiar nestas duas teorias, apresenta, em sua tese, diferenças consideráveis em relação a teoria keynesiana e estruturalista do ponto de vista conceitual.

No que se refere à inspiração keynesiana, pode-se destacar o enfoque sobre a demanda agregada como principal fonte para o desenvolvimento. Entretanto, a MD não descarta os fatores para o progresso do lado da oferta, como educação e, conseqüentemente, tecnologia, inovação e produtividade. Além disso, corrobora o argumento do qual o investimento determina a poupança, desde que haja crédito disponível aos empresários (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

A macroeconomia keynesiana trabalha com a economia aberta em contexto de mercados globais, sendo o investimento estratégico destinado à demanda e o crescimento. Por sua vez, para a teoria estruturalista, o crescimento econômico representa um processo estrutural de sofisticação produtiva que engloba três aspectos da sociedade, ou seja: econômico, institucional e ideológico-cultural (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Assim, a política macroeconômica da MD busca dois objetivos simultâneos, mas não excludentes tais como: o equilíbrio macroeconômico e o desenvolvimento. Assim, pretende alcançar o crescimento econômico com sofisticação produtiva, mantendo taxas de inflação comparáveis à média internacional, equilíbrio fiscal e externo e endividamento público e externo, compatíveis com o crescimento do PIB e das exportações (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003).

Apesar dos aspectos em comum entre a MD e keynesiana, existem diferenças substanciais entre elas. A começar pelo objetivo teórico central proposto por cada uma delas. Assim, enquanto a macroeconomia keynesiana busca maneiras de explicar o desemprego e alternativas para discutir o alcance do pleno emprego, a MD tem como foco estratégias de crescimento com estabilidade refletindo em movimentos de *catching-up*. Na esteira destes pontos divergentes, pode-se ressaltar que na macroeconomia keynesiana existe uma tendência à insuficiência da demanda, enquanto na MD há, também, a

tendência de insuficiência de acesso a demanda. Contudo, o argumento central da teoria keynesiana refere-se à dependência de ocorrência de demanda efetiva por parte do investimento, enquanto para a MD, a garantia de demanda efetiva não é vista como condição para obter investimentos. Faz-se necessário, assim, a formulação de uma política cambial ativa, que assegure às empresas o acesso à demanda que uma moeda nacional supervalorizada inviabiliza (BRESSER-PEREIRA, OREIRO, MARCONI, 2016).

Ao considerar a existência de cinco preços macroeconômicos - as taxas de lucro, câmbio, juros, salarial e de inflação - a macroeconomia keynesiana propõe que o principal preço a ser corrigido é a taxa de juros uma vez que ela tende a ser elevada em períodos de recessões severas devido à armadilha de liquidez²². Por sua vez, para a MD, além da taxa nominal de juros em recessões, existem três preços macroeconômicos que necessitam de correção: a taxa de câmbio, de lucro e o juros real. Nesse contexto, pressupõe uma atuação sobrevalorizada do câmbio, elevação da taxa de juros e depressão da taxa de lucro para que se inicie o processo de recuperação econômica.

Outra diferença diz respeito às variáveis macroeconômicas chaves. Para a macroeconomia keynesiana, essas são o déficit orçamentário e a taxa de juros. Para a MD, elas são o déficit em conta corrente (ou superávit) e a taxa de câmbio, que devem ser consideradas como interdependentes. Assim, enquanto para a macroeconomia keynesiana os déficits em conta corrente são considerados naturais, para a MD eles devem apresentar superávit se o país enfrentar a doença holandesa²³ (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Sobre as crises financeiras, a macroeconomia keynesiana argumenta que elas ocorrem em virtude dos excessivos déficits orçamentários (considerados como fruto de populismo fiscal). Por sua vez, a MD apoia-se nos déficits em conta corrente (diferentemente, tidos como populismo cambial). No que se refere ao câmbio, a MD concorda com a suposição keynesiana de alta volatilidade cambial. Contudo, avança na explicação desse fenômeno e destacam uma tendência de valorização da moeda nacional nos países em desenvolvimento. A MD realça que o endividamento desses países se dá

²² A armadilha da liquidez representa uma situação em que a taxa de juros se encontra em patamares baixos, de modo que a preferência pela liquidez se torne virtualmente absoluta, no sentido de que todos preferam manter recursos líquidos a conservar uma dívida que rende uma taxa de juros tão baixa. Nesse caso, a autoridade monetária teria perdido o controle efetivo sobre a taxa de juros. Para maior detalhamento ver Keynes (1936, CAP. XV).

²³ Este fenômeno será detalhado na seção 4.3.2.

através de moeda estrangeira e tende a resultar em crises no balanço de pagamento²⁴. Por outro lado, a macroeconomia keynesiana enfatiza a importância do endividamento em moeda própria (BRESSER-PEREIRA, 2020).

Além da inspiração keynesiana, a MD também apresenta características estruturalistas²⁵, sobretudo de autores da vertente clássica do desenvolvimento conforme apresentado no capítulo 2 desse trabalho. Apesar desta influência, a MD exhibe alguns pontos divergentes. Os estruturalistas propõem que os países em desenvolvimento apresentam severos gargalos estruturais no setor industrial, impedindo-os de atingirem um estágio mais avançado em relação ao seu desenvolvimento. Por sua vez, a MD foca sua análise em países de renda média²⁶, que já realizaram seu processo de industrialização. Assim, a principal diferença entre os países de renda média e os desenvolvidos reside no endividamento através de moeda estrangeira (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

A teoria estruturalista desenvolveu um argumento para explicar a inflação através das tensões econômicas e sociais que surgem durante um processo de desenvolvimento econômico. Tal teoria foi desenvolvida pela Cepal (Comissão Econômica para América Latina) a partir dos anos 1950 na tentativa de explicar a inflação crônica dos países sul-americanos após 1930. Tal interpretação deu origem ao debate sobre a eficácia da abordagem monetarista, baseada na Teoria Quantitativa da Moeda (Bresser-Pereira, 2010). A tese da Cepal focalizava sobre a macroeconômica da teoria estruturalista²⁷ e foi muito importante no debate dos anos 1950 e 1960.

O argumento desenvolvido pela Cepal explica que setores da economia crescem em ritmos diferentes, causando excesso de demanda nos mercados em que a oferta não tem capacidade de resposta. A inflação, portanto, não seria causada por medidas inadequadas de política fiscal ou monetária, mas sim por limitações da estrutura econômica (SUNKEL, 1958). O principal ponto de estrangulamento econômico da América Latina apresentava-se do lado da oferta, enquanto a causa da inflação estrutural se dava através da produção de bens agrícolas para consumo interno, em que a oferta não

²⁴ A discussão sobre o balanço de pagamentos como restrição ao crescimento foi abordada no capítulo 1 a partir dos escritos de Kaldor e Thirlwall.

²⁵ Está fora dos objetivos desta dissertação apresentar esta vertente teórica. Para maior detalhamento, ver Missio (2012).

²⁶ Segundo o Banco Mundial, economias com **renda per capita** na faixa entre US\$1.036 e US\$12.615 são consideradas de **renda média**.

²⁷ Não é objetivo deste capítulo aprofundar na discussão sobre tal vertente teórica. Para maior detalhamento, ver, por exemplo, Bielschowsky (2000).

respondia com a rapidez necessária às variações na demanda e nos preços (BRESSER-PEREIRA, 2010).

A MD defende que, esse tipo de explicação se tornou marginal na medida em que os países de renda média desenvolveram mercados bem estruturados (BRESSER-PEREIRA, 2011). Além disso, atribuiu grande importância ao argumento da restrição externa. Como resultado, a maioria dos economistas estruturalistas se mostram favoráveis à política de crescimento com poupança externa. A MD reconhece a existência da restrição externa, mas sustenta que este mecanismo perdeu seu poder explicativo devido ao fato de países de renda média terem se tornado exportadores de bens manufaturados. Por outro lado, argumenta ainda que com a sobrevalorização cambial cíclica e crônica, os países em desenvolvimento devem crescer com superávit em conta corrente e não déficit. Por isso, a MD e o novo desenvolvimentismo são críticos da política de crescimento com endividamento externo (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Sendo assim, no que se refere à principal política a ser adotada para a promoção do desenvolvimento, observa-se outra divergência entre as duas vertentes em tela neste capítulo. Para a economia do desenvolvimento, o foco está voltado para a política industrial inspirada no modelo do *big push*, ou seja, na tendência à deterioração dos termos de troca e no argumento da proteção à indústria nascente. A MD assume a validade dessas críticas, mas minimiza sua importância uma vez que os países de renda média modernizaram sua estrutura econômica e convergiram para o sistema de mercado dos países capitalistas avançados. Com isso, pode-se dizer que ambas são favoráveis à política industrial e enfatizam fortemente a necessidade de uma coalizão de classes. Contudo, para a MD o foco recai sobre o câmbio e não sobre a política industrial (BRESSER-PEREIRA, 2020; VERGNHANINI; BIANCARELLI, 2021).

Essa diferença se dá em grande parte pela experiência histórica dos países asiáticos na década de 1980 que retrata o êxito da política industrial na promoção do crescimento. Contudo, os autores da MD afirmam que esse sucesso ocorreu em virtude do ambiente macroeconômico em que foi caracterizado por um cenário em que a taxa de juros e o câmbio atuavam de modo a criar condições favoráveis para o desenvolvimento industrial durante a década de 1980²⁸. Com isso, a MD não confunde política industrial com política cambial. Sobre esse ponto os autores destacam:

²⁸ Para maior detalhamento, ver, por exemplo, Asmden (1989); Johnson (1982) e Wade (1990).

Developmental macroeconomics does not confound industrial policy with exchange rate policy, as structuralist economists did when they neutralized the Dutch disease with the use of high import taxes and export subsidies and interpreted that policy as ‘industrial policy’. (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p.9)

Pode-se concluir, desse modo, que para a MD, a política central deve ser a cambial em conjunto com a monetária e fiscal na busca pelo desenvolvimento econômico. Após a apresentação das características comuns e divergentes, compartilhada pelas Escolas que inspiram a MD, a próxima seção analisa o papel da taxa de câmbio – variável estratégica – dentro dessa argumentação.

4.2.2. O papel da taxa de câmbio para a macroeconomia do desenvolvimento

De acordo com Rapetti (2016), a ideia de que uma taxa de câmbio estável e competitiva se mostra favorável ao desenvolvimento econômico, que ostenta atualmente um *status* respeitável nos círculos políticos e acadêmicos. Sobre esse ponto, pode-se dizer que a partir do Consenso de Washington, a taxa de câmbio que atuava como instrumento protecionista no âmbito das políticas econômicas, passou a atuar com objetivo de estimular a competitividade dos produtores industriais internos (MATTEI; SCARAMUZZI, 2016). Nesse escopo, encontra-se o argumento central da MD e do novo desenvolvimentismo. Embora tenha sido apresentada uma breve discussão sobre o tema no capítulo anterior, retoma-se o debate nesta seção com maior profundidade com o intuito de enfatizar a relevância desse preço macroeconômico na construção da MD.

Antes de aprofundar a análise sobre a taxa de câmbio na MD, é importante realçar que essa vertente parte do pressuposto de que os países já completaram seu processo de industrialização. Além disso, assume a determinação do crescimento de longo prazo através da demanda agregada. A partir disto, deve-se ressaltar que para alcançar um estágio desenvolvido se faz necessária uma participação efetiva das exportações²⁹ (OREIRO, 2016).

A taxa de câmbio exerce um papel essencial no processo de crescimento econômico ao estimular o setor de produtos não tradicionais, sobretudo relacionados à exportação de manufaturas. Assim, resultando em estímulos para o setor de bens comercializáveis, independente do setor de *commodities* básicas, beneficiando o desenvolvimento tecnológico. Além disso, pode proporcionar o aumento da

²⁹ A discussão a respeito do papel das exportações tanto quanto sua restrição para o crescimento foi apresentada no capítulo 1 por Kaldor e Thirlwall.

produtividade e da dinâmica no setor de bens exportáveis não tradicionais, estimulando a produção industrial para mercados internacionais (ARAÚJO, 2010). A partir disto, as empresas podem acessar aos mercados internacionais através da exportação, determinando o grau de inserção no comércio exterior. Neste contexto, os autores destacam a importância da taxa de câmbio da seguinte forma:

Therefore, the exchange rate is a variable of the utmost importance in the process whereby investment adjusts to the increase in autonomous demand; it is the most strategic macroeconomic price for economic development (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 40).

Por outro lado, Nassif, Feijó e Araújo (2017) destacam que apesar da relevância da taxa de câmbio por parte da MD a literatura teórica internacional sobre desenvolvimento não atribui importância sobre esta variável para o progresso econômico³⁰. A MD e a macroeconomia keynesiana (MK) corroboram a influência da taxa de câmbio, ao passo que para o segundo grupo, os desalinhamentos dessa variável são problemas relativamente temporários. Desse modo, reconhecem que em decorrência da intensidade e duração do desalinhamento, podem refletir em crises cambiais. (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Dos cinco preços macroeconômicos abordados pela MD, a taxa de câmbio apresenta caráter estratégico. Uma vez que alguns componentes importantes para o desenvolvimento são dependentes da taxa de câmbio. Assim sendo, os autores enfatizam este aspecto: *“Therefore, the exchange rate is a variable of the utmost importance in the process whereby investment adjusts to the increase in autonomous demand; it is the most strategic macroeconomic price for economic development”* (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 40). A MD apresenta uma teoria alternativa em relação à taxa de câmbio e avança ao apresentar uma tipologia para esse preço macroeconômico. Para este fim, diferencia esse valor do seu preço de mercado. Além disso, limita-se a utilizar a expressão de equilíbrio ao conceito dessa taxa em função de valor. Ao empregar tal critério, estabelece uma contribuição significativa da MD no que diz respeito à metodologia utilizada no debate sobre a definição para a taxa de câmbio de equilíbrio. A estratégia aplicada é explicitada a seguir:

Instead of defining the equilibrium exchange rate in terms of the comparative prices of a basket of goods and services, we define it in terms of value; as all

³⁰ Como observa Gala (2008), embora a literatura econométrica sobre o tema seja relativamente abundante, as análises teóricas sobre os canais pelos quais o nível da taxa de câmbio real pode afetar o desenvolvimento econômico são escassas.

goods and services, the foreign money also has a value and a price. Instead of mixing the concepts of real exchange rate with PPP, we distinguish the real Exchange rate (which is the price-level adjusted nominal exchange rate) from the equilibrium exchange rate, which we define in value terms. To know if a currency is misaligned throughout time or not we don't use as reference PPP index price-level adjusted. Instead we use an index having as basis the originally defined value of the exchange rate for a given year; the following numbers of the index are not just price-level adjusted, but additionally defined according to the evolution of the unit labour cost in one country compared to another or to a basket of countries. (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 44).

A partir disso, a taxa de câmbio do mercado deve variar em torno do valor da moeda estrangeira, ao qual foi definido como a taxa de câmbio responsável por cobrir os custos de produção e com isso permitindo tal empresa exportadora a obter uma taxa de lucro satisfatória. No que se refere ao equilíbrio de longo prazo, este é obtido através da taxa de câmbio corresponde ao seu valor. Os autores nomeiam este nível como a taxa de câmbio de “equilíbrio corrente”. Sobre esse ponto enfatizam: “*the exchange rate that remunerates adequately competent business enterprises producing tradable goods and services and balances intertemporally the current account of the country*” (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 43).

A partir do argumento utilizado acima, a ocorrência deste nível do câmbio ocorreria em países em que não ocorre sobrevalorização cambial. A MD ressalta a dificuldade que acontece nesse cenário, sobretudo se for utilizado o conceito ampliado de doença holandesa³¹. Desse modo, tal patamar pode ser representado como a responsável por equilibrar de modo intertemporal a taxa de câmbio (BRESSER-PEREIRA, 2012; 2020a). No curto prazo, o preço da taxa de câmbio de mercado flutua em torno do valor determinado pela oferta e demanda de moeda estrangeira. Essas envolvem as receitas e despesas que se originam não apenas nas exportações e importações, como também nos fluxos de capital. Assim, se a estratégia do país engloba a ocorrência de déficits em conta correntes permanentes - devido à escolha de crescimento, através de poupança externa e a execução de mecanismos de financiamento em níveis equivalentes ao PIB ou das exportações - a razão entre a dívida externa e o PIB será constante. Em virtude disso, resulta-se a “taxa de câmbio de equilíbrio da dívida externa” (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 46).

Pode-se observar, assim, que o nível de competitividade do país e a motivação das empresas para realizar investimentos decorrem da taxa de câmbio e do índice comparativo

³¹ Tal conceito será detalhado na seção a seguir.

dos custos unitários do trabalho. Partindo do pressuposto da concorrência, devemos flutuar em torno desse índice porque este tende a determinar o valor cambial. Desse modo, Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p.46) ressaltam a importância deste patamar para a determinação cambial:

[...] the comparative index of unit labour cost, which corresponds to the value of the exchange rate and tells us about which value should floating the exchange rate market. If this ratio grows, the value of foreign currency and the exchange rate market will depreciate correspondent.

Entretanto, correlação entre o valor e o preço se mostra ambígua nos países em desenvolvimento uma vez que apresentam tendência cíclica e crônica à supervalorização da taxa de câmbio. Com isso, pode-se dizer que a determinação do preço da taxa de câmbio ocorre a cada momento pela oferta e demanda nesses mercados, incluindo os fluxos de capital. Dado o alto grau de liquidez nos mercados financeiros, a disposição dos agentes financeiros dos países ricos para emprestar aumentou consideravelmente por um período significativo. Proveniente deste cenário, observa-se uma elevação dos empréstimos externos e, com isso, uma intensificação da vulnerabilidade à formação de bolhas ³².

De acordo com a MD, esses dois fatores fazem com que a sobrevalorização da taxa de câmbio aconteça por um longo período tornando-a cronicamente sobrevalorizada. Em um contexto, sem a presença da bolha, a sobrevalorização da moeda teria possibilidade de ser passageira e até de não ocorrer (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Ao adotar uma estratégia nacional de desenvolvimento com intuito de obter crescimento com estabilidade, os países em desenvolvimento administram sua taxa de câmbio com objetivo de evitar déficits crônicos em conta corrente. Esse fato se dá devido ao risco desse processo, pois o endividamento externo ocorre em moeda estrangeira. Entretanto, a administração de déficits em conta corrente é recorrente a estes países, na medida em que devem se beneficiar das finanças daqueles ricos. A partir disso, origina-se o conceito de “taxa de câmbio de equilíbrio da dívida externa” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p.189).

Avançando na discussão sobre a taxa de câmbio, a MD traz o conceito de “taxa de câmbio de equilíbrio industrial”. Segundo seus autores, esta reflete o valor que os

³² Essas podem ser definidas como período em que os fundamentos desviam fortemente da trajetória do câmbio. Para maior detalhamento, ver Oscar (2017).

países precisam para crescer rapidamente e se industrializar. Além disso, desempenha papel central na argumentação sobre taxa de câmbio na MD atuando, sobretudo, como a taxa competitiva no estímulo ao setor industrial.

A ocorrência de uma taxa de câmbio competitiva mostra-se como fator fundamental no que tange o desenvolvimento econômico ao estabelecer um parâmetro de atuação para as empresas tecnológicas que competem no cenário mundial. Sobre esse ponto, Bresser-Pereira (2012, p.10) destaca que esse índice atua como “a taxa de câmbio que dá ou nega acesso à demanda existente tanto internamente quanto no exterior”, de modo que, se mantida apreciada por um período demasiado, o cálculo realizado pelas empresas, para o longo prazo gera a expectativa de que a moeda doméstica continue apreciada. Como resultado da apreciação da moeda os empresários decidem pela não realização de investimentos (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Segundo o autor, pode-se dizer que a taxa de câmbio competitiva reflete a taxa de “equilíbrio industrial” ao corresponder à taxa fundamental para que as empresas que utilizam tecnologia consigam competir no cenário internacional, ou seja, para que se tornem internacionalmente competitivas. Ao passo que, ao estabelecer um nível da taxa de câmbio correspondente ao “equilíbrio industrial”, ocorre uma abertura da demanda externa para essas empresas (BRESSER-PEREIRA, 2012; 2016; 2020a).

Além disso, em um patamar de competitividade internacional, a administração da taxa de câmbio atua de modo a estimular o investimento e a inovação tecnológica, dois mecanismos dos quais exercem forte influência sobre o processo de desenvolvimento econômico. Contudo, são necessários outros fatores conjunturais favoráveis como uma “taxa real de juros significativamente inferior à taxa de retorno do capital, um déficit público (como proporção do PIB) ciclicamente ajustado, próximo de zero, e um crescimento dos salários reais, aproximadamente na mesma taxa que o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho” (OREIRO, 2016, p. 138).

Com isso, pode-se dizer que a busca pela taxa de câmbio competitiva não representa apenas o esforço pelo estágio cambial em que as empresas que operam na fronteira tecnológica se tornem competitivas a nível internacional. O objetivo a ser alcançado é a taxa de câmbio necessária para neutralizar a sobreapreciação cambial (BRESSER-PEREIRA, 2012; 2020a). Além disso, a taxa de câmbio de “equilíbrio industrial” atua de modo a viabilizar o processo de industrialização em direção a mercadorias de maior valor adicionado. Ou seja, dada à elasticidade preço das exportações e importações, a depreciação (sobreapreciação) cambial afeta a estrutura

produtiva do país ao aumentar (diminuir) a participação do valor adicionado dos bens comercializáveis, com exceção das *commodities* (MISSIO, 2012).

Assim, além de evitar a tendência cíclica a sobreapreciação, uma política cambial orientada para o equilíbrio industrial também atuaria para evitar o efeito da *hysteresis*, ocasionado pelo surgimento da doença holandesa. Uma taxa de câmbio depreciada deve estimular a heterogeneidade produtiva de um país no que tange à produção de mercadorias com maior conteúdo tecnológico. Desse modo, a adoção de uma política cambial em torno de seu nível de equilíbrio industrial atua sobre a pauta de exportações, incentivando os produtos tecnologicamente mais sofisticados. Evita assim a concentração em torno de *commodities* uma vez que torna os preços dos produtos industriais avançados internacionalmente mais competitivos. Portanto, ela atua como instrumento para alcançar o desenvolvimento econômico através da realização do processo de *catching up*, além de minimizar os impactos das oscilações da economia global, a qual fica sujeita uma economia dependente de *commodities* (MATTEI; SCARAMUZZI, 2016). Em suma, uma taxa de câmbio competitiva é fundamental para o desenvolvimento econômico porque coloca todo o mercado externo à disposição das empresas nacionais competentes, do ponto de vista administrativo e tecnológico.

Após apresentar a importância da taxa de câmbio para o desenvolvimento e a tipologia adotada pela MD, a seção seguinte aborda os mecanismos que, segundo a MD, resultam em uma sobrevalorização cambial cíclica e crônica. Sobretudo pelos desdobramentos da doença holandesa e pela adoção da estratégia de crescimento com poupança externa.

4.3. SOBREVALORIZAÇÃO CAMBIAL CÍCLICA E CRÔNICA: DOENÇA HOLANDESA E ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO COM POUPANÇA EXTERNA

A MD se apoia na tendência de sobrevalorização cambial cíclica e crônica, argumentando que esse fenômeno é proveniente da doença holandesa. Esta exerce influência sobre o nível da taxa de câmbio, modificando do equilíbrio industrial para o equilíbrio corrente. Além disso, a escolha de estratégia de crescimento com poupança externa que resulta em entradas excessivas de capital e do uso de âncoras para combater a inflação. Assim, ao elevar a taxa de juros com intuito de superar a “repressão financeira”, e o chamado populismo cambial resultam em maior apreciação da moeda nacional. Tal cenário tende a trazer déficits em conta corrente (BRESSER-PEREIRA, 2020 a).

O primeiro conjunto de causas torna a taxa de câmbio cronicamente apreciada. Já o segundo, leva o país a déficits em conta corrente elevados e a crises de balanço de pagamentos, tornando a taxa de câmbio ciclicamente apreciada. Essas políticas, para Bresser-Pereira, resultam do populismo cambial dos políticos e economistas no governo, e da alta preferência pelo consumo imediato existente na população, principalmente em suas elites (BRESSER-PEREIRA, 2020 a). Diante disso, as próximas seções trazem os elementos que resultam desta tendência.

4.3.1. O conceito de Doença Holandesa

Em vários ramos da ciência econômica pode-se identificar inúmeras trabalhos dedicados a estudar as vantagens e desvantagens relacionadas ao desenvolvimento econômico em regiões férteis ou com abundância de recursos naturais. Nesse contexto, emerge o conceito que ficou conhecido como doença holandesa ou “maldição dos recursos naturais” representada uma supervalorização permanente da taxa de câmbio. A adoção do termo ocorreu na revista *The Economist* em edição de 26 de novembro de 1977, em alusão à apreciação cambial ocorrida na Holanda a partir do *boom* das exportações de gás natural e nas preocupações quanto aos seus efeitos adversos sobre o setor manufatureiro daquele país (BLACK, 2017).

Os primeiros estudos sobre esta temática iniciaram na década de 1980 em conjunto com o primeiro modelo³³ da doença holandesa (CORDEN; NEARY, 1982; CORDEN, 1984). Contudo, o modelo que serve como base para a argumentação da MD, é o de Bresser-Pereira (2008). Em sua abordagem a ênfase é sobre a taxa de câmbio e a existência de duas outras de equilíbrio através de dois “preços necessários”. Ambos, correspondem ao valor da moeda estrangeira. Atuando como parâmetro para exportadores de *commodities* e para empresas produtoras de bens e serviços comercializáveis.

De acordo com Davis (1995), a doença holandesa corresponde a um cenário de coexistência de setores em crescimento e em retrocesso, acompanhado de uma elevação das rendas com exportação de recursos naturais, seja essa temporária ou permanente. Esse processo a valorização dos preços. Com intuito de resumir a contribuição da literatura sobre o tema, Sachs e Warner (2001) explicam-na como um choque de riqueza no setor de recursos naturais, refletindo em excesso de demanda no setor de não comercializáveis,

³³Em seu modelo, Corden e Neary (1982) assumiram uma economia com três setores, dois deles relacionados a bens comercializáveis (o setor de recursos naturais “em expansão” e o setor industrial “defasado”) e um terceiro setor composto por não comercializáveis. Para maior detalhamento, ver Black (2017).

e resultando em mudança nos preços relativos. Ao passo que uma taxa de câmbio apreciada reflete a mudança nos preços relativos, que favorece os bens não comercializáveis.

Em um estudo para a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), Priewe (2012, p. 1), conceitua doença holandesa como: “[...] *a situation in which the discovery of a country's new natural resources or a boom in the prices of such resources leads to a real appreciation of the country's currency, which in turn can hamper the growth of the manufacturing sector or other tradables*” (PRIEWE, 2012, p. 1).

Em concordância com a definição acima, a MD define doença holandesa pela existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui, levando-o a se especializar na produção destes bens e, por conseguinte, dificultando o processo de desenvolvimento econômico. A partir disso, pode-se dizer que a ocorrência da doença holandesa se apresenta em países que obtêm vantagens ricardianas na produção de *commodities*, através da apreciação da taxa de câmbio real em decorrência da entrada de divisas derivadas das exportações deste tipo de produto. Esse fato implica a sustentação de uma taxa de câmbio de equilíbrio corrente inferior (apreciada) à taxa de câmbio de equilíbrio industrial, que torna competitivas as exportações de bens manufaturados com maior intensidade tecnológica (BRESSER-PEREIRA, 2008).

A doença holandesa representa uma supervalorização permanente da taxa de câmbio em um país que possui recursos naturais abundantes. Sua ocorrência mostra-se fundamental na argumentação da MD em decorrência de alguns países em desenvolvimento terem se industrializado e crescerem rapidamente, enquanto outros não conseguem alcançar resultados significativos. Sua causa tem origem nas rendas ricardianas que se origina através exploração de recursos naturais em abundância e, ao mesmo tempo, com preços baixos para exportação de mercadorias. Tal exploração dos recursos naturais resulta em custos de produção menores do que o patamar de produção, executado pelos produtores marginais menos eficientes no mercado global (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

A sobrevalorização ocorre em virtude da exportação de *commodities* serem economicamente viáveis e/ou ter como base para exportação uma taxa de câmbio, acima do patamar exigido para tornar competitivas as empresas. Conforme apresentado no capítulo anterior, o novo desenvolvimentismo e conseqüentemente a MD defendem a utilização de um imposto sobre as exportações da mercadoria para neutralizar a doença holandesa. Contudo, destacam que ao não conseguir neutralizá-la, tende a atuar como um

obstáculo permanente à industrialização. A doença holandesa incide, principalmente, sobre os países em desenvolvimento ao manifestar-se tanto naqueles com recursos naturais abundantes quanto em nações caracterizadas por baixa remuneração à mão de obra (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

De acordo com a MD, a definição da doença holandesa pode ser realizada de forma simples. Por envolver uma sobrevalorização cambial crônica causada pela exploração de recursos naturais abundantes dos quais as *commodities* referentes podem ser exportadas em compatibilidade com uma taxa de câmbio superior do que a necessária para as empresas industriais competitivas no cenário internacional (MATTEI; SCARAMUZZI, 2016). Assim, os produtores de *commodities* têm custos de produção mais baixos e, podem ser competitivos, atingindo o nível necessário de lucratividade, com uma taxa de câmbio mais alta do que a exigida pelos produtores de bens e serviços não comercializáveis. Tendo isso em mente, Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p.61) realçam o que consideram os aspectos mais importantes da doença holandesa da seguinte forma:

In simple terms, the exchange rate is the price of foreign currency, it is the market exchange rate; it results from the supply of foreign currency generated by exports and capital inflows, and from the demand for foreign currency derived from exports, net profit remittances, and capital outflows. Usually, the exchange rate is in equilibrium when the country's current account is balanced. Capital inflows and outflows endanger its ability to balance the country's current account, but don't change the concept of an equilibrium exchange rate

Portanto, trata-se de um fenômeno estrutural que cria obstáculos à industrialização. A partir disto, a doença holandesa pode ser considerada uma falha de mercado ao inviabilizar a atuação de empresas eficientes e tecnologicamente sofisticadas e com isso dificulta a ocorrência de mudança estrutural. Além disso, distorce o preço fundamental para a MD - a taxa de câmbio - resultando em externalidades negativas para o setor industrial (BRESSER-PEREIRA, 2012). Ao mesmo tempo, implica em uma diferenciação entre a taxa de câmbio que equilibra de maneira intertemporal a conta corrente do balanço de pagamentos do país e a taxa de câmbio, que sustenta setores eficientes de bens e serviços comercializáveis, além daqueles que se beneficiam das rendas ricardianas (taxa de câmbio de equilíbrio industrial). As *commodities* dão origem à doença holandesa porque se beneficiam dessas rendas³⁴.

³⁴ Segundo a teoria clássica de David Ricardo, seu preço de mercado é definido no mercado internacional pelo produtor marginal menos eficiente admitido no mercado. A diferença entre o custo correspondente a

Além disso, enfatiza sua condição de falha de mercado ao mostrar-se consistente com o equilíbrio da conta corrente do país e, a partir disto, resultar numa sobrevalorização cambial sem refletir uma crise no balanço de pagamentos (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

A interpretação sobre doença holandesa que fundamenta a MD tem como premissa duas taxas de câmbio de equilíbrio. A corrente, referente às *commodities* e, a industrial, em decorrência de outros bens comercializáveis. Os dois equilíbrios são definidos em termos de valor, de modo que há um que cobre o custo mais o lucro razoável das empresas comerciais, que exportam *commodities*, e outro valor para os demais bens e serviços comercializáveis (BRESSER-PEREIRA, 2008; 2012).

O preço de mercado da taxa de câmbio tende a oscilar, em consonância com a oferta e a demanda por moeda estrangeira em torno do equilíbrio atual. Assim, além dessas duas taxas de equilíbrio existe o preço de mercado da moeda estrangeira, a taxa de câmbio de mercado. Essa, também, podendo se apresentar em termos nominais ou reais. A taxa de câmbio de mercado tende a convergir para equilíbrio corrente, contudo para a MD o foco deve estar sobre a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Sobre esse ponto, Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p.60) ressaltam:

[...] the industrial equilibrium exchange rate is the true equilibrium rate; it is the country's competitive exchange rate; it is the rate that the country should pursue in order to develop. Its difference from the current equilibrium rate reveals a serious market failure, because it goes against the basic principle of economic theory according to which, in a market economy, efficient business enterprises are necessarily competitive

Em um país livre da doença holandesa, a taxa de câmbio de equilíbrio corresponde ao equilíbrio dos preços relativos, enquanto na ocorrência da doença holandesa não é a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, mas sim a taxa de câmbio de equilíbrio industrial – resultante da neutralização da doença holandesa através da gestão cambial – que corresponde a esse equilíbrio. Portanto, quando um país se beneficia das rendas ricardianas, terá duas taxas de câmbio de equilíbrio: a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial (BRESSER-PEREIRA, 2020).

Assim, o valor da taxa de câmbio corresponde àquela das empresas que produzem bens comercializáveis para cobrir seus custos e obter uma margem de lucro razoável. A taxa de câmbio de mercado flutua em torno desse valor de acordo com a oferta e demanda

esse preço e o custo para um país de produzir a mercadoria a partir de seus recursos naturais é a renda ricardiana. Para maior detalhamento, ver Bresser-Pereira (2003).

de moeda estrangeira. Na ausência da doença holandesa, o preço necessário para a taxa de câmbio corresponde tanto à taxa de câmbio de equilíbrio corrente quanto à industrial. Para bens em geral, portanto, o preço necessário corrente e industrial é igual e, correspondem à taxa de câmbio de equilíbrio corrente (BRESSER-PEREIRA, 2013).

Entretanto, em um cenário de ocorrência da doença holandesa, há dois valores correspondentes aos dois equilíbrios: o preço corrente e o preço industrial necessário. O primeiro refere-se ao preço necessário e satisfatório para as empresas que produzem e exportam quaisquer commodities, que deram origem à doença holandesa. O segundo corresponde ao preço necessário e satisfatório para outras empresas comerciais eficientes que, utilizam tecnologia de ponta mundial para produzir bens comercializáveis. A partir disto, a taxa de câmbio de equilíbrio atual reflete o preço corrente necessário, índice do qual representa uma taxa de câmbio concebida em termos de valor, enquanto a taxa de câmbio de equilíbrio industrial corresponde ao preço industrial necessário (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Dessa forma pode-se dizer que a oferta e demanda por moeda, incluindo os fluxos de capitais, não exerce impacto no equilíbrio corrente, ao passo que o equilíbrio industrial não altera o valor da taxa de câmbio, mas afeta a taxa de câmbio do mercado. Contudo, a volatilidade da taxa de câmbio de mercado atua em consonância com os fluxos de capitais, assim quanto maior a diferença entre as taxas de câmbio de mercado e de equilíbrio, maior será ela.

A taxa de câmbio do mercado tende a flutuar em torno do equilíbrio corrente. Esse contexto faz com que as empresas industriais, que não se beneficiam das rendas ricardianas, tenham seu funcionamento inviabilizado mesmo que utilizem tecnologia de ponta. Esse fato ocorre devido à relação entre os preços industrial e corrente, pois, o preço necessário industrial mostra-se mais elevado e depreciado em relação ao preço corrente. É importante ressaltar a possibilidade de igualdade entre esses preços desde que não haja doença holandesa. A MD apresenta alguns fatores necessários para essa ocorrência. Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 62) ressaltam os seguintes:

The two necessary prices or values (the current price and the industrial price) in each country depend (a) on the average productivity of the business enterprises that produce, respectively, commodities and other tradable goods and (b) on the average wages that they pay compared with the other countries' productivity and wages; in other words, they depend on the unit labour cost (the wage divided by productivity) compared with the unit labour costs of the country's main trading partners.

A diferença entre os preços deve apresentar magnitude necessária para a ocorrência da doença holandesa de modo que se apresente grande o suficiente para atuar inibindo a industrialização, e/ou induzir uma regressão da estrutura produtiva para bens primários. Caso contrário, a doença holandesa estaria presente sempre que houvesse vantagem comparativa e, portanto, sempre que houvesse comércio.

Outro ponto destacado pela MD diz respeito à gravidade da doença holandesa. Esse aspecto tende a aumentar em consonância com a diferença entre as taxas de câmbio de equilíbrio – industrial e corrente. A gravidade da doença holandesa depende, essencialmente, das rendas ricardianas, pois, quanto maiores mais grave será a doença. Contudo, as rendas ricardianas não se mostram constantes, de modo que refletem variações do preço internacional da *commodity*. Para uma determinada *commodity*, diferencia-se de país para país, dependendo do custo de exploração do recurso natural. Em virtude disso, a doença holandesa afeta os países em diferentes graus ou intensidades, dependendo destas duas variáveis: o preço internacional (quanto maior, mais grave é a doença holandesa) e os custos de produção (quanto menores são para empresas comerciais competentes, menos grave é a doença holandesa) (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Por se tratar de um conceito central, a MD acaba avançando no debate sobre doença holandesa e com isso apresenta um conceito estendido deste fenômeno. Desse modo, procuram outras fontes que expliquem a ocorrência da doença.

4.3.2. O Conceito Estendido de Doença Holandesa

A doença holandesa não atinge, exclusivamente, países que exploram recursos naturais abundantes. Outra fonte da doença holandesa, que está se tornando significativa desde os anos 2000, são as remessas feitas por imigrantes. Além disso, a ajuda externa também gera doença holandesa em países mais pobres (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Desse modo, Bresser-Pereira (2013) apresenta um conceito estendido de doença holandesa, que considera a abundância de mão de obra, fator do qual pode resultar a ocorrência da doença, como falha de mercado. O autor ressalta o papel desempenhado pelo emprego dos setores que demandam mão de obra com pouca especialização para aqueles setores que demandam por mão de obra com maior valor agregado. Sobre esse ponto, ele realça: “*But a significant source of Dutch disease is the combination of cheap labor with a large spread between salaries and wages, what makes it an even more*

general and more serious market failure” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 380). Esse conceito estendido aplica-se em países asiáticos de rápido crescimento.

De acordo com a MD, esses países obtiveram êxito porque administram suas taxas de câmbio e neutralizam a doença holandesa, definida em consonância com o conceito ampliado e, ao mesmo tempo, alcançam superávits em conta corrente. Ao desenvolver esse argumento, a MD tenta explicar os motivos pelo qual a mão de obra barata, em conjunto com um grande diferencial entre salários, resulta na ocorrência da doença. De modo que a existência de mão de obra barata possui um efeito similar à abundância de recursos naturais frente ao setor industrial. Esse cenário tende a ser maior em países em desenvolvimento, onde a diferença entre os níveis de salários, conforme o grau de especialização do trabalho, é mais representativo, se compará-los com países desenvolvidos, dos quais a estrutura salarial tende a ser mais igualitária (BRESSER-PEREIRA, 2013).

Dentre esses motivos, destaca-se o papel da indústria, de modo que, dentro do setor industrial, existem indústrias com diferentes valores agregados per capita e, com isso empregam diferentes níveis de mão de obra, desde qualificada a não qualificada e, com salário baixo. A indústria que utiliza intensivamente mão de obra possui um custo relativamente menor do que aquelas com maior intensidade tecnológica, o que diante de um câmbio sobrevalorizado, torna-se mais competitivo diante delas. Assim, nesse conceito estendido, o papel desempenhado pelas indústrias de baixo valor agregado per capita corresponde às empresas produtoras de *commodities*, do caso clássico da doença (BRESSER-PEREIRA, 2007; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

No intuito de reafirmar o papel da indústria, o autor realça que, no caso estendido, os bens confeccionados através de mão de obra barata refletem em produtos com baixa intensidade tecnologia (BRESSER-PEREIRA, 2013). Com isso, exerce influência sobre a taxa de câmbio de equilíbrio, sobretudo devido à possibilidade dessa taxa flutuante em um país com mão de obra barata e com uma discrepância salarial maior do que em países ricos:

When the exchange rate is allowed to float freely in a country with cheap labour and a much greater salary–wage differential than exists in rich countries, the equilibrium exchange rate will be determined by the manufacturing sectors that have lower value added per capita and so use less skilled labour and fewer engineers, whereas the high value added per capita industries that use more complex technology and for that reason pay relatively higher wages will not be competitive. (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 64)

Desse modo, partindo do pressuposto que o desenvolvimento econômico tem entre outras condições a transferência de mão de obra para indústrias cada vez mais sofisticadas, proporcionam salários e remunerações maiores, resultando em maior valor agregado per capita. Contudo, se a diferença salarial entre as profissões fosse baixa resultaria em uma tendência a produção de qualquer tipo de bem sem dificuldade e com mão-de-obra barata, com exceção para áreas técnicas e administrativas. Entretanto, de acordo com a MD a discrepância salarial nos países de renda média é elevada³⁵, resultando na ocorrência da doença holandesa em um sentido amplo. Cenário do qual, se não for neutralizado, tende a inviabilizar a atuação dos setores industriais com maior conteúdo tecnológico. Setores que produzem bens de baixo valor agregado e contratam apenas mão de obra não qualificada exigem uma taxa de câmbio menor para serem competitivos do que setores produtores de bens de alto valor agregado, que envolve tecnologia sofisticada para serem competitivos. Destarte, nesse contexto, a origem da doença holandesa não tem como causa as rendas ricardianas e sim o diferencial de salários maior do que nos países ricos (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

A partir disto, a MD destaca que o conceito ampliado não é o único motivo para os resultados obtidos pelos países asiáticos. Contudo, atuou de maneira fundamental para alcançar o rápido crescimento administrando suas taxas de câmbio de forma sólida, com intuito de neutralizar sua valorização e com isso conseguindo auferir superávits em conta corrente. A seguir, a próxima seção expõe a outra causa de sobrevalorização cambial para a MD, a estratégia de crescimento com poupança externa.

4.3.3. Estratégia de Crescimento com Poupança Externa

A estratégia de crescimento com poupança externa reflete uma escolha política dos governos de países que aceitam e promovem as recomendações dos países desenvolvidos, estabelecido pelo Segundo Consenso de Washington³⁶. A adoção do modelo de crescimento, com poupança externa, se dá através da liberalização da conta de capitais, do balanço de pagamento e do aumento do diferencial, entre a taxa de juros doméstica e a taxa de juros internacional, com intuito de atrair fluxos de capitais externos.

³⁵ De acordo com a MD a discrepância salarial apresentada nos países de renda média entre as profissões que demandam maior valor agregado é de até 12 vezes frente as não qualificadas.

³⁶ Este representava uma tentativa de seguir o plano econômico liberal. Segundo Bresser-Pereira e Nakano (2003, p. 8) este foi patrocinado pelas organizações internacionais e pelos EUA e fez parte das condicionalidades dos empréstimos do FMI, basicamente na liberalização da conta de capitais para possibilitar o crescimento com poupança externa. Para maior detalhamento, ver Bresser-Pereira e Nakano (2003).

Esse cenário tem se apresentado como um padrão de condução da política macroeconômica nos países emergentes, principalmente na América Latina, a partir da década de 1990 (GABRIEL; RIBEIRO; OREIRO, 2020).

Essa estratégia retorna nos anos 1990, após o Plano Brady³⁷ atuar frente à crise anterior e, com isso, propagá-la como um instrumento para uma elevação, através da política de crescimento, com poupança externa e abertura da conta capital. Ao assumir essa estratégia se aceita dois pressupostos: *i*) transferência de capital de países desenvolvidos para os pobres e, *ii*) o recebimento da poupança externa seria alocado em investimentos produtivos. Desse modo, tal plano intencionava-se em repassar a ideia de que os países ricos tinham como objetivo ajudar os países de renda média a superarem essa restrição através de investimentos diretos e, da concessão de financiamentos, além de atuar na promoção do desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2007; SERASINCKIS, 2015). Contudo, ao aceitar esse modelo, os países em desenvolvimento deveriam necessariamente conviver com déficits em contas correntes, pois só assim estariam aproveitando a poupança externa. Bresser-Pereira (2020a, p. 10) destaca os desdobramentos por trás dessa estratégia:

[...] a política de crescimento com poupança externa proposta pelos países ricos aos países em desenvolvimento e aceita por estes afirma que: (i) os países em desenvolvimento devem incorrer em déficit em conta corrente e financiá-los com entradas de capitais “para aumentar a poupança total” e (ii) que podem e devem aumentar juros para atrair capitais, apreciar a taxa de câmbio e, assim, atingir uma meta de inflação.

Dessa forma, observa-se que as duas estratégias resultam em atração de capitais externos, de modo que a primeira reflete o incentivo à busca de financiamento externo e a ocorrência de déficit em conta corrente, com intuito de aumentar a taxa de poupança do país e, ao mesmo tempo a taxa de investimento sobre o PIB. Enquanto a segunda, representa uma distorção do regime de metas de inflação.

Entretanto, as entradas de capitais não refletem em aumento da poupança total e do investimento, mas sim do consumo e, ao mesmo tempo, da diminuição da poupança interna. Esse cenário representa uma elevada taxa de substituição da poupança interna pela externa. Os déficits em conta corrente, almejados pela política econômica, exigem entradas de capitais para financiá-los, fator que resulta em apreciação da moeda local.

³⁷ O Plano Brady foi responsável por equacionar mesmo que de forma tardia e incompleta a crise da dívida externa. Para maior detalhamento, ver Bresser-Pereira (1989).

Esse processo tem como consequência o aumento artificial dos salários e do consumo, ao passo que diminui a poupança interna e, a poupança externa limita-se a substituir a interna (BRESSER-PEREIRA, 2020a).

Assim, quando um país tem a política de crescimento financiado com poupança externa, ocorrem em algumas implicações, com destaque para a sobrevalorização da moeda nacional, ocasionada pela entrada de moeda estrangeira para financiar o déficit em conta corrente. Uma vez que a taxa de equilíbrio em relação à conta corrente tende a apresentar um nível mais elevado, comparado os cenários em que o saldo é nulo e com maior valorização em situações de superávit. Outra implicação que ocorre de maneira indireta diz respeito à administração da taxa de câmbio independente do regime cambial. Desse modo, a adoção da estratégia de crescimento com poupança externa tem como característica a sobrevalorização da taxa de câmbio (VERGNHANINI; BIANCARELLI, 2021). Bresser-Pereira (2020a) enfatiza que essa taxa atua como a variável endógena dessa política.

Os expoentes da MD realçam que não se faz necessário tecer críticas ao uso demasiado da poupança externa, em virtude de seus desdobramentos: endividamento externo excessivo e a crise de balanço de pagamentos. Todavia, esse processo resulta em fragilização financeira das economias em desenvolvimento, que recorrem cronicamente aos déficits em conta corrente. Assim, tal política mostra-se prejudicial ao país mesmo quando os déficits em conta corrente não provocam crise de balanço de pagamentos, nem fragilização financeira, porque uma parte substancial do financiamento externo via empréstimo ou investimento direto tende a se transformar em consumo (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2007). Entretanto, enfatizam a possibilidade de que essa estratégia resulte em crescimento. Bresser-Pereira e Nakano (2003, p. 5) elucidam este ponto da seguinte forma: “O crescimento com poupança pode sim existir, mas de forma excepcional e por tempo limitado, não é a regra do desenvolvimento econômico para países emergentes ou de renda média”.

Outro pressuposto importante é que, em contraste com a ideia de que poupança gera crescimento e conseqüentemente ampliação dos investimentos, não é necessária a geração *ex-ante* de poupança. Bresser e Nakano (2003) ressaltam ser necessário proporcionar aos empresários um ambiente econômico estável e seguro para que possam investir expandir a capacidade industrial e gerar a poupança necessária.

Para essa estratégia funcionar, é importante a manutenção de juros elevados, uma vez que atua de forma crucial na atração de capitais que financiem o déficit em conta

corrente. Além da possibilidade de desempenhar um diferencial na competição com outros países, na busca pelos capitais dos credores, fazendo parte da construção do processo de confiança e, que pode ser justificado teoricamente de diversas formas: combate à inflação, risco país e fruto da liberalização, que acabou com a “repressão financeira” (GABRIEL, OREIRO, RIBEIRO, 2020).

Com a valorização da moeda nacional, causada pela adoção de poupança externa há a redução do preço dos produtos importados e, aqueles que têm insumos importados como parte do seu custo, que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores, geram o aumento relativo do poder de compra dos salários reais e a ampliação do consumo. O aumento dos salários reais impacta negativamente nos lucros (estrangulamento dos lucros). Partindo do pressuposto de que a propensão a poupar dos empresários é maior do que a dos trabalhadores, o seu efeito sobre a redução da poupança é maior que efeito que o aumento do consumo dos trabalhadores. Pelo lado da demanda há a redução do lucro pelos efeitos negativos do câmbio em relação ao acesso ao mercado interno e externo, portanto, redução dos investimentos (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016).

Portanto, esse processo desfaz os dois pressupostos da estratégia de crescimento com poupança externa. Primeiro, a entrada da poupança externa não significa complementação entre as internas e externas, mas redução dela via aumento do consumo dos trabalhadores e redução do lucro dos empresários. Segundo, provoca a redução do investimento, portanto, impactos negativos ao crescimento econômico. Na verdade, a estratégia de crescer com poupança externa não traz o financiamento do investimento e o respectivo crescimento econômico, mas a ampliação do consumo causado pela apreciação da moeda nacional (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016).

Portanto, geralmente a poupança externa não se soma à interna, mas em grande parte a substitui. Isso não significa que todo investimento de empresas multinacionais seja prejudicial ao país. Corroborando com esse argumento Serasinckis (2015, p. 145) destaca que:

A taxa de substituição da poupança interna pela externa demonstra que a estratégia de crescimento com poupança externa, ao trazer apreciação da moeda nacional, causada pela entrada maciça de recursos externos, traz o aumento da substituição da poupança interna pela externa, cujo grau dependerá de uma série de fatores, sobretudo das oportunidades de investimento da economia.

Desse modo, caso o país apresente *superavit* em conta corrente, refletindo em poupança externa negativa e as entradas de capitais que o acompanham, não conseguem financiar o déficit em conta corrente e apreciar o câmbio, não existem questões a serem rejeitadas (BRESSER-PEREIRA, 2020a). O receituário do segundo consenso de Washington resultou em fluxos fundamentais para concretizar a estratégia de crescimento com poupança externa, já que financiariam os déficits em conta corrente. Porém, no lugar de trazer crescimento, além da sobrevalorização que a entrada desses recursos traz, ainda há outra consequência trágica, o endividamento externo (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016).

A MD mostra que países de renda média, que tenham algum grau de doença holandesa e aceitem a estratégia de crescimento com poupança externa, sofrem de uma apreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio. Este cenário faz com que o problema do endividamento externo se agrave e se retroalimente, pois há um grande incentivo para as importações. Como resultado, intensifica ainda mais o déficit em conta corrente, ampliando a necessidade de financiamento externo devido ao aumento da dívida.

Se a doença holandesa valoriza a taxa de câmbio do patamar do equilíbrio industrial para o de transações correntes, a estratégia de crescimento com poupança externa valoriza ainda mais, levando o patamar para baixo do nível de equilíbrio de transações correntes, o que se torna ainda mais grave, conforme a lógica perversa do endividamento. É essa combinação que é responsável pela sobreapreciação crônica e cíclica da taxa de câmbio, nos países de renda média, fatores que segundo a MD pode resultar em crise (VERGNHANINI; BIANCARELLI, 2021).

Sobre as crises financeiras a MD parte de concepções pós-keynesianas seguindo a tradição de Hyman Minsky. Assim, as tribulações econômicas estão sempre associadas às crises financeiras, atuando de forma endógena ao capitalismo. Dessa forma, a MD corrobora e adapta o aspecto sobre a fragilidade financeira de Minsky, mas, no lugar de ser aplicado aos bancos dos países desenvolvidos, há uma transição desses conceitos para a análise da dívida externa dos países em desenvolvimento, que assumem dívida em moedas estrangeiras, sobre a qual o país não tem o controle de emissão e desvalorização. Enquanto as crises bancárias são típicas dos países desenvolvidos, podendo também ocorrer nos países em desenvolvimento, as crises de balanço de pagamento ou cambiais ocorrem apenas em países subdesenvolvidos por não possuir moedas fortes (BRESSER-PEREIRA, OREIRO; MARCONI, 2016). O quadro abaixo apresenta e compara a adaptação da teoria de Minsky trazida pela MD.

Quadro 2 – Posições de Fragilidade Financeira Minskyana

	Original	Adaptação da Teoria Novo Desenvolvimentista
Posição <i>hegde</i>	Lucros do investimento financiado dão plena liquidez e solvência para pagar juros e amortização.	Ativos externos são maiores do que os passivos externos.
Posição especulativa	Restrição de liquidez: faltam condições para pagar os encargos financeiros da dívida no vencimento, havendo necessidade de rolagem.	Restrição de liquidez (conjuntural): o país não tem capacidade de pagar as obrigações da dívida de curto prazo. O déficit em conta corrente causa o descasamento entre demanda por divisas dos bancos locais e as reservas do Banco Central.
Posição Ponzi	Insolvência: não há condições sequer para financiar o pagamento dos juros da dívida.	Insolvência (estrutural): falta de capacidade para pagamento das dívidas, que é o saldo comercial.

Fonte: Adaptado de Serasinckis (2015).

Com a deflagração da crise, em decorrência do efeito coletivo, inicia a fuga de capitais. Do mesmo modo, para os agentes que exercem o pagamento de dívidas ocorrem antecipação e pagamento daquelas que sofrem pressão dos credores, por terem perdido a confiança. Esse cenário resulta em pressão com intuito de desvalorização da moeda nacional, tendo como decorrência a crise causada pelo endividamento inerente à estratégia de crescimento com poupança externa. Portanto, o ciclo de sobreapreciação, endividamento, vulnerabilidade externa, crise e desvalorização reflete a configuração da gestão administrativa da taxa de câmbio para países que seguem essa estratégia. Assim, pode-se dizer que tal estratégia não se determina pelo mercado e sim pelas crises cíclicas (BRESSER-PEREIRA, 2014; SERASINCKIS, 2015).

Desse modo, o crescimento com poupança externa significa que o país opta por ter seu crescimento financiado por poupança externa (empréstimo ou investimentos em portfólio ou investimento direto), ou seja, déficit em conta corrente, situação favorável aos países desenvolvidos para obtenção de rendas provenientes dos juros do empréstimo e ocupar o mercado interno. Essa opção política é a causa do caráter cíclico da sobreapreciação (GABRIEL, OREIRO, RIBEIRO, 2020).

Para viabilizar o financiamento externo faz-se necessária adoção de maiores taxas de juros com intuito de atrair o capital estrangeiro, contudo, partindo da experiência histórica, esse instrumento reflete um desincentivo ao investimento. Os países que optaram por essa estratégia têm como contrapartida a adoção de uma política macroeconômica submissa às exigências dos países emprestadores, fato que resulta em perda de autonomia da política macroeconômica (SERASINCKIS, 2015).

A estratégia de crescimento, com poupança externa, reflete em alguns desdobramentos, tal como um estoque de passivos externos a serem remunerados, além disso, ao não trazer um aumento esperado da capacidade produtiva interna, sobretudo para o setor, ocorre uma redução progressiva sobre a capacidade de gerar saldos exportáveis. Nesse escopo, diminui também a possibilidade de cumprir com os pagamentos futuros, refletindo em uma perda de credibilidade. A tendência é uma progressiva fragilização das contas externas, ao limite de suspensão dos financiamentos externos (inclusive a rolagem da dívida). Esse cenário resulta em uma crise sobre o balanço de pagamentos, somado a uma brusca desvalorização cambial e moratória da dívida (GABRIEL, OREIRO, RIBEIRO, 2020; SERASINCKIS, 2015).

Esse quadro de sobreapreciação da taxa de câmbio bloqueia o desenvolvimento econômico trazendo efeitos capazes de desestruturar a industrialização conquistada. Tal processo se dá através da desindustrialização, reprimarização da economia, destruição dos encadeamentos produtivos para frente e para trás e outras qualidades provenientes do setor industrial.

Apesar da argumentação contrária a esse tipo de estratégia, a rejeição ao financiamento externo não significa que um sistema financeiro nacional, bem desenvolvido, deixe de ser considerado fundamental para o desenvolvimento. O papel desse sistema é financiar o investimento e, assim, viabilizar o aumento da poupança. Mas o financiamento é interno, concedido pelo sistema financeiro nacional, que faz empréstimos em moeda do país às empresas que estão investindo e, dessa forma, não aprecia a taxa de câmbio como acontece quando o empréstimo externo é feito em divisa

forte (BRESSER-PEREIRA, 2020a). Assim, quando a taxa de câmbio se torna competitiva (no equilíbrio industrial), essas oportunidades passam a existir e, em havendo crédito os empresários inovadores os obtêm, investem, refletindo em elevação da taxa de poupança.

O câmbio no patamar correto significa estímulo, sobretudo, às exportações de manufaturados. Entende-se que esse lampejo seria capaz de dinamizar os investimentos e ao mesmo tempo tornar o processo de concorrência menos desigual e com isso, dinamizando os investimentos domésticos. Partindo do pressuposto, que investimento que gera poupança *ex-post*, a ampliação do investimento impactaria diretamente sobre a poupança nacional. Além disso, ao supor a neutralização da Doença Holandesa e os *superávits* provenientes da desvalorização cambial, tendem a reverter o cenário, fazendo com que a necessidade de financiamento externo da conta corrente seja transformada, resultando em novo patamar de envio recursos nacionais para o exterior (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016).

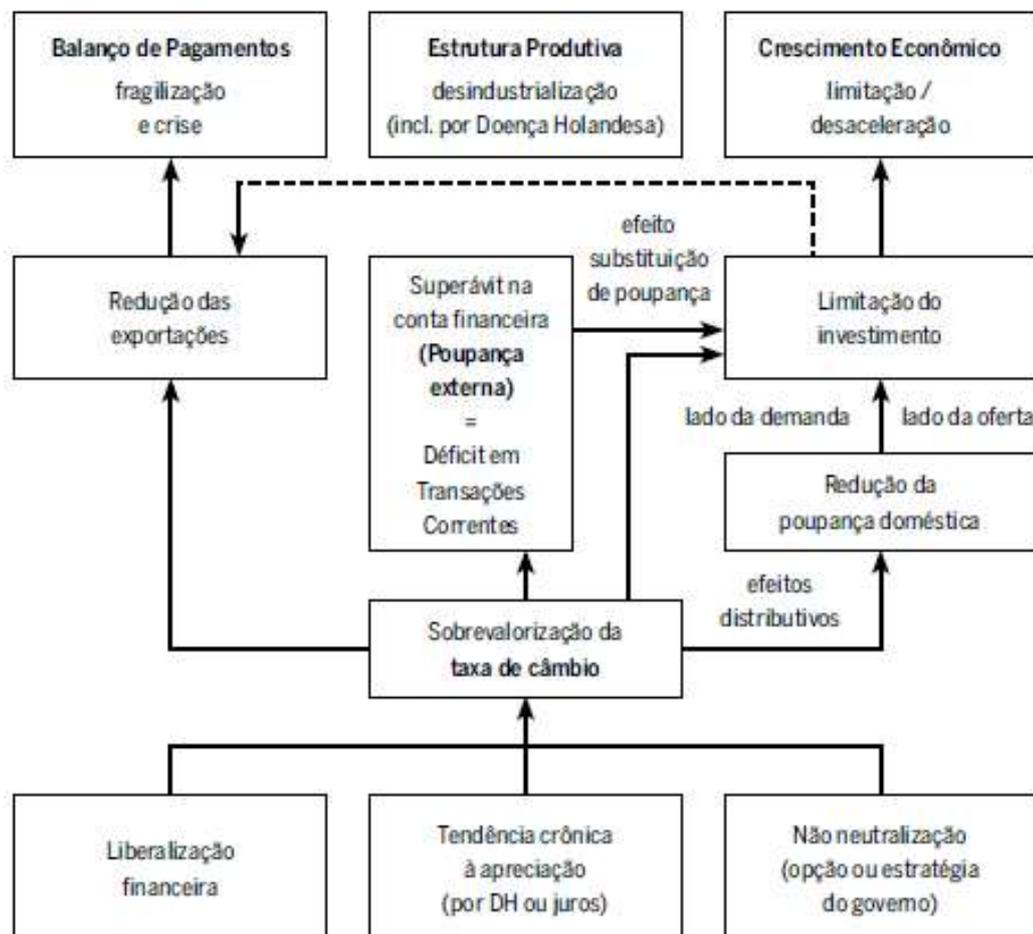
Conforme exposto nessa seção, a MD rejeita o financiamento externo do crescimento e os déficits em conta corrente. Há, portanto, duas possibilidades para incentivar o capital doméstico: *i*) o papel do investimento e financiamento estatal e *ii*) financiamento do investimento privado através do sistema financeiro. No primeiro ponto, o papel estatal deve ser ativo e forte. Serasinckis (2015, p. 155) destaca:

O investimento e financiamento do Estado precisa ser forte para não serem capturados pelos rentistas e conseguir exercer sua soberania frente ao desenvolvimento, portanto, com equilíbrio de suas contas, conseguindo gerar, superávit fiscal e em tempos de crise, como já ensinava Keynes, pelo seu papel contracíclico fundamental, incorrer em déficits para reativar as expectativas empresariais e reanimar a demanda agregada.

No campo privado, a atuação dos bancos nacionais deve romper com a o papel de financiadores da dívida pública a juros elevados. Ressaltando que o caráter doméstico de seu investimento e, portanto, concedido em moeda nacional para as empresas que pretendem investir. Nesse aspecto, do financiamento interno do investimento, a MD visa estabelecer uma condição macroeconômica, que ao mesmo tempo traga o equilíbrio macroeconômico, impactando na formação de expectativas dos empresários e, que propicie condições de viabilizar o investimento. Esse cenário necessita de equilíbrio das contas externas e fiscais e, ao mesmo tempo, níveis razoáveis de juros compatíveis com a média mundial, assim como um câmbio em patamar que seja favorável à indústria nacional (SERASINCKIS, 2015).

Assim, enquanto a doença holandesa causa a cronicidade da sobreapreciação da taxa de câmbio, distanciando a taxa de equilíbrio industrial, o recurso à poupança externa intensifica essa sobreapreciação, tornando-a cíclica, seguindo de uma crise cambial ou de balanço de pagamentos.

Em suma, as principais conclusões do capítulo discorrem sobre a influência cambial como instrumento para o crescimento econômico, destacando sua atuação sobre a estrutura produtiva e balanço de pagamentos. Com objetivo de explicitar, de forma sistemática, os principais pontos nos quais se baseiam os mecanismos discutidos, apresenta-se o fluxograma abaixo.



Fluxograma – Síntese das Principais Relações da MD

Fonte: Vergnhanini; Biancarelli (2021).

O objetivo do fluxograma é demonstrar as principais relações desenvolvidas pela MD, destacando os fatores que contribuem para o protagonismo da taxa de câmbio, dentro de sua argumentação. Ademais, ressalta os efeitos, tanto pelo lado da demanda, quanto da oferta, frente ao progresso econômico e social.

4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi apresentar os aspectos macroeconômicos da teoria novo desenvolvimentista (macroeconomia do desenvolvimento). Após a apresentação das seções pode-se concluir que esta vertente teórica congrega de elementos das teorias estruturalista e keynesiana. Contudo, apresenta avanços e discordâncias frente a essas escolas de pensamento.

Do ponto de vista teórico, há a centralidade da taxa de câmbio como principal variável macroeconômica em busca do desenvolvimento econômico. Sobre esse ponto, a MD avança ao estabelecer um novo patamar desta taxa traduzida através da taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Entretanto, apresenta o argumento de tendências crônicas sobre o câmbio que dificulta o progresso. Desse modo, a MD defende políticas direcionadas a neutralizar as tendências crônicas de sobreapreciação cambial. Contribui também, para tanto, na manutenção do equilíbrio fiscal, que evita a pressão altista da taxa de juros e, conseqüentemente, a tendência à valorização do câmbio.

Para a MD a administração da política cambial deve estar baseada na rejeição de três políticas (crescimento com endividamento ou poupança externa; política de âncora cambial para controlar a inflação; política de alta taxa de juros para atrair capitais e controlar a inflação), e, no caso da existência de doença holandesa, a imposição de um imposto de exportação sobre as *commodities* para neutralizá-la.

Uma taxa de câmbio equilibrada ou competitiva é essencial para o desenvolvimento econômico porque ela coloca ao alcance, das empresas nacionais, que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, toda a demanda externa mundial. Dada à vantagem de ter uma mão de obra barata, os países em desenvolvimento, que mantiverem sua taxa de câmbio estável e, no equilíbrio industrial, que é o verdadeiro câmbio de equilíbrio do país, crescerão de forma acelerada realizando o *catching up*. Mas, para isso, precisam adotar a política de crescimento com poupança interna e neutralizar a doença holandesa. Essa representa uma supervalorização permanente da taxa de câmbio. Sua ocorrência mostra-se fundamental na argumentação da MD, ao fato de alguns países em desenvolvimento se industrializam e crescerem rapidamente, enquanto outros não

conseguem alcançar resultados significativos, sendo um fenômeno estrutural que cria obstáculos à industrialização.

Após apresentar as causas que resultam em sobrevalorização cíclica e crônica cambial, a MD ressalta a rejeição pela estratégia de expansão com poupança externa e propõe dois mecanismos de crescimento interno, através do papel do investimento e financiamento estatal e do financiamento do investimento privado, por meio do sistema financeiro.

Com o exposto nesse capítulo, pode-se dizer que a MD apresenta o diagnóstico sobre as causas que atuam como entraves ao desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, propõe uma teoria que coloca a taxa de câmbio como o mecanismo capaz de “ligar” o interruptor do desenvolvimento econômico, há muito tempo desligado. Após a exposição da MD, o capítulo a seguir realiza uma avaliação pós-keynesiana dessa teoria, apresentando pontos convergentes e críticos.

54. MACROECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO: UMA AVALIAÇÃO PÓS-KEYNESIANA: CONVERGÊNCIAS E CRÍTICAS

5.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conforme exposto no capítulo anterior, a macroeconomia do desenvolvimento faz parte da estratégia novo desenvolvimentista para que os países de renda média alcancem o progresso econômico. Por se tratar de uma nova teoria que busca a retomada do desenvolvimento, se destaca nos debates recentes sobre a temática desenvolvimentista. Como resultado, tem sido alvo de distintas interpretações teóricas. Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar uma avaliação pós-keynesiana da MD apresentada no capítulo anterior.

Para cumprir esse propósito, a seção 5.2 destaca os pontos convergentes entre a MD e a teoria pós-keynesiana. Em seguida, é realizada uma avaliação dos aspectos declarados pós-keynesianos por parte dessa vertente teórica. Por fim, após toda a argumentação do novo desenvolvimentismo e da MD, apresentam-se os entraves para a execução de uma estratégia consoante com esses princípios. Breves considerações finais concluem o capítulo.

5.2. UMA AVALIAÇÃO PÓS-KEYNESIANA da MD: CONVERGÊNCIAS E CRÍTICAS

Conforme apresentado ao longo desta Dissertação, a teoria nova desenvolvimentista e conseqüentemente a macroeconomia do desenvolvimento (MD) apresenta aspectos keynesianos, podendo inclusive, contar com autores que compartilham suas pesquisas em ambas as tradições. Isso é o que pode ser inferido da passagem abaixo extraída de Silva e Curado (2018, p.612):

One of the schools of thought whose influence was more notorious in this process is post-Keynesianism. This might be easily inferred from the several traditionally post-Keynesian Brazilian economists active in the production of scientific material in defense of the new developmentalist strategy, such as José Luis Oreiro, Luiz Fernando de Paula, and Nelson Marconi.

Além dos três pesquisadores brasileiros mencionados no trecho acima, a MD inspira-se em autores “clássicos” da vertente pós-keynesiana como os que foram estudados no capítulo 1 dessa Dissertação. Ou seja, as pesquisas desenvolvidas por Harrod, Kaldor, Thirlwall, e Pasinetti produziram a pavimentação teórica acerca das inter-relações entre industrialização e crescimento, bem como estabeleceram as primeiras

influências na concepção da teoria novo desenvolvimentista. Dentre os conceitos mais importantes por eles elaborados, podem-se destacar: a importância da indústria para o crescimento; a influência do balanço de pagamentos para o progresso; a defesa da estratégia *export-led*³⁸ e o papel desempenhado pelas mudanças estruturais em busca do crescimento.

Na tentativa de encontrar pontos convergentes entre as duas vertentes teóricas, Manna (2020, p. 50) destaca:

Agreeing with Keynes, the new developmentalism begins from the notion that investment depends on the tradeoff between the interest rate (the capital cost) and the expected profit rate, going to his idea of investment function and economic growth.

Seguindo o escopo de pontos convergentes, o autor ressalta que a MD compartilha da visão de Keynes de que investimento e crescimento não são suficientemente garantidos pela demanda. Entretanto, nos países de renda média esse fato deve-se à taxa de câmbio, uma vez que a MD inclui a taxa de câmbio na função investimento. De acordo com esse arcabouço teórico, a taxa de câmbio nega ou dá acesso à demanda existente pelas empresas competitivas. Impactando sobre a participação dos mercados externo e interno (MANNA, 2020). Sobre este ponto, Resende e Terra (2018, p. 81) argumentam da seguinte forma: “*DM claims itself Keynesian. On the one hand, it sees economic dynamic as demand-led and investment as the economy’s driving force, chiefly those of the manufacturing industry.*” Além disso, inspirado em Thirlwall (1979), a MD apoia-se no argumento de que o mercado externo pode ser usado como uma maneira de alcançar uma expansão contínua da demanda.

Silva e Curado (2018) se propõem a realizar uma comparação entre as vertentes MD e PK no que tange às políticas econômicas destas Escolas. Partem da premissa da importância da intervenção do Estado e, portanto, das motivações para a implementação das políticas fiscal, monetária, cambial, de preços e industrial. Assim, enfatizam que o objetivo das prescrições de políticas pós-keynesianas³⁹ tem como objetivo a manutenção

³⁸ *Export-led growth* representa um regime de crescimento com base na tradição kaldoriana, sendo uma expressão empregada para a definição de uma estratégia de crescimento econômico baseada em incentivos à expansão da produção para o mercado externo. Os fundamentos teóricos desse modelo partem da ideia central de que o comércio exterior é o motor do crescimento econômico e o fator-chave para uma alocação ótima de recursos produtivos entre as nações. Para maior detalhamento, ver Kaldor (1966) e Ferrari Filho; Paula (2016)

³⁹ Não faz parte do escopo dessa Dissertação aprofundar o debate teórico sobre prescrições políticas, sobretudo pós-keynesianas. A menção destes instrumentos de política serve situá-las como um mecanismo

de um nível adequado de demanda agregada. Enquanto o escopo da política econômica proposto pela MD tem duas metas fundamentais: sustentar a taxa básica de juros em um patamar baixo e manter neutralizada a doença holandesa. Desta forma, obtém-se o nível de estabilidade macroeconômica almejado de acordo com os princípios teóricos da Escola. Assim, pode-se dizer que:

Even though the diagnoses deployed by these two traditions are different in many ways, their objectives are the same: establish a strong government able to foment and assist the market functions, reform institutions and put in motion policies that improve macroeconomic stability (SILVA; CURADO, 2018, p. 623).

Apesar da interpretação distinta entre a MD e a teoria PK sobre a dinâmica da atividade capitalista, Silva e Curado (2018) realçam como aspectos em comum o objetivo atribuído à intervenção governamental na coordenação dos mercados em busca da estabilidade macroeconômica. Ainda na tentativa de traçar pontos convergentes, os autores destacam o papel das prescrições políticas, que, apesar de divergentes, têm como intuito o mesmo fim. Para isso, apresentam algumas proposições em comum, tais como: *i*) orçamento fiscal equilibrado; *ii*) taxa de juros como dispositivo tanto de estabilização quanto de estímulo ao investimento; *iii*) administração da taxa de câmbio (buscando a competitividade do setor); *iv*) inflação administrada (com mecanismos de controle divergentes); e *v*) bases sólidas para a prosperidade industrial.

Após apresentar alguns pontos de convergências entre as abordagens em tela, a seção a seguir apresenta uma avaliação crítica da MD a partir da interpretação pós-keynesiana.

5.2.2. Uma avaliação crítica pós- keynesiana a partir de Resende, Terra, Carvalho e Kregel

Apesar de ser uma teoria relativamente nova no campo econômico, a MD tem colecionado uma série de avaliações e críticas por parte das diferentes vertentes teóricas⁴⁰. O objetivo desta seção é fazer uma avaliação da MD a partir da perspectiva pós-keynesiana tal como proposta por Marco Flávio Resende, Fábio H. B. Terra, Fernando Ferrari Filho, Fernando Cardim de Carvalho e Jan Kregel.

comum para suscitar a avaliação da MD. Para maior detalhamento sobre as políticas pós-keynesianas, ver Carvalho (1999).

⁴⁰ Para uma síntese das críticas pelas perspectivas ortodoxa, marxistas e social-desenvolvimentista à MD e ao novo desenvolvimentismo, ver Leão e Vaz (2019).

Segundo Resende e Terra (2018), a MD apresenta um novo ponto de vista frente à concepção original de Keynes sobre demanda efetiva. Tal fato ocorre em virtude da afirmação do acesso à demanda como fator determinante na busca pelo lucro por parte dos empresários ao possibilitar o alcance de novos mercados – externos e internos. Para a MD, tal acesso é representado por uma taxa de câmbio que propicie as empresas que utilizam a melhor tecnologia disponível para serem competitivas, criando condições para acessar a demanda disponível (MARCONI; BRANCHER, 2017). Desse modo, na teoria keynesiana os investimentos dependem da demanda efetiva, enquanto para MD a demanda efetiva não é suficiente para alterar o nível de investimento sendo necessário uma política cambial que garanta o acesso à demanda. A partir disso, pode-se dizer que esse mecanismo representa um aspecto fundamental nesta argumentação, funcionando como a variável exógena em conjunto com a taxa de juros e a demanda efetiva para explicar os determinantes do investimento.

Resende e Terra (2018) ressaltam que para Keynes (1973) não existia demanda efetiva prometida. Para o autor inglês, os empresários estão em busca de acessar os mercados domésticos, externos ou ambos. Assim, para Keynes existia a necessidade de acessar a demanda devido aos impactos sobre as expectativas, lucros esperados e receitas esperadas dos empresários. Por outro lado, argumentava que a insuficiência de demanda efetiva reflete o não alcance do nível de consumo desejado pelos empresários fazendo com que o planejamento e a produção sofram queda (RESENDE; TERRA, 2018).

Na macroeconomia keynesiana, o nível da taxa de câmbio real afeta a demanda efetiva, atuando na formação das expectativas empresariais sobre esse nível no futuro. Enquanto a MD tem como objetivo destacar a tendência crônica e cíclica da valorização cambial. Com intuito de elucidar esse cenário, Resende e Terra (2018, p. 76) argumentam que: *“to not making it a misleading notion, ‘access to demand’ should be used by DM as an important factor that depends on the real exchange rate level and is relevant to explain the effective demand level in medium developed economies.* Desse modo, apesar da taxa de câmbio explicar de forma objetiva a demanda efetiva nos países de renda média, não apresenta relevância nos países desenvolvidos pois neles não se verifica a doença holandesa.

A partir disso, os autores apresentam uma crítica a MD quanto ao entendimento sobre a demanda efetiva. Isso ocorre devido à falta de argumentos que diferencie o conceito de demanda insuficiente da MK e o acesso insuficiente à demanda da MD. Como

resultado, a MD chega a uma interpretação equivocada sobre os princípios de demanda - agregada e efetiva (RESENDE; TERRA, 2018).

Na esteira de uma avaliação crítica, Resende e Terra (2018) discorrem sobre a estratégia de crescimento baseada nas exportações (*export-led*). Conforme apresentado no decorrer desta Dissertação, a inspiração da MD e o do novo desenvolvimentismo ao adotar esse tipo de estratégia vem dos argumentos apresentados por Kaldor e Thirlwall, autores pós-keynesianos. Contudo, como expõe Resende e Terra (2018), Keynes tornou-se crítico de qualquer tipo de estratégia de crescimento liderada pela exportação. Isso porque, segundo Keynes, esse sistema poderia resultar em competição internacional desigual, tornando-se prejudicial para ambas as partes, ou seja, para todos os países envolvidos. Com isso, tal proposta se mostra desfavorável, mesmo que seja pautada através de ganhos de produtividade ou outros tipos de redução salarial e controle de custos.

Resende e Terra (2018) salientam a oposição de Keynes à estratégia baseada nas exportações uma vez que o autor tinha como objetivo o estabelecimento de um sistema de comércio internacional em equilíbrio. Na tentativa de efetivar tal estratégia, o autor inglês formulou e propôs a conhecida *International Clearing Union*⁴¹ na Conferência de Bretton Woods pós-Segunda Guerra Mundial.

Após apresentar o argumento contrário de Keynes, pode-se afirmar que a diferença entre MD e a macroeconomia keynesiana sobre este ponto reside na visão acerca da taxa de câmbio e das políticas comerciais domésticas necessárias para lidar com o sistema de comércio internacional. A MD tem como pressuposto uma política cambial ativa para superar o entrave ao desenvolvimento das economias de renda média. Por outro lado, Keynes defendia o estabelecimento de uma taxa cambial ativa. Ou seja, um nível estabilizado desse preço macroeconômico, uma vez que em sua interpretação a estabilidade cambial era condição tanto para a consolidação do sistema monetário internacional quanto para auferir preços domésticos constantes. Além de ter como objetivo propiciar estímulos aos investimentos domésticos sem levar em conta a diferença entre os países de renda média e os ricos (FERRARI FILHO, 2008; RESENDE; TERRA, 2018).

Após apresentar as críticas sobre o argumento do acesso à demanda e às questões relativas a qualquer tipo de estratégia de crescimento liderada pela exportação, o próximo

⁴¹ Foge aos objetivos deste capítulo entrar em maiores detalhes sobre este ponto. Para tanto, ver Keynes (1973; 1980).

ponto a ser avaliado pela teoria pós-keynesiana diz respeito ao papel da desigualdade de renda. Inicialmente, Resende e Terra (2018) relatam a ocorrência de dois erros por parte da MD ao expor o mix de políticas macroeconômicas pós-keynesianas.

O primeiro se deve ao fato de tentar diferenciar as teorias macroeconômicas keynesianas com o objetivo de “explicar o desemprego e como superá-lo”, ao passo que a MD tem como foco o “crescimento com estabilidade”. Ao apresentar a crítica sobre esse ponto, os autores se apoiam nos trabalhos em que Keynes (1973, 1980, 1982) se refere à estabilidade de preços enfatizando seu caráter estratégico na busca pelo crescimento sustentável. Nesse contexto, a solidez das variáveis econômicas, políticas e sociais e das ações de política econômica e das circunstâncias jurídicas resultam em boas expectativas e convenções, que se traduzem numa tendência de aumento dos níveis de investimento.

Do ponto de vista das políticas econômicas keynesiana, Resende e Terra (2018) enfatizam que a estabilidade cambial é uma pré-condição para um crescimento sustentável. A partir de uma análise sobre as reflexões e proposições de Keynes acerca da política cambial, dois aspectos se mostram relevantes. Ele visava a estabilidade cambial como condição para assegurar a estabilidade de preços e, ao mesmo tempo, entendia que a adoção de um regime de taxas de câmbio fixas - mas ajustáveis - era possível tanto em um mundo de maior mobilidade dos fluxos de capitais quanto em um contexto internacional de limitada mobilidade dos referidos fluxos (FERRARI FILHO, 2008).

O segundo erro ocorre ao argumentar que a macroeconomia keynesiana leva em consideração apenas políticas fiscais e de taxas de juros, enquanto a MD foca sua discussão sobre a política cambial, sobretudo, ativa para a MD. Ou seja, um patamar cambial desvalorizado que consiga alterar a estrutura produtiva, sobretudo para o setor produtivo de bens manufaturados para exportação (taxa de câmbio de equilíbrio industrial).

Contudo, essa afirmação é equivocada, pois como destacam Resende e Terra (2018), Keynes (1980) tinha como pressuposto uma política cambial ativa. Para corroborar com esse discurso, os autores destacam as propostas de Keynes para a *International Clearing Union* e sua participação na Conferência de Bretton Woods. Enfatizam a necessidade de uma moeda internacional que seja bem administrada pelos valores reais requeridos pelo comércio mundial. Além disso, essa proposição de política econômica deve ser bem capaz de promover expansões e contrações para compensarem

as tendências inflacionária e deflacionária na demanda efetiva mundial (FERRARI FILHO, 1994; RESENDE; TERRA, 2018)

Keynes também argumentou a favor de uma política de renda ativa, ou seja, que tem como objetivo regular a formação dos salários e preços com intuito de eliminar a inflação de custos (CARVALHO, 1992). Somado a essa política, o arcabouço macroeconômico PK prevê as políticas fiscal e monetária. Pela ótica pós-keynesiana, a MD comete outro erro ao afirmar que a adoção de uma política macroeconômica keynesiana não resulta em melhora na distribuição de renda.

Resende e Terra (2018) utilizam Keynes (1982) para elucidar tal erro, uma vez que o autor prescreve uma política de renda ativa ao enxergar a desigualdade de renda como um processo economicamente ruim e politicamente perigoso. Ademais, Keynes propunha na Teoria Geral que o sistema econômico tinha duas principais falhas: a incapacidade de promover o pleno emprego e a distribuição arbitrária e desigual de riqueza e renda. Esses são, portanto, o objetivo das políticas macroeconômicas pós-keynesianas (RESENDE; TERRA, 2018).

Por sua vez, Carvalho (2018) apresenta críticas ao tratar da obtenção de uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial e a falta de importância dada aos fluxos financeiros. Para o autor, a MD trata a taxa de câmbio de equilíbrio corrente como um tipo de posição “natural” do sistema, que deve emergir quando não houver forças não sistemáticas em operação. A determinação desse índice (exposto no capítulo anterior) tem como resultado a remuneração adequada das empresas comerciais competentes e, ao mesmo tempo, o equilíbrio intertemporal da conta corrente do país. Para a MD, tal patamar cambial é determinado pela oferta e demanda de moeda estrangeira. A partir disso, pode ser influenciada por forças aleatórias e não sistemáticas em operação a qualquer momento.

Contudo, ao assumir condição de natureza aleatória a MD enfatiza que esse processo não pode ser duradouro, ao passo que as taxas de câmbio de equilíbrio corrente devem ser entendidas como uma espécie de centro de gravidade em torno do qual as taxas reais devem flutuar. Em contraste com as taxas de câmbio de equilíbrio corrente, não se deve esperar que as taxas de câmbio de equilíbrio industrial prevaleçam sem apoio político explícito. Carvalho (2018, p. 117) realça esse ponto:

It cannot prevail “naturally” since it does not reflect the market forces operating in the market for foreign currencies. It is left to the state to act to constrain some of those market forces to allow industrial equilibrium exchange rates to impose themselves.

Com o objetivo de alcançar o patamar da taxa de câmbio de equilíbrio industrial, observa-se outro entrave exercido pelo excesso de entradas de capital financeiro. Os obstáculos podem ser motivados tanto por políticas domésticas de taxas de juros quanto por mudanças aleatórias nas expectativas dos investidores financeiros estrangeiros. Entretanto, Carvalho (2018) destaca que esse empecilho é tido pela MD como um problema pequeno comparado com o argumento da doença holandesa. No intuito de expor as motivações para essa postura por parte da MD o autor realça dois fatores:

The reasons seem to be (1) that interest rate policies can be changed, eliminating thereby a systematic cause for overappreciation; (2) autonomous changes in expectations are assumed to be random in nature so that their influence is expected to dissipate in longer stretches of time (CARVALHO, 2018, p.117).

A partir disso, pode-se dizer que a MD assume o comércio internacional como única fonte responsável pelos impulsos permanentes que refletem no comportamento das taxas de câmbio (real e de equilíbrio corrente). Desse modo, através das políticas destinadas a obtenção da taxa de câmbio de equilíbrio industrial se faz necessário abordar as imperfeições comerciais, em decorrência de sua atuação. Esses desdobramentos fazem com que os movimentos de capitais tenham sua influência vinculada ao estímulo à volatilidade de curto prazo nas taxas de câmbio reais. Entretanto, não exercem interferências duradouras sobre as taxas de câmbio (equilíbrio corrente e industrial) (CARVALHO, 2018).

A fim de destacar o papel desempenhado pelos fluxos de capitais sobre as variáveis macroeconômicas - sobretudo via balanço de pagamentos - o autor os divide em dois grupos: *i*) investimento estrangeiro direto (IDE); e, *ii*) fluxos de carteira. Assim, destaca que embora os fluxos de IDE tenham evoluído se tornando uma variável mais complexa em virtude do processo de globalização, podem apresentar dependência sobre as expectativas de retorno por parte dos países receptores e de fatores estruturais. Nesse escopo, se destaca a disponibilidade de mão de obra qualificada, incentivos fiscais e outras variáveis que ajudam a determinar mercados, custos e lucros esperados.

Ademais, impactos negativos sobre o IDE tendem a agravar o hiato de produtividade salarial. Uma vez que a abertura dos mercados financeiros domésticos, frente à entrada desenfreada de capital estrangeiro, tem como consequência resultados desfavoráveis sobre a taxa de câmbio. A partir disso, se mostra favorável a adoção e elevação do financiamento interno e da limitação da entrada de capital estrangeiro. Ao comparar os mecanismos apresentados pelas teorias desenvolvimentistas

(desenvolvimento clássico e novo desenvolvimentismo) Kregel (2018) defende a adoção de uma taxa de câmbio consoante com a estratégia de desenvolvimento da qual deve compor pacote de políticas de gestão de fluxos de capital estrangeiro.

Ao partir de um contexto de integração produtiva internacional em que as empresas multinacionais decidem sobre suas localizações nacionais para instalações produtivas com intuito de executar tarefas definidas no processo de produção, as decisões sobre a alocação dos fluxos de IDE se tornaram parte da estratégia de produção de longo prazo e não ações temporárias ou aleatórias. Essa classificação também abarca os fluxos de portfólio provenientes das oportunidades de arbitragem. Carvalho (2018) destaca que essas afirmações podem ser inferidas em Keynes (1923) em que apresenta-se um estudo crítico acerca da ênfase no comércio exterior sobre o comportamento das taxas de câmbio. A partir disso, Keynes desenvolveu uma abordagem em que as entradas e saídas de portfólio atuavam de forma estratégica. Ou seja, seu comportamento poderia ser explicado e previsto de forma sistemática. Além disso, refletia desdobramentos sobre algumas formas de desequilíbrio persistentes na conta de capital de forma independente da conta corrente do balanço de pagamentos.

Ferrari Filho (2008) expõe um receituário sobre regimes cambiais para países emergentes a partir da perspectiva pós-keynesiana com intuito de estabelecer alternativas ao processo de globalização econômica. Desse modo, se faz necessário: *i*) adotar mecanismos capazes de gerenciar as taxas de câmbio fazendo com que seja possível assegurar os objetivos domésticos de política econômica. Daí resulta um ambiente mais previsível no que se refere ao investimento produtivo e a atividade produtiva em geral; e, *ii*) implementar controles de capitais com objetivo de preservar a autonomia da política econômica, sobretudo a monetária.

A suposição de que a determinação das taxas de câmbio apresenta dependência das expectativas sobre as taxas de câmbio futuras, não se diferencia do motivo especulação em que as taxas de juros atuais dependem das taxas de juros esperadas. Desse modo, conforme as variáveis relevantes que determinam as taxas de câmbio no modelo de paridade de taxas de juros se tornam cada vez mais importantes, menos dependente das condições comerciais a taxa de câmbio se torna. Contudo, isso não diminui a importância da presença de fatores estruturais como a doença holandesa (FERRARI FILHO, 2008; CARVALHO, 2018).

Carvalho (2018) não descarta a relevância do argumento da doença holandesa, mas elabora outra crítica a partir de sua abordagem pós-keynesiano. Segundo ele, não há

razão para descartar os fatores financeiros, bem como as influências temporárias exercidas no processo de valorização da moeda. A partir disso, o autor reflete sobre as políticas que têm como objetivo auferir uma taxa de câmbio competitiva. A esse respeito, Carvalho (2018, p.122) realça:

One important implication of this realization is that policies designed to reach what ND defines as industrial equilibrium exchange rates must not only consider how to neutralize the Dutch disease but also how to prevent capital inflows from continuously appreciating the local currency.

A adoção de um cenário em que os fluxos financeiros dominam os comerciais torna mais complexo o direcionamento para formulação de políticas com o objetivo de alcançar o equilíbrio industrial. Contudo, na hipótese proposta pela MD, existe uma dificuldade em torno das tentativas de taxar as exportações primárias para combater a doença holandesa devido ao fato de impactar sobre a opinião pública. Podendo ser interpretada como uma tentativa de penalizar as empresas competitivas para subsidiar empresas fabris. Uma vez que existe a possibilidade de serem beneficiadas pela valorização da moeda. Em decorrência dessa valorização houve um aumento de participação das classes médias. Esse fenômeno propiciou o acesso a bens importados e serviços como o turismo internacional (CARVALHO, 2018). Sobre a influência frente as exportações, Kregel (2018, p.73) ressalta que “[...] *the new developmentalist seeks to encompass these factors under the umbrella of the ‘Dutch disease’ this tends to mask the fact that even if a developing economy manages to expand its manufacturing sector it may face difficulties*”.

Com isso, o novo desenvolvimentismo procura explicitar que a raiz do problema do desenvolvimento não se encontra apenas no funcionamento do mecanismo de preços, nas distorções de mercado, e nas elasticidades associadas da produção e demanda por *commodities*, mas sim, sobre o nível geral de demanda. De modo que a queda dos coeficientes de emprego sobre os setores da sociedade pode ocorrer de forma independente do comportamento dos salários em relação à produtividade (KREGEL, 2018)

Outra crítica de Resende e Terra (2018) diz respeito à natureza da inflação. A MD atribui o excesso de demanda como motivo para aceleração da inflação. Contudo, de acordo com a teoria pós-keynesiana, a MD “encurta” as causas da inflação. Para fundamentar essa crítica, Resende e Terra (2018) baseiam-se na proposição de Keynes (1973) em que o excesso de demanda - que tem como condição o pleno emprego - reflete

na “inflação real”. Além disso, destacou algumas causas da inflação relacionadas ao aumento da demanda efetiva antes de alcance do pleno emprego. Nesse contexto, realça o aumento da unidade salarial, o diferencial entre os setores no que se refere a elasticidade de oferta, a heterogeneidade de recursos que reflete em retornos decrescentes enquanto aumenta o emprego, e o fato das remunerações dos fatores responsáveis pelo custo marginal não se alterarem de forma proporcional. Assim, para Keynes existem outras causas de inflação do que o excesso de demanda, principal causa defendida pela MD (RESENDE; TERRA, 2018).

A inflação pode influenciar a valorização cambial, atuando como instrumento de controle. Contudo, é importante destacar que além dos entraves ao combate à valorização referente a tributação das exportações, a liberalização das contas de capital, as pressões para a continuidade da valorização cambial ainda podem ser originadas por excesso de ingressos de capital externo. Diante disso, as medidas prescritas pela MD para combater a doença holandesa não sofrem alterações (CARVALHO, 2018).

A partir desse cenário, a solução para a apreciação cambial se daria através da implementação de controles de capital. Contudo, deve ser levado em conta que devido à experiência histórica das nações desenvolvidas, esse processo se torna mais difícil. No debate sobre a atuação desses controles, os autores da MD argumentam que esses devem incidir sobre os fluxos de entrada de capital. Entretanto, Carvalho (2018) realça que essa escolha deve ser adotada quando o problema é referente à sobrevalorização cambial. Contudo, esse tipo de controle deve ser feito em cenários de controle de capital mais amplos. Ao contemplar os não residentes, os controles devem incidir sobre a entrada. Por outro lado, o controle das saídas deve ser mantido como uma opção para impedir a fuga de capitais dos residentes, sobretudo em circunstâncias de crise no balanço de pagamentos.

As crises de balanço de pagamentos podem refletir em externalidades negativas sobre os agentes domésticos e, por isso, devem ser evitadas através do controle sobre as saídas de capital. Contudo, a análise pós-keynesiana de Carvalho (2018) concorda com a MD ao trazer a ideia de que o controle das saídas por parte de não residentes deve ser um instrumento de último recurso.

A avaliação pós-keynesiana sobre a MD também aborda a estratégia de crescimento com poupança externa. Isso ocorre em virtude dos desdobramentos desse argumento frente ao câmbio, resultando em tendência cíclica da sobrevalorização cambial. Conforme exposto no capítulo anterior, a argumentação da MD discute os

desdobramentos dessa estratégia e realça que sua adoção reflete em substituição de poupança interna por externa, além de impactos negativos atuando como entrave ao desenvolvimento.

Contudo, para a teoria pós-keynesiana proferida por Resende e Terra (2018), a justificativa apresentada pela MD reflete uma interpretação errônea da causalidade entre poupança e investimento realizada por Keynes (1937). Pois a MD considera que a poupança financia o investimento, ao passo que para a tradição keynesiana, o investimento precede a poupança, refletindo um resíduo da renda proveniente do ciclo financiamento-investimento-poupança-financiamento. Além disso, o mecanismo proposto pela MD em que a depreciação cambial resulta em aumento dos salários e consumo enquanto a poupança interna e os lucros diminuem se mostra equivocado. Isso, devido ao fato de que modificações sobre o consumo não impactam sobre a equivalência entre poupança interna e investimentos (RESENDE; TERRA, 2018).

Diante desses desdobramentos, pode-se dizer que o efeito de uma verdadeira apreciação cambial se reflete em redução nas exportações líquidas impactando negativamente sobre a corrente do país. Além disso, o aumento do preço relativo das mercadorias não negociáveis - incluídos os salários - tende a elevar o consumo proveniente do efeito renda. Entretanto, sua ocorrência influencia negativamente as exportações e a renda líquida. Como resultado, obtém-se um crescimento do consumo agregado sobre a renda nacional de acordo com a propensão a consumir. Desse modo, a queda das exportações líquidas corresponde ao déficit em conta corrente (RESENDE; TERRA, 2018). Sobre esse ponto, Arestis e Resende (2015, p. 17) destacam que:

since net exports are part of national savings, an appreciated real exchange rate mitigates net exports, national savings fall [...], thereby worsening the current account balance and increase foreign savings. The net exports and domestic savings generated from it, which were the counterpart of domestic investment, reduce after the currency appreciation.

Com isso, os efeitos esperados de uma verdadeira apreciação cambial são de queda nas exportações líquidas e na poupança nacional. Esse cenário impacta negativamente sobre a conta corrente, mas, por outro lado, eleva a poupança externa até o ponto em que seja compensada proporcionalmente a queda da poupança nacional. Esses desdobramentos são provenientes dos investimentos domésticos. Sobre esse último, Resende e Terra (2018, p. 89) elucidam:

Domestic investment causes savings, and is always equal to national plus foreign savings, but the distribution between national and foreign savings relies on the real ER level. Savings are a residual of the income growth and do not finance investment or consumption, which rise due to the income effect that comes from the non-tradable goods' relative price increase.

Destarte, do ponto de vista pós-keynesiano, a ideia de apreciação sendo desencadeada pela queda da poupança e aumento no consumo (ao invés de investimento) é falsa. Para embasar essa afirmação os autores se apoiam em Keynes ao destacar que “*the investment market can become congested through shortage of cash. It can never become congested through shortage of saving. This is the most fundamental of my conclusions within this field*” (KEYNES, 1937 *apud* RESENDE; TERRA, 2018).

Na tentativa de evitar a valorização cambial através da poupança externa, a MD apoia-se nas políticas fiscal e monetária com intuito de manter a taxa de juros em um patamar que não resulte em um diferencial considerável frente ao praticado no comércio exterior. Nesse sentido utilizam controles de capitais com objetivo de suavizar os movimentos especulativos do capital internacional fazendo com que a gestão cambial e dos juros contribua com as regras de política monetária. Assim, a MD aborda um mecanismo de longo prazo para evitar a valorização cambial dada a acumulação esperada de superávits em conta corrente pertencente a seu quadro de políticas. Esse mecanismo é representado por um fundo soberano, que atuaria sobre os investimentos estrangeiros utilizando reservas cambiais com intuito de que a política cambial exerça a gestão do preço da taxa de câmbio (RESENDE; TERRA, 2018; VERGNHANINI; BIANCARELLI, 2021).

Ainda sobre esse mecanismo, a MD propõe a criação de um fundo doméstico de estabilização para compensar os produtores locais de *commodities* por deslocamentos internacionais em seus preços externos. Em seu cenário geral, esse quadro de política econômica parece funcionar bem para cumprir o objetivo de neutralização da doença holandesa.

Outro ponto da crítica PK diz respeito ao imposto proposto para suavizar os efeitos da doença holandesa. Durante sua exposição, a MD defende a imposição de imposto para que se eleve o valor cambial, pressupondo que esse imposto varia de acordo com as mudanças no preço do câmbio. Contudo, a velocidade de tais mudanças podem ser superior ao que a política cambial consegue acompanhar devido à globalização. Além disso, os autores destacam que esse ponto não deve ser contemplado, pois:

[...] it should not meet, as this means a constant change of tariffing, something that increases not only the transactions costs of making business but also the uncertainty prevailing about the future tax policing. Although this would hold for the Ricardian rent sectors, DM's objective is not ridding them of the economy, but making MI Strong (RESENDE; TERRA, p. 96)

Desse modo, os mecanismos apresentados pela MD na tentativa de solucionar os problemas relacionados aos movimentos do câmbio podem afetar negativamente a economia. Ademais, os controles de capitais apresentados também podem refletir em redução da volatilidade cambial.

Na tentativa de contribuir para uma evolução da MD, Resende e Terra (2018) enfatizam a necessidade de avançar em relação às prescrições de política industrial, ao passo que a sofisticação produtiva é peça essencial na estratégia novo desenvolvimentista. Kregel (2018, p. 71) corrobora com essa premissa ao destacar que *“building a manufacturing sector thus became a focal point of the development discussions and the center piece of virtually all development theories”*.

Além disso, os países de renda média não têm conseguido difundir seus sistemas nacionais de inovação⁴², sendo necessário utilizar outros mecanismos para reverter esse cenário do que apenas o incentivo cambial. Somado a esse cenário, apresentam-se as limitações da principal solução de expansão da indústria manufatureira que reside na identificação da diferença das forças de mercado que determinam os preços das *commodities* primárias e dos manufaturados. Ademais, tendo em vista a experiência dos países asiáticos, pode-se afirmar que o desenvolvimento não se deu apenas através de políticas de incentivo como defendido pela MD. Em outras palavras, nenhum país desenvolvido alcançou essa posição apenas com políticas de incentivo, como propõe a política cambial novo desenvolvimentista (KREGEL, 2018; RESENDE; TERRA, 2018).

Em suma, do ponto de vista pós-keynesiano, a MD deveria inserir a política industrial no orçamento público uma vez que sua argumentação deve desempenhar um papel estratégico na promoção do desenvolvimento, sobretudo, através das ações estatais. A partir disso, tende a ocorrer uma ampliação da participação da política fiscal atuando em outras frentes e não somente nas relações de superávit ou equilíbrio orçamentário. Contudo, esse aspecto precisa ser bem elaborado para que as políticas atuem em consonância para o desenvolvimento (RESENDE; TERRA, 2018).

⁴² Não faz parte dos objetivos deste capítulo fazer uma discussão prolongada sobre esse mecanismo. Para tanto, ver, por exemplo, Cassiolato e Lastres (2005).

Resende e Terra (2018, p. 95) realçam ainda como maior limitação da MD o caráter generalista de suas prescrições de política econômica, com exceção da política cambial. Sobre outras políticas, destacam que: “*monetary and fiscal policy are in a preamble hitherto, not only in terms of their internal procedures but also regarding the coordination amongst them, not to mention that even the ERP coordination with the other policies is still cursory.*”

Apesar das críticas dos autores sobre a MD, reconhecem o esforço dessa abordagem na tentativa de se apoiar e adaptar a teoria pós-keynesiana. Pois, apesar de apresentar problemas, a interpretação e adaptação da teoria keynesiana realizada pela MD é considerável, devido à tentativa de construir sua argumentação sobre o lado da demanda e o papel do investimento como componente dinâmico da economia (RESENDE; TERRA, 2018).

A partir da análise realizada até o momento, conclui-se que a classificação da MD e conseqüentemente do novo desenvolvimentismo com aspectos pós-keynesianos é contraditória, pois esta vertente teórica não apresenta argumentos convergentes com os escritos de Keynes e dos keynesianos fundamentalistas. Assim, apesar de se apresentar como uma tentativa contemporânea de alavancar o crescimento dos países, ainda se encontra em construção. Ademais, a classificação de elementos teóricos que constituem as origens da MD mostra-se controversa. De acordo com a avaliação crítica fundamentada nos escritos do autor inglês, uma série de pressupostos da teoria novo desenvolvimentista são classificados como uma interpretação equivocada da teoria de Keynes e por conseguinte da escola pós-keynesiana.

A partir dessa constatação se observa uma dificuldade do ponto de vista teórico e metodológico de afirmar o caráter pós-keynesiana do ND. Tal vertente teórica desenvolve seus mecanismos e estratégia de crescimento a partir do comércio exterior (export-led) e através desse processo avança no debate sobre a taxa de câmbio ideal para que as empresas sejam competitivas no exterior. Esse ponto mostra-se incompatível com a visão de Keynes, uma vez que o autor sempre teve uma postura contrária ao comércio exterior e a disputa a níveis globais. Tal posição fica clara durante a participação do autor inglês na Conferência de Bretton Woods pós-Segunda Guerra Mundial ao propor o *International Clearing Union*. A oposição de Keynes ao comércio internacional se apresenta como uma questão fundamental no que tange à avaliação de aspectos convergentes e críticos por parte da MD e do novo desenvolvimentismo pela ótica pós-keynesiana. Visto que, conforme explicitado anteriormente essa vertente teórica desenvolve sua hipótese para

uma estratégia de desenvolvimento com foco no comércio exterior. Assim, pode-se dizer que ao realizar uma análise crítica em relação a aspectos PK o novo desenvolvimento comete um equívoco no ponto inicial de seus estudos.

No que se refere a outra vertente contemporânea apresentada (NDPK), pode ser definida como um mix de aspectos teóricos e não necessariamente uma escola de pensamento bem definida na literatura econômica. Assim, se faz necessário um aprofundamento na análise para estabelecer de forma fundamentada a complementariedade entre o novo desenvolvimentismo e a teoria PK e sobretudo, aspectos que condicionem o estabelecimento de uma vertente NDPK. Pois, de acordo com a bibliografia disponível sobre a temática, o que pode ser inferido nesse sentido seria a presença de algum elemento em comum entre as vertentes e não justificativas para o estabelecimento de uma vertente NDPK.

Com intuito de validar a análise realizada neste trabalho, pelo enfoque keynesiano fundamentalista, Bresser-Pereira expoente do novo desenvolvimentismo reconhece a crítica efetuada por Resende e Terra (2018), principal referência utilizada nessa Dissertação na análise da MD. Esse fato ocorre ao destacar que “Recentemente o Marco Flávio da Cunha Resende e o Fábio Terra fizeram uma crítica ao Novo Desenvolvimentismo. Publiquei-a com muito prazer no *Brazilian Journal of Political Economy*.” (BRESSER-PEREIRA, 2021, p. 297).

A validação da crítica elaborada ao ND corrobora com a necessidade de maior desenvolvimento dessa vertente teórica, sobretudo em aspectos PK para que possa se tornar uma escola de pensamento que auxilie efetivamente os países na retomada do caminho do crescimento. Apesar do reconhecimento pelo esforço de estabelecer novas teorias que discutam estratégias de desenvolvimento, as teorias contemporâneas apresentam limitações do ponto de vista teórico e prático. Desse modo, a perspectiva mais adequada dentro do escopo PK é a vertente keynesiana fundamentalista.

Após apresentar uma avaliação de aspectos convergentes e críticos da MD por parte da teoria pós-keynesiana, a próxima seção elenca alguns pontos que dificultariam a implementação da estratégia novo desenvolvimentista por parte dos países que buscam a retomada do crescimento e, por conseguinte, alcançar o progresso econômico e social.

5.3 ENTRAVES À ESTRATÉGIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA

Durante toda a exposição da teoria novo desenvolvimentista, foi realçada a busca pela taxa de câmbio de equilíbrio industrial. A partir daí essa seção apresenta uma breve exposição de um cenário em que a estratégia de desenvolvimento⁴³ defendida pela escola ND esteja em ocorrência, expondo êxitos e limitações.

Ao supor uma taxa de câmbio competitiva (no equilíbrio industrial), compatível com a estratégia novo desenvolvimentista implica elevação do preço dos bens importados, pressionando a inflação. Outro efeito ocorre através da redução do salário real dos trabalhadores, o que seria uma política impopular. Todavia, isso asseguraria estabilidade no balanço de pagamentos, aumentaria e estimularia a poupança e o investimento agregados (BRESSER-PEREIRA, 2004).

Para os expoentes do novo-desenvolvimentismo, a retomada do crescimento envolve uma desvalorização da taxa real de câmbio suficiente para tornar as empresas produtoras de manufaturados competitivas em relação a seus concorrentes externos. Esse processo tende a influenciar o aumento da sofisticação produtiva em decorrência de uma elevação da taxa de investimento. De modo que, ao atingir o patamar cambial de equilíbrio industrial, as empresas domésticas teriam condições de competir no cenário internacional (OREIRO, 2018).

Esse processo reflete numa elevação das margens de lucro das empresas que operam no setor produtor de bens comercializáveis e, ao mesmo, tempo induz um processo de substituição de importações por produção doméstica. Além disso, os desdobramentos desse cenário tendem a resultar em aumento da poupança doméstica em virtude do crescimento dos lucros. Outro objetivo da MD, como mencionado acima, seria a neutralização da doença holandesa. Como contrapartida, é necessário que o país opere com superávits em conta corrente para que não dê início a uma possível regressão na estrutura produtiva até o ponto em que a sobrevalorização cambial seja neutralizada (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

A desvalorização da taxa real de câmbio tende a propiciar uma mudança na participação dos lucros (salários) na renda ao refletir em redução do salário real. Isso em virtude de uma parcela considerável de bens consumidos pelos trabalhadores ser representada por *tradeables*. Como a propensão a poupar que os lucros possuem tende a

⁴³ Essa seção está concentrada em Oreiro (2018) em virtude de seu papel de destaque entre os principais pilares dessa vertente teórica e ao mesmo tempo por reconhecer algumas limitações dessa argumentação para que seja executada por algum país.

ser maior do que a propensão a poupar dos salários, suger-se-se que a poupança doméstica tende a aumentar em função da desvalorização do câmbio real (OREIRO, 2018).

Esse cenário apresenta o primeiro obstáculo à adoção do projeto novo desenvolvimentista, pois sua implantação envolve uma redistribuição de renda a favor dos lucros, com uma redução inicial nos salários reais. Isso resulta em piora na distribuição funcional da renda. Contudo, na argumentação da MD, essa “piora” é esperada e faz parte da estratégia adequada para recuperar o caminho do crescimento.

Em um cenário de adoção do modelo novo desenvolvimentista, a melhor estratégia para um país de renda média não é liderada por salários nem por exportações, mas equilibrada. Ao escolher tal estratégia, conta com uma participação relevante dos salários e das exportações do lado da demanda, assim como os lucros no estímulo ao investimento dos empresários. Desse modo, cabe à política econômica criar situações para que seja possível obter um crescimento proporcional ao aumento da renda nacional. Isso porque, o projeto ND pressupõe um grau de abertura estável em que o índice de crescimento do PIB seja equivalente à das exportações (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Apesar da diminuição dos salários e outras rendas provenientes da desvalorização cambial, os autores da MD propõem que esse processo deve ser transitório. Assim, em virtude de aumento das taxas de investimento, crescimento do PIB e de salários, devem apresentar magnitudes consideráveis e com isso o nível de salário tende a voltar ao ponto inicial e posteriormente superá-lo. Desse modo, a redução dos salários em decorrência da depreciação cambial tende a ocorrer apenas uma vez. Por outro lado, a taxa de crescimento da economia e dos salários se mostra superior ao cenário de depreciação. Isso faz com que esse processo ocorra de forma sustentada ou permanente (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

A escolha de adoção dessa estratégia apresenta um custo político considerável, uma vez que o Governo deve estar ciente do impacto à sociedade via redução de salários. Contudo, os formuladores dessa política têm a convicção que esse cenário será revertido. Na argumentação da MD, esse processo pode ser rápido ou demorado de acordo com questões estruturais, chegando até a 6 anos para que se recupere o nível salarial (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Aqui se encontra mais um entrave à adoção do modelo novo desenvolvimentista. Tendo em vista que os mandatos

presidenciais têm duração de 4 anos⁴⁴ e, de acordo com os formuladores dessa teoria, o custo para reabilitar o nível de salário pode ser superior a um mandato presidencial. Esse fato, do ponto de vista político pode atrapalhar a credibilidade de um Governo que busque resultados positivos de curto prazo. Além disso, a possibilidade de uma primeira ação que possa ser vista como impopular dificulta ainda mais a decisão de adotar tal estratégia.

Na tentativa de suavizar os impactos negativos dessa decisão, os autores da MD defendem um acordo prévio entre trabalhadores e empresários como forma de viabilizar tal estratégia (OREIRO, 2018). Apesar dessa possibilidade, a tendência por trás das escolhas dos líderes de Governo deve ser contrária à adoção dessa estratégia devido ao custo inicial que pode influenciar negativamente do ponto de vista político.

Um segundo custo da depreciação se traduz pelo impacto na inflação. Assim, como nos salários, é esperado que ocorra de forma temporária. Para que seja viável, além da desindexação, é necessária uma redução inicialmente do nível de atividade com intuito de evitar transferências dos custos da depreciação cambial para os preços dos comercializáveis e, posteriormente, dos não comercializáveis. Esse controle da demanda agregada deve ser realizado através da política fiscal (OREIRO, 2018).

A desvalorização da moeda influencia positivamente as exportações e ao mesmo tempo a produção doméstica. Essa última tende a atuar positivamente sobre o mercado de trabalho, impactando os salários, tanto nominais quanto reais. Em consequência dessa mudança de cenário resultam também em crescimento das importações em virtude da elevação da renda custeada pelos ganhos em moeda estrangeira, sem a necessidade de incorrer em endividamento externo. A MD enfatiza que esse contexto deve tender ao equilíbrio, trazendo elevação equilibrada dos salários e dos lucros, exportações e PIB, de modo que traga maior estabilidade financeira (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Contudo, o efeito da desvalorização cambial frente à distribuição funcional de renda pode ser compensado através de uma combinação de impostos progressivos sobre rendimentos elevados (por exemplo, imposto sobre heranças, bens imóveis de alto valor), e lucros distribuídos. Do mesmo modo, pode haver diminuição dos ganhos financeiros por intermédio de uma redução significativa da taxa de juros, fato que tende a diminuir a concentração da distribuição pessoal de renda. Ainda assim, o autor destaca uma crítica possível a essa argumentação, ao tratar a política de redistribuição de renda - via sistema

⁴⁴ Este cenário se baseia na maior parte dos países da América Latina. Para maior detalhamento, ver Corrales e Penfold (2015).

tributário - com intuito de influenciar sobre a poupança das famílias, sobretudo por uma redução. Tal medida visa compensar o aumento da poupança das empresas, provenientes da desvalorização cambial, resultando em um efeito líquido nulo sobre a poupança agregada doméstica (OREIRO, 2018).

Com objetivo de combater a apreciação cambial resultante desses desdobramentos, a MD e a teoria novo desenvolvimentista propõem a adoção de dois instrumentos de política econômica: *i*) introdução de controles abrangentes a entradas de capitais; e *ii*) mudança mix de política macroeconômica. O primeiro deve ser efetuado através de um imposto que atue sobre toda entrada de capital, incluindo o IDE. Enquanto as políticas macroeconômicas devem propiciar uma redução sustentável da taxa de juros doméstica, sem que haja elevação da taxa de inflação. Sobre esse ponto, Oreiro (2018, p. 35) tenta simplificar essa relação: “a adoção de uma contração fiscal cum expansão monetária. Como instrumento auxiliar na tarefa de estabilização da taxa de câmbio pode-se usar a política de acumulação de reservas internacionais”.

Outro ponto destacado pelo autor é que apesar da sobrevalorização cambial cíclica e crônica atuar como obstáculo para aquisição e, sobretudo, para manutenção da taxa de câmbio em patamar competitivo (equilíbrio industrial), não sofrem interferências provenientes da baixa taxa de poupança doméstica. O maior empecilho se encontra em seus feitos distributivos. Em decorrência disto, o ajuste da taxa real de câmbio em direção ao equilíbrio industrial reflete em uma redução do tipo *once-and-for-all* do salário real e, conseqüentemente, da participação dos salários na renda (OREIRO, 2018).

O argumento defendido pela MD se baseia na neutralização da doença holandesa e da política cambial para buscar o rompimento da trajetória de crescimento para cima, resultando em *catching-up*. A partir disto, uma economia de renda média que operava com a taxa de câmbio altamente sobrevalorizada devido à não neutralização da doença holandesa e ao excessivo fluxo de capitais tende a reverter esse cenário através de iniciativa estatal utilizando como instrumentos o imposto de importação, compra de reservas e o controle sobre a entrada de capitais.

Entretanto, esse processo reflete em impactos sobre a dinâmica econômica, sobretudo de curto prazo: *i*) queda nos salários reais (e no consumo); *ii*) diminuição no grau de utilização da capacidade produtiva; *iii*) rápido crescimento da inflação, e *iv*) aumento da taxa de desemprego. A médio prazo os impactos provenientes do crescimento das exportações e do investimento tendem a exercer uma aceleração do ritmo de crescimento da economia, influenciando significativamente a queda da taxa de

desemprego. Em decorrência disso, o efeito sobre os salários inclina-se a um crescimento não inflacionário (OREIRO, 2018).

Após esse processo, a economia de renda média estaria propensa a conseguir reverter o cenário desfavorável. Ao passo que tal contexto cria condições para que se alcance uma maior taxa de crescimento do PIB e da renda per capita. Como resultado, a discrepância entre os países de renda média frente aos desenvolvidos tende a diminuir, uma vez que o investimento e a poupança como proporção do PIB se apresentam com maior magnitude comparativamente, além disso conta com estabilidade inflacionária e aumento dos salários reais.

Expondo a progressão do que seria a execução de uma estratégia novo desenvolvimentista, Oreiro (2018) enfatiza que a redução do salário real decorrente da desvalorização do câmbio real é um fenômeno puramente temporário, devido ao fato de que ao apresentar continuidade, pode levar a uma modificação sobre a estrutura produtiva, principalmente sobre os setores mais complexos e sofisticados, impactando diretamente sobre o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho e dos salários.

Em suma, apesar do estabelecimento de uma macroeconomia própria e uma série de argumentos para a retomada do crescimento, a execução de uma estratégia novo desenvolvimentista apresenta limitações. Uma vez que para alcançar o patamar correto para a taxa de câmbio – principal variável macroeconômica dentro dessa perspectiva- engloba medidas antipopulares, tendo como destaque uma redução do nível de salário dos trabalhadores. Apesar disso, os expoentes do ND afirmam ser um período de transição para que ocorra a retomada do crescimento e por conseguinte reajuste salarial. Outro ponto desfavorável diz respeito ao tempo de execução de tal estratégia, pois o período defendido ultrapassa a duração de um mandato presidencial, dificultando a adoção do modelo novo desenvolvimentista pela perspectiva política. Em virtude desses entraves de execução e inconsistências do ponto de vista teórico, é defendida nessa Dissertação a adoção da perspectiva keynesiana fundamentalista para tratar as estratégias de desenvolvimento para os países.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado no capítulo, apesar da MD ser uma interpretação teórica recente, tem sido analisada criticamente por diversas vertentes teóricas. Ao apresentar uma análise de cunho pós-keynesiano, pode-se dizer que foram encontrados pontos convergentes e contraditórios. Sobre o primeiro ponto, se ressalta o objetivo da

intervenção estatal com intuito de criar condições favoráveis para mercado e garantir a estabilidade econômica. Do lado das contradições foram expostos alguns dos principais equívocos da MD sobre o prisma pós-keynesiano, com destaque para os mecanismos para conter a sobrevalorização crônica e cíclica defendida por essa vertente. Ainda nesse escopo se pode enfatizar limitações no âmbito de desenvolvimento da literatura por parte desta escola para que se tenha um embasamento teórico condizente com o grau de dificuldade exigido para a elaboração de estratégias de desenvolvimento. Esse ponto é reconhecido por Bresser-Pereira (2020) ao afirmar que esta teoria se trata de um “trabalho em andamento”. Pelo exposto nessa Dissertação fica claro uma maior concentração e desenvolvimento de aspectos macroeconômicos para explicar o processo de retomada do crescimento por parte dos países de renda média, uma vez que as inovações microeconômicas foram mais limitadas e não se desenvolveram contribuições significativas pela perspectiva micro.

No campo de sugestões para avanço da teoria novo desenvolvimentista, Carvalho (2018) ressalta que do ponto de vista keynesiano, o ND deve abordar com mais atenção algumas variáveis financeiras autônomas que influenciam o processo de determinação das taxas de câmbio, a partir disso, refletindo em maior densidade teórica para desenvolver sua estratégia de desenvolvimento. Nesse escopo, ao considerar as entradas e saídas financeiras a MD tende a consolidar a necessidade do controle de capitais, sobretudo por motivos de prudência. Uma vez que, ao negligenciar esses aspectos, suas conclusões nesse âmbito parecem ser mais intuitivas do que efeito da aplicação teórica.

Apesar da avaliação crítica, é reconhecido o importante papel desempenhado pela MD, de modo a representar uma agenda positiva que pode se transformar em uma escola de pensamento econômico importante na discussão sobre desenvolvimento. Na tentativa de contribuir para o progresso da MD do ponto de vista teórico, Resende e Terra (2018) enfatizam a necessidade de aprofundar os estudos e mecanismos para que se torne uma escola de pensamento voltada aos países de renda média. No escopo de sugestões, devem focalizar suas ações sobre as medidas de políticas econômicas mais específicas, detalhadas e coordenadas. Apesar das limitações apresentadas, deve ser levado em conta que pontos negligenciados pelos autores da MD se dão em virtude da opção de apresentar sua teoria de modo mais simples, com intuito de torná-la acessível à sociedade de modo geral e não apenas para economistas.

Após a exposição das convergências e contradições do ponto de vista teóricos, se apresentaram possíveis entraves à adoção de uma estratégia novo desenvolvimentista.

Nesse escopo sobressai o aspecto impopular do ponto de vista político que reflete uma queda do salário real e todos seus impactos sobre a dinâmica econômica. Contudo, os autores da MD tentam argumentar que essa redução seria temporária e transitória para que ao obter a neutralização da doença holandesa e com isso obtendo uma taxa de câmbio competitiva, dará início a um ciclo virtuoso de desenvolvimento resultando em um cenário de prosperidade dessa sociedade.

6. CONCLUSÃO

Esta Dissertação iniciou com um capítulo cujo propósito foi expor as bases teóricas que influenciaram a teoria novo desenvolvimentista do ponto de vista pós-keynesiano ao tratar dos autores (Harrod, Kaldor, Thirlwall e Pasinetti). Após a investigação teórica sobre a inter-relação entre crescimento e industrialização, pode-se dizer que a indústria atua como peça fundamental para o crescimento em virtude da interação e influência frente a outros setores. Além disso, foi verificado que o processo de crescimento adequado deve compor industrialização, apoiada nas exportações como forma de alavancar o crescimento e obter uma relação saudável no que se refere ao balanço de pagamentos para resultar em mudança estrutural.

Adiante, ressaltou-se a sistematização teórica e metodológica sobre as vertentes contemporâneas que associam industrialização e desenvolvimento (novo desenvolvimentismo original e NDPK) e, de outro lado, o keynesianismo fundamentalista que trata de questões sobre desenvolvimento econômico com bases nos escritos de Keynes. Apesar de se classificarem como pós-keynesianas, apresentam diferenças do ponto de vista teórico e conceitual. O ND e NDPK congregam com pontos em comum, tendo como diferença a principal variável macroeconômica em busca do crescimento. Para o ND, o foco recai sobre a taxa de câmbio com o intuito de dinamizar o setor industrial, enquanto para o NDPK o protagonismo volta-se para a taxa de juros com objetivo de reduzir a vulnerabilidade da economia. A diferença considerável se refere ao fundamentalismo keynesiano, pois tem como princípio desenvolvimentista a mudança dos códigos morais da sociedade em busca de alternativas para melhora dos padrões de vida.

O capítulo seguinte avançou sobre os aspectos macroeconômicos em busca do desenvolvimento, sobretudo a teoria macroeconômica novo desenvolvimentista original, (MD) ressaltando seus argumentos e mecanismos para a retomada do crescimento por parte dos países de renda média. Essa vertente teórica congrega elementos das teorias estruturalista e keynesiana, apresentando avanços e discordâncias frente a essas escolas de pensamento. Do ponto de vista teórico, tem a centralidade da taxa de câmbio como principal variável macroeconômica em busca do desenvolvimento econômico. Avança ao estabelecer a utilização de diversas taxas de câmbio em busca de dinamizar os setores da economia em consonância com o balanço de pagamentos. Contudo, baseia-se no argumento de tendências crônicas sobre a taxa de câmbio que dificultam o progresso.

O capítulo final tratou de uma avaliação pós-keynesiana frente a MD trazendo aspectos convergentes e críticos. Do ponto de vista crítico, observou-se uma série de argumentos que se mostram contraditórios com a visão pós-keynesiana. Nesse escopo, pode-se perceber que os autores utilizados para uma análise crítica se enquadram na vertente keynesiana fundamentalista. Em seguida, foi realizado um levantamento de pontos limitantes para implementação de uma estratégia consoante com a visão novo desenvolvimentista. Após essa seção, ficou clara a dificuldade de execução da estratégia novo desenvolvimentista devido uma série de medidas impopulares, sobretudo uma queda do salário. Contudo, os autores da MD defendem que essa diminuição ocorre de forma temporária, resultando numa melhora considerável a longo prazo.

Do ponto de vista teórico, pode-se dizer que após a exposição feita nesta Dissertação, a vertente mais adequada para realizar uma análise sobre estratégias de desenvolvimento mostrou-se ser a keynesiana fundamentalista, tendo em vista que a teoria novo desenvolvimentista original ainda se encontra em construção. No que tange ao aspecto bibliográfico, o NDPK ainda não se apresenta como uma escola relevante devido a limitação de pesquisa nessa temática.

Embora o falecimento de Keynes tenha ocorrido antes do surgimento do desenvolvimento como tema de pesquisa em economia, sua contribuição teórica apresentava elementos que compunham essa ideia. Os autores que compõe a vertente fundamentalista keynesiana apoiam-se em seus escritos para tratar desse conceito importante dentro da teoria econômica. Apesar da existência de vertentes contemporâneas como o ND e o NDPK afirmam não ser necessário a busca por outros acessórios teóricos para explicar esse fenômeno. Pois para o fundamentalismo keynesiano o objetivo da teoria desenvolvida por Keynes seria alcançar o que se entende como desenvolvimento econômico.

Com relação ao ND e NDPK, resulta em um mix de aspectos teóricos e influências e não se traduzir em uma escola de pensamento bem desenhada e acabada. Essa limitação é reconhecida pelos autores da ND. De acordo com a bibliografia disponível sobre a temática, o que pode ser inferido nesse sentido seria a presença de algum elemento em comum entre as vertentes. Contudo, não foi realizada uma análise com profundidade para estabelecer uma perspectiva em que o ND e a teoria pós-keynesiana sejam complementares. Para que isso seja possível, faz-se necessário um desenvolvimento efetivo da teoria novo desenvolvimentista e não apenas aspectos macroeconômicos. Uma vez que a teoria pós-keynesiana encontra-se bem definida pela teoria econômica,

enquanto o ND precisa ser melhor definido, pois, embora apresente diversos mecanismos e proposições para a retomada do crescimento carece de avanços para construção de um modelo completo que explique as motivações das quais alguns países não atingem o crescimento sustentável.

Apesar da sistematização apresentada entre ND, NDPK e keynesianismo fundamentalista, ambas vertentes estão inseridas dentro da vertente PK. Contudo, após a apresentação dessa Dissertação pode-se inferir que nem todos as vertentes PK utilizam a nomenclatura “novo-desenvolvimentismo” para discutir desenvolvimento econômico. Apesar do reconhecimento pelo esforço de desenvolver novas teorias que discutam estratégias de desenvolvimento, as teorias contemporâneas apresentam limitações do ponto de vista teórico e prático. Desse modo, a perspectiva mais adequada dentro do escopo PK é a vertente keynesiana fundamentalista.

Embora a Dissertação apresente maior concentração sobre aspectos macroeconômicos, a discussão sobre a relação entre industrialização e desenvolvimento econômico desempenhou o papel de fio condutor desse trabalho. Visto que apesar de serem focalizados aspectos macroeconômicos, a indústria apresentou protagonismo e as políticas apresentadas tinham como objetivo o desenvolvimento do sistema produtivo, sobretudo, indústrias competitivas ao comércio internacional para alcançar o progresso. Cabe destacar que apesar do papel central do processo de industrialização para o desenvolvimento econômico, não se defende um país totalmente industrializado. Isso, em virtude da experiência histórica mundial e ao mesmo tempo do papel desempenhado pela agricultura e pelo setor de serviços para alguns países.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMSDEN, A. *Asia's Next Giant*. New York: Oxford University Press, 1989.
- ARAÚJO, E. Nível do câmbio e crescimento econômico: Teorias e evidências para países em desenvolvimento e emergentes. **Revista de Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 469-498, set./dez. 2010
- ARESTIS, P.; RESENDE, M. F. C. Fiscal policy and the substitution between national and foreign savings, **Journal of Post-keynesian Economics**, v. 37, n. 3, p. 436–458, 2015.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal, **Record**, Rio de Janeiro, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BLACK, C. Uma Avaliação da Teoria da Doença Holandesa e da Hipótese da Maldição dos Recursos Naturais. **Análise Econômica**, 35(especial), 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. “**Novo-Desenvolvimentismo**”. Folha de S. Paulo, setembro, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Da diplomacia do equilíbrio de poderes à política da globalização. **Novos Estudos**, CEBRAP, 65, p. 91-110, março, 2003
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado y mercado en el nuevo desarrollismo. **Nueva Sociedad**, 210, Julho-Agosto: 110-125, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. New and Classical Developmentalism compared: a response to Medeiros. **Review of Keynesian Economics**, v. 8, n. 2, p. 168–177, Summer 2020.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo-desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 17, setembro 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O Plano Brady. **Isto É - Senhor**, São Paulo, 22 março 1989.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 47-71, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. nº 1 (109), p. 47-71, janeiro-março 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. The value of the exchange rate and the Dutch disease. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. nº 3 (132), p. 371-387, julho-setembro, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Uma escola de pensamento keynesiano-estruturalista no Brasil? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. nº2 (122), p. 305-314, abril-julho, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, F. **O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento**. In: OREIRO, J. L. et al. *Macroeconomia do desenvolvimento*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Why foreign savings fail to cause growth. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 1, p. 3-19, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. (2), p. 3-27, abril 2003

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, L. **Macroeconomia desenvolvimentista: Teoria e Política Econômica do Novo Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo**. São Paulo: Elsevier, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento**. Texto para Discussão da EESP/Fundação Getúlio Vargas 144, julho 2005.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Novo desenvolvimentismo – um segundo momento do Estruturalismo latino-americano. **Revista de Economia Contemporânea** v. 24(1), p. 1-20, 2020a.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Teoria novo desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.145-165, jul.-dez. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C; OREIRO, J.L; MARCONI, L. **Macroeconomia desenvolvimentista: Teoria e Política Econômica do Novo Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Construção Política Do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Ed. 34, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina**. Texto para Discussão da EESP/Fundação Getúlio Vargas 274, novembro, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do desenvolvimentismo clássico e da macro pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo. **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 2 (155), pp. 211-235, abril-junho, 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Texto para Discussão da EESP/Fundação Getúlio Vargas 157, maio 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 237-265, Jun. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **The economics and the political economy of newdevelopmentalism**. Texto para Discussão, São Paulo, n.464, 2017.

CARDOSO, F. **A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade**. Tese (doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, 2012.

CARVALHO, F. C. **Keynes e os Pós-Keynesianos: princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

CARVALHO, F.C. Políticas econômicas para economias monetárias. In: Lima, G.T., Sicsú, J. e Paula, L.F. (org.). **Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARVALHO, F. C. Financial flows and the New Developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 38, nº 1 (150), p. 115-124, January-March, 2018.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento as implicações de política. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan./mar. 2005.

COMIN, A. **A desindustrialização truncada: perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2009.

CORDEN, W. M. Booming sector and dutch disease economics: survey and consolidation. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 36, n. 3, p. 359–80, Nov. 1984.

Disponível em:

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2662669?sid=21105543858971&uid=70&uid=2&uid=2129&uid=4&uid=3737664>>. Acesso em: 30 de maio. 2021.

CORDEN, W. M.; NEARY, J. P. Booming sector and de-industrialisation in a small open economy. **Economic Journal, Cambridge**, v. 92, n. 368, p. 825-848, Dec. 1982.

Disponível em:

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2232670?sid=21105543858971&uid=4&uid=70&uid=3737664&uid=2129&uid=2>>. Acesso em: 30 maio, 2021.

CORRALES, J.; PENFOLD, M. Manipulando os Limites de Mandato na América Latina. **Journal of Democracy in português**, v. 4, n. 1, maio, 2015.

CYPHER, J; DIETZ, J. **The Process of Economic Development**. Taylor & Francis e-Library, 2008.

DAVIDSON, P. “The neoclassical vs. post keynesian view of government.” In: **Controversies in Post Keynesian Economics**. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1991.

DAVIS, G. A. Learning to love the dutch disease: evidence from the mineral economies. **World Development, Oxford**, v. 23, n. 10, p. 1765-1779, Oct. 1995.

Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0305750X9500071J>>.

Acesso em: 18 mar. 2021.

DIXON, R.J e THIRLWALL, A.P. **Regional Growth and unemployment in the United Kingdom**. The Macmillan Press. 1975.

FERRARI FILHO, F. Câmbio administrado e controle de capitais para países emergentes: uma análise a partir de Keynes. In: **Economia do desenvolvimento / João Sicsú, Carlos Vidotto [organizadores]**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. **Nova Economia**, v. 26 n. 3 p. 775-807, 2016.

FINELLO, M; FEIJÓ, C. O Desenvolvimentismo no Brasil: o Debate atual. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 35, n. especial, p. 233-262, jul. 2017.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. In: CALIXTRE, A. B; BIANCARELLI, A. M; CINTRA, M. A. C. (Org.). *Presente e futuro do desenvolvimento Brasileiro*. Brasília, DF: Ipea, 2014.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Texto para Discussão IPEA, n. 2103, Brasília, 2015.

FREITAS, F. N. P. Uma análise crítica do modelo kaldoriano de crescimento liderado pelas exportações. In: **XXXI Encontro Nacional de Economia**, Porto Seguro, 2003.

GABRIEL, L.; RIBEIRO, M; OREIRO, J. L. A taxa real de câmbio e a substituição entre a poupança doméstica e a poupança externa: teoria e análise empírica. In: 48o. **Encontro Nacional de Economia - ANPEC Nacional**, 2020, Virtual-BR. Anais do 48o. Encontro Nacional de Economia - ANPEC Nacional, 2020. v. 1. p. 1-20.

HAMOUDA, O. F; HARCOURT, G. C. "Post-Keynesianism: From Criticism to Coherence?" **Bulletin Of Economic Research** 40 (1): 1-30, 1988.

HARROD, R. An essays in dynamic theory. **Economic Journal**, mar. 1939.

HARROD, R. **International Trade Theory in a Developing World**, 1963.

IPEA. **Macroeconomia para o Desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego**. Instituto de Pesquisa Aplicada, Brasília, 2010.

Johnson, C. *MITI and the Japanese Miracle*, Stanford: Stanford University Press. 1982.

KALDOR, N. **Causes of growth and stagnation in the world economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth of the United King**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

KALDOR, N. Conflicts in National Economic Objectives. **The Economic Journal**, v.81, n. 321, mar, 1971.

KALDOR, N. International Trade and Economic Development. **The Journal of Modern African Studies**, 2, pp 491-511, 1964.

KALDOR, N. **Limits on Growth**. Oxford Economics Paper n.38, 1986.

KALDOR, N. Productivity and Growth in Manufacturing: A Reply,' **Economics**, November. 1968.

KALDOR, N. The case for regional policies. **Scottish Journal of Political Economy**, nov. 1970.

KALDOR, N. 'The role of industrialization in Latin American inflation', in DT Geithman (ed.), *Fiscal Policy for Industrialization and Development in America*, Gainesville, FL: University of Florida Press, pp. 14-28. 1974.

KEYNES, J. M. How to pay for the war. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. IX, London: Macmillan, 1982.

KEYNES, J. M. The "ex-ante" theory of the rate of interest. **The Economic Journal**, v. 47, n. 188, p. 663-669, 1937.

KEYNES, J. M. The end of laissez-faire (1926). In. JOHNSON, E; MOGGRIDGE, D. (Eds.). **The Collected Writings of John Maynard Keynes**. p. 272-294. [Online]. Royal Economic Society. 1978. Disponível em: University Publishing Online.<http://goo.gl/zCTAfN>. Acesso em: 19/02/2022.

KEYNES, J. M. The general theory of employment, interest and money. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, VII, London: Macmillan, 1973.

KEYNES, J. M. **Essays in Biography, The Collected Writings of John Maynard Keynes**, vol X. London: Macmillan/Royal Economic Society, 2010.

KEYNES, J. M. Essays in Persuasion. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, vol. IX. London: Macmillan/Royal Economic Society, 1972.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. New York: HBJ, 1964.

KREGEL, J. Reflections on the old and new developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 38, n. 1 (150), p. 70-75, January-March/2018.

LAVOIE, M. **Post-Keynesian Economics: New Foundations**. Edward Elgar Publishing, 2014.

LEÃO, R; VAZ, V. O novo desenvolvimentismo: limites e possibilidades frente ao debate atual. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 27, p. 167-194, jul – dez, 2019.

LIST, F. [1841, 1885] 1983. **Sistema Nacional de Economia Política**, trans. by L. Barauna. São Paulo: Abril Cultural.

LOPEZ, J; CARVALHO, F. **Uma estratégia de desenvolvimento na tradição keynesiana-estruturalista**. In: Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.

MANNA, J. V. The convergences between post Keynesian and developmental approaches: the post Keynesianism applied to emerging countries. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 1, p. 37-52, January-March/2020.

MATTEI, L; SCARAMUZZI, T. A taxa de câmbio como instrumento do desenvolvimento econômico. **Revista de Economia Política**, vol. 36, nº 4 (145), pp. 726-747, outubro-dezembro, 2016.

MILANI, A; SALES, R. Do “Desenvolvimentismo” ao “Novo Desenvolvimentismo” no Brasil: a evolução do conceito. **Revista da sociedade brasileira de economia política** 51 / Setembro - Dezembro 2018.

MISSIO, F. **Câmbio e Crescimento na Abordagem Keynesiana-Estruturalista**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2012.

MOLLO, M. L. R.; AMADO, A. M. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Economia e Sociedade**, v. 24, p. 1-28, 2015.

NASSIF, A., FEIJO, C.; ARAUJO, E. “A Structuralist-Keynesian model for determining the optimum real exchange rate for Brazil’s economic development process: 1999-2015”. *Cepal Review* n.123, p. 188-208, 2017

OREIRO, J. L. Estratégias de desenvolvimento e a escola novo-desenvolvimentista brasileira. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 24, p. 13-41, jan./jun. 2018.

OREIRO, J. L. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, 2012.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. **O novo-desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social**. In: OREIRO, J. L.; PAULA, L. F.; Basilio, F. (Ed.). *Macroeconomia*

do Desenvolvimento: Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica. Recife: Editora da UFPE, 2012.

OREIRO, J. L.; PAULA, L.F. **Novo-Desenvolvimentismo e a Agenda de Reformas Macroeconômicas para o Crescimento Sustentado com Estabilidade de Preços e Equidade Social**. In: Oreiro, J.L.; Paula, L.F.; Basílio, F. (Ed.). *Macroeconomia do Desenvolvimento: Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

OREIRO, J.L. **Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva keynesiana**. Editora LTC, Rio de Janeiro, 2016.

OSCAR, R. **Taxa de câmbio e efeito bolha: uma análise R\$/US**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia, 2017.

PASINETTI, L. **Structural Change and Economic Growth: A Theoretical Essay on the Dynamics of the Wealth of Nations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

PASINETTI, L. **Structural Change Economic Interdependence and World Development**, 1987.

PASINETTI, L. **Structural economic dynamics: a theory of the economic consequences of human learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993

PAULA, L.F. Repensando o desenvolvimentismo. **São Paulo em Perspectiva**, v.20, n.3, p. 47-58, 2006.

PRIEWE, J. Dutch disease, resource curse and development. In: UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Contemporary issues in international macroeconomics, trade and finance*. New York; Geneva: United Nations, 2012.

RAPETTI, M. The real exchange rate and economic growth: some observations about possible channels, 2016.

RESENDE, M. F.; TERRA, F.H. Developmental macroeconomics: a post-keynesian assessment. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 1 (150), p. 76-98, January-March/2018.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. *Natural resource abundance and economic growth*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, Dec. 1995. (NBER Working Paper, n. 5398). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5398>>. Acesso em: 13 agosto, 2021.

SANTOS, R. **Crescimento econômico e equidade social**. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, 2007.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SERASINCKIS Jr, R. E. **A poupança externa no desenvolvimentismo clássico e no novo desenvolvimentismo**. Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2015.

SICSÚ, J. **A construção de uma estratégia de desenvolvimento**. In: Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.

SICSÚ, J; PAULA, L.F; MICHEL, R. “Porque novo-desenvolvimentismo?” **Revista de Economia Política**, v.27 n.4, p. 507-524, 2007.

SILVA, V. C.; CURADO, M. Crossing boundaries: an assessment to the influence of post-Keynesianism on developmental macroeconomics. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 4 (153), p. 611-628, October-December, 2018.

STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. **Revista de Economia Política**, v.13, n. 1 (49), janeiro-março, 1993.

STUDART, R; ALVES JR; A. **Eficiência e funcionalidade do setor financeiro no Desenvolvimento**. In: Macroeconomia Moderna: lições de Keynes para economias em desenvolvimento, 1º edição, Rio de Janeiro. Elsevier, 2019.

SUNKEL, O. La inflación chilena: un enfoque heterodoxo. **El Trimestre Económico**, v. 25, n. 4, oct./dic. 1958.

TERRA, Fábio; FERRARI FILHO, Fernando. **O papel do Estado e a Noção de Desenvolvimento econômico em Keynes**. In: Macroeconomia Moderna: lições de Keynes para economias em desenvolvimento, 1º edição, Rio de Janeiro. Elsevier, 2019.

TERRA, Fábio; FERRARI FILHO, Fernando; FONSECA, Pedro. Keynes on State and Economic Development, **Review of Political Economy**, 2020.

THIRLWALL, A.P Foreign trade elasticities in centre-periphery models of growth and development. **Banca Nazionale del Lavoro Quartely Review**, set. 1983.

THIRLWALL, A.P. The Balance of Payments Constraint as an explanation of international growth rate differences. **Macmillan Press**, mar. 1979.

VERGNHANINI, R.; BIANCARELLI, A. Papel dos fluxos financeiros e da poupança externa no desenvolvimento econômico: três abordagens no debate brasileiro. **Nova Economia** v. 31, n. 3 p. 705-728, 2021.

WADE, R *Governing the Market*, Princeton: Princeton University Press, 1990.

WADE, Robert H. What Strategies are Viable for Developing Countries Today? The World Trade Organization and the Shrinking of ‘Development Space’”. **Review of International Political Economy**, 10(4), november, 2003.